

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

DANIEL FRANCISCO BASTOS MONTEIRO

O HUMOR COMO ESTRATÉGIA DISCURSIVA NAS CHARGES DO JORNAL
FOLHA BANCÁRIA: Uma análise das práticas do Sindicato dos Bancários e
Financiários de São Paulo, Osasco e Região durante o período de 2012 a 2017

Belo Horizonte

2018

Daniel Francisco Bastos Monteiro

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais

Área de concentração: Estudos Organizacionais e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri

\

Belo Horizonte

2018

Ficha catalográfica

Monteiro, Daniel Francisco Bastos.
M775h O humor como estratégia discursiva nas charges do jornal
2018 Folha Bancária [manuscrito]: Uma análise das práticas do
Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e
Região durante o período de 2012 a 2017// Daniel Francisco
Bastos Monteiro. -2018.
190 f.: il. : graf. e tabs.

Orientador : Alexandre de Pádua Carrieri.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia (f. 176-190).

1. Comportamento organizacional – São Paulo(SP) – Teses.
2. Sindicatos bancários – São Paulo, Região Metropolitana de (SP) –
Teses. 3. Sindicatos bancários – Humor, sátira, etc. – Teses.
I. Carrieri, Alexandre de Pádua. II. Universidade Federal de Minas
Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
III. Título.

CDD: 658.834



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO do Senhor **DANIEL FRANCISCO BASTOS MONTEIRO**, REGISTRO N° 640/2018. No dia 23 de abril de 2018, às 14:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 23 de abril de 2018, para julgar o trabalho final intitulado "**O Humor como estratégia discursiva nas charges do Jornal Folha Bancária: Uma análise das práticas do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e região durante o período de 2012 a 2017**", requisito para a obtenção do **Grau de Mestre em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais e Sociedade**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO;

() APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

() REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 23 de abril de 2018.

NOMES

ASSINATURAS

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri.....
ORIENTADOR (CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Rafael Diogo Pereira.....
(CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Denis Alves Perdigão.....
(ICSA/UFJF/MG)

Prof^a. Dr^a. Angela Cristina Salgueiro Salgueiro.....
(FAFICH/UFMG)

Aos meus pais, pelo amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo amor e apoio incondicionais. Sem a compreensão e o suporte de vocês esta trajetória no Mestrado não teria sido possível.

A Natália Gontijo pelo companheirismo, amor e amizade.

Aos meus amigos de Santa Bárbara e Belo Horizonte, por me apoiarem e estarem sempre presentes em minha vida. Em especial, Romário Sousa, Felipe Gouvêa, Juliano Xavier, Pablo Andrade, Patrícia Xavier, Matheus Gomes, Simone Fonseca e Alessandra Nascimento.

Ao professor e orientador Alexandre de Pádua Carrieri, pessoa muito especial e com quem eu tive a felicidade e o privilégio de conviver ao longo da graduação e do Mestrado. Obrigado pelas oportunidades, incentivos e orientações, assim como pelos conselhos e pela ajuda e companheirismo em questões que vão além da vida acadêmica.

Aos colegas do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade. Agradeço a todos pelos aprendizados e pelas experiências compartilhadas ao longo de minha trajetória acadêmica.

A todos os professores com os quais tive a oportunidade de conviver ao longo do Mestrado. Especialmente, o Luiz Alex, o Rafael Pereira e o Mário Márcio.

Agradeço também aos funcionários do CEPEAD, em especial a Vera e a Luciana, pela paciência e gentileza demonstradas no atendimento e nas orientações prestadas ao longo destes dois anos.

Não poderia deixar de agradecer também as meninas que trabalham no xerox, a Adriana, Isabele, Grazielle e Maíra. Obrigado pela simpatia, presteza e profissionalismo.

Agradeço a professora Ângela Marques e ao professor Rafael Pereira pelas valiosas contribuições e sugestões concedidas na qualificação do projeto de dissertação.

Finalmente, gostaria de agradecer ao CNPQ pela concessão da bolsa de Mestrado ao longo destes dois anos.

"A função de um intelectual não é dizer aos outros o que eles devem fazer. Com que direito faria? O trabalho de um intelectual não é moldar a vontade política dos outros; é através das análises que faz nos campos que são os seus, o de interrogar novamente as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a avaliação das regras e das instituições e, a partir dessa nova problematização participar da formação de uma vontade política".

Michel Foucault - Ditos e Escritos V, 2012

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo analisar como o discurso humorístico nas charges do jornal *Folha Bancária* evidencia as práticas do Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região durante o período de 2012 a 2017. Para tanto, dentre as possibilidades de abordagem acerca do humor, optamos pela perspectiva que o compreende como uma possibilidade de crítica social, resistência ou transgressão. Em relação à coleta de dados, realizamos um levantamento prévio das charges por meio do *site* institucional do Sindicato, e, em seguida, coletamos todas as charges e os jornais nas quais foram publicadas entre 2012 e 2017. As charges foram organizadas por temas e agrupadas em percursos semânticos. Para a análise dos dados, propusemos a construção de uma analítica de pesquisa baseada em alguns elementos operatórios e fundamentos teóricos provenientes da perspectiva foucaultiana de discurso e de poder, assim como no modelo de análise semiótica elaborado por Barthes (1990). No tocante aos resultados obtidos, a partir da análise dos dados, constatamos que a charge enquanto gênero humorístico discursivo é capaz de abordar e difundir as práticas do Sindicato de forma peculiar e díspar em relação a outros formatos de comunicação, estando isso atrelado a dois motivos basilares: o fato de o humor ser um dos principais elementos pela qual ela se estrutura; a presença de recursos cognitivos (verbais e visuais) na representação chárstica. Tais aspectos proporcionam ao leitor uma perspectiva de leitura e subsídios analíticos singulares. Ademais, observamos, também, que algumas práticas do Sindicato são incongruentes e conflitantes com a própria narrativa defendida pela entidade. Por fim, vale enfatizarmos que a despeito de a charge se configurar como uma estratégia de comunicação peculiar e relevante, ela apresenta algumas limitações do ponto de vista analítico, haja vista que, por mais que o seu conteúdo evidencie algumas práticas de poder e de resistência relacionadas ao Sindicato, o entendimento das tramas discursivas e das relações de poder nas quais tais práticas estão imersas não são possíveis de serem analisadas apenas por meio de seu conteúdo. Desse modo, o desdobrar das charges selecionadas e a análise de alguns documentos que as margeiam, como os jornais nos quais foram publicadas, convenções coletivas de trabalho e algumas fontes externas ao Sindicato foram primordiais para o enriquecimento dos dados empíricos desta pesquisa e o alcance dos objetivos propostos.

Palavras-chave: Humor; Resistência; Relações de Poder; Charge; Imprensa sindical.

ABSTRACT

This dissertation aimed to analyze how the humorous discourse in the cartoons of the newspaper *Folha Bancária* evidences the practices of the Banking and Finance Union of São Paulo, Osasco and Region during the period from 2012 to 2017. For this, among the possibilities of approach about the humor, we opt for the perspective that understands it as a possibility of social criticism, resistance or transgression. In relation to the collection of data, we carried out a preliminary survey of the cartoons through the institutional website of the Union, and then we collected all the cartoons and newspapers in which they were published between 2012 and 2017. The cartoons were organized by themes and grouped in semantic paths. For the analysis of the data, we proposed the construction of a research analytic based on some operative elements and theoretical foundations derived from the foucaultian perspective of discourse and power, as well as on the semiotic analysis model elaborated by Barthes (1990). Regarding the results obtained, from the analysis of the data, we find that the cartoon as a humorous discursive genre is able to approach and diffuse the practices of the Union in a peculiar and disparate way in relation to other formats of communication, being this linked to two reasons the fact that humor is one of the main elements by which it is structured; the presence of cognitive (verbal and visual) resources in the chárstica representation. Such aspects provide the reader with a perspective of reading and unique analytical inputs. In addition, we also observe that some practices of the Union are incongruent and conflicting with the narrative itself defended by the entity. Finally, it is worth emphasizing that, in spite of the fact that the cartoon is configured as a peculiar and relevant communication strategy, it presents some limitations from an analytical point of view, given that, although its content evidences some practices of power and resistance related to the Union, the understanding of the discursive plots and the power relations in which such practices are immersed are not possible to be analyzed only by means of their content. In this way, the unfolding of the selected cartoons and the analysis of some documents that border them, such as the newspapers in which they were published, collective agreements of work and some sources external to the Union were primordial for the enrichment of the empirical data of this research and the reach of the objectives.

Keywords: Humor; Resistance; Power relations; Cartoon; Trade union press

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

BACEN – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

BANESPA – Banco do Estado de São Paulo

CAIXA – Caixa Econômica Federal

CEDOC – Centro de Documentação Histórica do Sindicato

CCT – CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DORT – Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho

EOr – Estudos Organizacionais

FB – Folha Bancária

FPT – Fundação Projeto Travessia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

LER – Lesão por Esforço Repetitivo

MPT – Ministério Público do Trabalho

MST – Movimento Sem Terra

NEOS – Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDV – Programa de Demissão Voluntária

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SAT – Seguro de Acidente de Trabalho

SINBF – Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região

STF – Superior Tribunal Federal

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

TMC – Teoria da Metáfora Conceitual

TST – Tribunal Superior do Trabalho

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Charge (Greve dos professores).....	52
Figura 2: Cartum.....	53
Figura 3: Charge 1	101
Figura 4: Charge 2	106
Figura 5: Charge 3	114
Figura 6: Charge 4.....	117
Figura 7: Tipos de desestatização.....	119
Figura 8: Charge 5	120
Figura 9: Charge 6.....	124
Figura 10: Charge 7	129
Figura 11: Charge 8.....	134
Figura 12: Charge 9.....	138
Figura 13: Depoimentos de trabalhadores terceirizados.....	141
Figura 14: Charge 10.....	144
Figura 15: Charge 11	150
Figura 16: Charge 12.....	156
Figura 17: Charge 13.....	160
Figura 18: Charge 14.....	165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese de algumas características da charge e do cartum	52
Quadro 2: Distribuição e divisão, por ano, dos temas mais abordados nas charges	89
Quadro 3: Divisão preliminar dos percursos semânticos e distribuição das charges por temas.....	90
Quadro 4: Divisão dos percursos semânticos e distribuição das charges/reportagens por temas.....	90
Quadro 5: Recursos investidos pelo sindicato no Projeto Travessia.....	104
Quadro 6: Devolução da Contribuição Sindical x Arrecadação Projeto Travessia.....	105
Quadro 7: Principais Temas das Campanhas Nacionais Unificadas (2012-2016).....	149

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de agências bancárias por banco	68
Gráfico 2: Dispêndios em tecnologia por setores no Brasil e no mundo em 2016.....	69
Gráfico 3: Evolução do emprego bancário no Brasil – 1900-2011	73
Gráfico 4: Proporção do rendimento médio mensal de negros(as) em relação ao de brancos(as).....	109
Gráfico 5: Distribuição dos(as) bancários(as), segundo raça/cor	109
Gráfico 6: Distribuição dos(as) bancários(as) segundo categoria ocupacional atual por raça/cor	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de bancos por origem de capital	67
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 A ANALÍTICA FOUCAULTIANA.....	25
2.1 A perspectiva de discurso em Foucault	25
2.2 A concepção de poder foucaultiana.....	30
3 O HUMOR	39
3.1 A perspectiva histórica dos termos humor e riso.....	39
3.2 Algumas abordagens acerca do humor nos Estudos Organizacionais.....	45
3.3 O gênero humorístico charge.....	48
3.4 Os elementos verbais e imagéticos da charge.....	54
4 O TRABALHO BANCÁRIO E A IMPRENSA SINDICAL	63
4.1 A reestruturação do sistema financeiro e as suas implicações na organização e nas condições e relações de trabalho do setor bancário	63
4.2 Breve história da imprensa sindical no Brasil	76
4.3 A imprensa sindical: um instrumento de comunicação dos sindicatos.....	79
5 CAMINHOS PERCORRIDOS	84
5.1 A construção do <i>corpus</i> da pesquisa.....	86
5.2 A analítica de pesquisa	91
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS: DESDOBRANDO AS CHARGES.....	99
6.1 Estratégias internas do Sindicato	99
6.1.1 <i>Sindicato cidadão: a construção de uma agenda pautada na cidadania</i>	<i>100</i>
6.1.2 <i>Incentivo à sindicalização: o Sindicato enquanto um prestador de serviços aos filiados</i>	<i>113</i>
6.2 Medidas governamentais	118
6.2.1 <i>O enunciado da privatização: o Estado como sinônimo de ineficiência gerencial e as empresas privadas como modelo de gestão a ser seguido</i>	<i>118</i>
6.2.2 <i>A terceirização: o agravamento da precarização das condições e relações de trabalho.....</i>	<i>137</i>
6.3 Representação sindical	148
6.3.1 <i>Negociações coletivas: a predominância das prioridades individuais e das questões econômicas nas pautas de reivindicação</i>	<i>148</i>
6.3.2 <i>Condições de trabalho: alguns desdobramentos da reestruturação do sistema financeiro no ambiente laboral.....</i>	<i>159</i>
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
REFERÊNCIAS	176

1 INTRODUÇÃO

Antes de iniciar a explanação teórica acerca da discussão que esta dissertação propõe, é importante que alguns aspectos sejam esclarecidos ao leitor. Primeiramente, o presente trabalho será construído sob a primeira pessoa do plural (nós), pois acredito que o seu conteúdo não foi construído sozinho e somente a partir de minhas convicções enquanto pesquisador, historiador e administrador. Digo isso, porque, ao longo de minha caminhada acadêmica, tanto na graduação em História como em Administração, várias foram as experiências vivenciadas em grupos de pesquisa, de estudo e as orientações por parte de professores(as), tendo como implicações reflexões e aprendizados que foram e continuam sendo muito importantes em minha formação pessoal e profissional. Desse modo, creio que as inquietações e os questionamentos provindos desta caminhada se manifestam em minhas escolhas teóricas, empíricas e ideológicas, ou seja, em meu posicionamento enquanto pesquisador. Além do mais, as ideias, os argumentos, as críticas e as problematizações explanadas nesta dissertação, de uma forma ou de outra, dialogam com outros discursos, do mesmo modo que várias outras vozes se manifestam no processo de construção desta pesquisa. Não obstante a isso, o posicionamento teórico deste trabalho é uma escolha pessoal, que reflete não apenas a minha caminhada enquanto aluno e pesquisador, como também o aspecto subjetivo presente em minhas escolhas teóricas e epistemológicas.

Ademais, é importante frisar que o tema motivador desta dissertação já vinha sendo abordado pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS) em diferentes pesquisas (CARRIERI, 2004; FURTADO *et al.*, 2014; IRIGARAY *et al.*, 2010). E foi a partir de conversas a respeito do assunto com o orientador e o contato com estas pesquisas que o interesse pela temática do humor foi suscitado e trabalhado. Diante disso, realizamos um levantamento bibliográfico acerca dos trabalhos realizados acerca do humor na área de Estudos Organizacionais (EO) e em outros campos do conhecimento, porém, ainda, não havíamos definido o objeto, *corpus*, *locus*, ou seja, era preciso fazer um recorte acerca do tema.

Destarte, após a realização desta pesquisa bibliográfica, identificamos a oportunidade de estudar o humor como uma estratégia discursiva por meio das charges. Neste sentido,

tendo em vista a minha experiência profissional enquanto bancário, formação política e ideológica, assim como a abertura do NEOS para se trabalhar a temática do humor a partir de uma abordagem crítica, optamos por pesquisar as charges publicadas no jornal *Folha Bancária*, que é vinculado ao Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região (SINBF).

Considerando o que foi contextualizado anteriormente, o objetivo geral deste trabalho consiste em: **analisar quais práticas do Sindicato dos Bancários de São Paulo são evidenciadas a partir do discurso humorístico das charges durante o período de 2012 a 2017.**

A partir do objetivo esboçado acima, é válido tecer alguns questionamentos no sentido de esclarecermos os leitores sobre o porquê e para quê pesquisar o humor e o gênero humorístico charge. Desse modo, tendo como referência as questões pertinentes que foram elencadas por Motta (2006) para justificar a relevância do uso da caricatura como *corpus* em sua obra “*Jango e o Golpe de 64 na caricatura*”, faço uma adaptação de tais questionamentos para o presente trabalho. As representações chágicas nos revelam algo que não seja possível através de outros tipos de discurso? As charges não mostrariam somente o que já sabemos por outras evidências? O que o estudo do humor e da charge pode trazer de novo e relevante para a área de EOr?

Primeiramente, a escolha da charge como *corpus* de pesquisa pauta-se no fato de ela ser uma prática discursiva que tem como um dos seus principais elementos constitutivos o humor (MIANI, 2016a), sendo ele uma importante estratégia de comunicação, que, conforme pontua Oliveira e Marques (2012, p. 69), “(...) permite dizer o que seria indizível de outra forma, daí a importância do discurso das charges como expressão de enfrentamento e, quiçá, de resistência”. Associado a isso, segundo Miani (2012), a charge enquanto um documento é detentora de uma memória que apresenta significativa importância histórica, podendo, assim, vir a ser utilizada como fonte histórica e suporte empírico para compreender as mudanças relacionadas ao mundo do trabalho, contexto político, econômico e social de certa época, da mesma forma que pode ser considerada como “(...) verdadeiros documentos de uma ‘outra’ história organizacional”, como enfatiza Carrieri (2004, p. 33).

Além disso, corroboramos o posicionamento de Possenti (2010), que, a partir de uma analogia com o campo da literatura, propõe que o humor também pode ser considerado um campo discursivo. Isso porque o discurso humorístico, assim como o literário, apresenta diferentes gêneros, aborda qualquer assunto, tem a sua ordem discursiva e, por conseguinte, o seu conjunto de regras que regulamentam e organizam a sua circulação e as suas produções discursivas, do mesmo modo que se trata de um campo bastante heterogêneo no que diz respeito às abordagens teóricas. Neste sentido, estudar a estratégia discursiva do SINBF e as suas práticas a partir do campo discursivo humorístico nos permitirá realizar uma leitura peculiar acerca do tema devido ao fato de o humor pertencer a um campo específico e, conseqüentemente, diferir de outros campos discursivos. Sendo assim, de acordo com Pires (2014), este campo discursivo concede ao pesquisador vários recursos cognitivos, dados empíricos e analíticos que são singulares ao humor, da mesma forma que o permite ter acesso a um discurso que se relaciona de maneira peculiar com a estrutura social, política e cultural que o circunda.

Por outro lado, é válido ressaltar também que o aspecto humorístico da charge não visa provocar o riso de maneira despreziosa, uma vez que ele não se pauta simplesmente em suscitar uma risada por meio de algo cômico, mas, sim, gerar um riso que seja carregado de ironia, sarcasmo e que leve à reflexão e à crítica social em relação à personagens, fatos e acontecimentos sociais ou políticos, que são retratados em sua representação verbal e imagética (MIANI, 2005; 2016a). Outrossim, a charge também apresenta uma relevante função social, haja vista que o seu propósito não equivale apenas em ser uma representação humorística com potencial de distração por meio de seu aspecto imagético, como também expor críticas, alertar, denunciar, contestar e gerar reflexão e conscientização das pessoas em relação a diversos temas (AGOSTINHO, 1993).

Em um segundo momento, é importante frisar que comportamentos ou discursos que envolvam o humor podem revelar tanto ou até mais sobre a organização, a sua gestão, a sua cultura e os seus conflitos do que os dados obtidos por meio de questionários de pesquisas estruturados (COLISSON, 2002). Desse modo, considerar o humor como um fenômeno superficial ou algo a ser ignorado no ambiente organizacional consiste em ignorar e subestimar uma temática de estudo que pode trazer novas visões e possibilidades de análise para as pesquisas referentes à área de EOr, principalmente, no

que se refere aos estudos relacionados a diversos fenômenos organizacionais, como, as relações de poder e as ações de resistência (CARRIERI, 2004; MARQUES; OLIVEIRA, 2012).

No tocante ao estudo das relações de poder e das ações de resistência, a partir de uma perspectiva foucaultiana, o tema da resistência esta intrinsecamente associado às relações de poder (FOUCAULT, 1985; 1995; 2013). No entanto, em relação às pesquisas sobre relações de poder nas organizações, há diferentes abordagens sobre o assunto, por exemplo, a gerencialista, a funcionalista e a analítica de poder foucaultiana.

Em relação ao enfoque gerencialista, essa abordagem considera o poder como algo atrelado a uma estrutura hierárquica de cargos, sendo considerado legítimo e benéfico para a organização apenas o poder exercido nessa estrutura (SOUZA *et. al*, 2006). Já a perspectiva funcionalista, segundo Hardy e Clegg (2001), considera que o poder é exercido por um determinado sujeito em relação a outras pessoas e essas devem agir de acordo com os interesses de quem possui o poder. No tocante à analítica de poder a partir da concepção de Foucault, tal perspectiva não considera a ideia de dicotomias (legítimo e ilegítimo; dominantes e dominados) ou de que alguém possua ou detenha o poder, visto que o poder deve ser entendido como práticas e relações de poder, que somente existem enquanto uma multiplicidade de pontos de resistência que não estão presos às estruturas, na medida em que tais pontos estão presentes em todo o tecido social (FOUCAULT, 1985; MACHADO, 2013).

No que se refere ao tema humor, ele tem sido abordado desde a Antiguidade e a partir de diferentes perspectivas, porém, mesmo se tratando de uma temática tradicional, a sua abordagem por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, ainda, é bastante negligenciada (BREMNER; ROODENBURG, 2000). De acordo com Ottoni (2007), as pesquisas relacionadas ao humor se intensificaram no Brasil a partir de 1990, com a publicação de livros e elaboração de teses, dissertações e artigos. Para esta autora, o crescimento e a legitimação do humor enquanto campo de pesquisa, em parte, está associado a sua transformação em bem econômico, que contribuiu para a sua mercantilização e transformação em produto, tornando-o, assim, um tema mais atrativo e interessante não apenas para os veículos de comunicação, mas também para a sociedade.

Segundo Driessen (2000), estudar o tema humor e os assuntos relacionados a ele permite que os pesquisadores tenham contato com questões relevantes relacionadas à sociedade e aos contextos social e cultural nas quais ele está sendo abordado. Dentre tais questões, este autor destaca os interesses dominantes, os contrapontos, as contradições e as ambivalências que permeiam o tecido social. Hoje, a temática do humor tem sido pesquisada a partir de diferentes prismas de análise e por diversas áreas do conhecimento, como a História (PIRES, 2014; MIANI, 2005; 2012; 2016a; 2016b; MOTTA, 2006; 2016), Linguística (POSSENTI, 2010; 2013; CHARAUDEAU, 2006) Comunicação Social (OLIVEIRA, 2016; MARQUES; DE OLIVEIRA, 2012), Administração (CARRIERI, 2004; FURTADO *et al.*, 2014; MEDEIROS; ALCADIPANI, 2016), entre outras.

Dentre as possibilidades de abordagem acerca do humor, optamos por trabalhar com a perspectiva que o compreende como uma possibilidade de crítica social, resistência ou transgressão. Dessa maneira, consideramos que o humor pode exercer um papel desmistificador, haja vista que ele pode desmascarar a realidade, captar o indizível, contestar a ordem vigente e desmontar os falsos equilíbrios sociais. Assim, ao escolhermos esta perspectiva, corroboramos Eco (1989, p. 19), que ao abordar a relação do humor com o conceito de carnaval bakhtiniano, salienta que o humor pode ser uma possibilidade de crítica social e de transgressão ao nos lembrar de que, ao mesmo tempo em que estamos sujeitos a certas leis, que nos regula socialmente, também pode haver razões para não obedecê-las: *“el humor no nos promete liberación: al contrario, nos advierte la imposibilidad de una liberación global, recondándonos la presencia de una ley que ya no hay razón para obedecer”*.

Outrossim, corroboramos também o posicionamento de Travaglia (1989; 1990), que ressalta que o humor exerce um papel sociopolítico, tendo em vista que, por meio da irreverência, ironia e sátira, ele consegue resistir ao controle e ser um campo de contestação desarmada da estrutura social, do mesmo modo que traz à tona os absurdos da sociedade. Além disso, partimos de uma visão de que o “(...) discurso humorístico caminha no sentido de burlar, fugir do controle da interdição de um dizer que é censurado” (OTTONI, 2007, p. 62).

Todavia, vale salientar que o discurso humorístico não necessariamente está associado a um posicionamento que seja pautado na crítica social, no caráter reflexivo e questionador, uma vez que, como enfatiza Pires (2014) e Godwin (2011), o humor também pode reforçar preconceitos, estigmas e discriminações sociais e raciais, estando tal prática, no geral, ancorada na utilização pejorativa dos estereótipos, como se observa no ataque às minorias da sociedade. Além do mais, de acordo com Carmelino e Possenti (2015, p. 420), os estereótipos ganham contorno na linguagem humorística e funcionam como facilitadores cognitivos, na medida em que despertam o riso por meio do “(...) rebaixamento, a depreciação, a avaliação negativa – sejam de ordem física, sejam de ordem moral”. Em contrapartida, para estes mesmos autores, é válido enfatizar que nem sempre os estereótipos são sinônimos de algo pejorativo, já que, também, podem estar associados à ideia de coesão e identidade social. Logo, como ressalta Goodwin (2011, p. 535), há “um estereótipo a respeito dos estereótipos: o de que tenham um caráter pejorativo, sendo, portanto, prejudiciais”.

Na área de EOr há, ainda, poucos trabalhos sobre o humor (CARRIERI, 2004; DUARTE; DUARTE, 2016; 2009 IRIGARAY et al., 2010; FURTADO et al., 2014; MEDEIROS; ALCADIPANI, 2016; SILVA, 2016), sendo isso evidenciado após a realização de uma pesquisa com este termo nas plataformas científicas *SciELO*, *Spell* e Portal de Periódicos Capes. Associado a isso, de acordo com Westwood e Johnston (2013), apesar de haver diferentes perspectivas de pesquisa em torno do humor nas organizações, de modo geral, há uma escassez de trabalhos dessa temática na área de EOr quando comparado com estudos realizados acerca de outros fenômenos comportamentais e sociais no âmbito organizacional, como, a satisfação ou o comprometimento no trabalho. Para estes autores, isto é decorrente, em parte, da percepção predominante de que trabalho e organizações são marcados pela racionalidade e funcionalidade, e o humor romperia com este viés.

Nesta mesma perspectiva, Cavedon e Stefanowski (2008) ressaltam que o contexto organizacional é visto como o *locus* em que as ações devem corresponder a uma imagem de credibilidade, de eficiência, eficácia e racionalidade. Em vista disso, para estas autoras, as manifestações do humor, por exemplo, o riso, a piada e a brincadeira, encontram barreiras no ambiente organizacional, sendo disfarçadas ou ocultadas para não comprometerem o *status* de “seriedade” e formalismo que, geralmente, são

atribuídos às organizações. Ainda nesta perspectiva, o pesquisador e professor Dennis Mumby, em entrevista concedida a revista *Organicom*, destaca que, devido ao domínio das perspectivas funcionalista e gerencialista, os estudos acadêmicos acerca do humor recebiam pouco apoio ou incentivo, uma vez que eram vistos “(...) como triviais, mas também como um impedimento à eficiência e produtividade” (MUMBY, 2009, p. 201-202).

Outro aspecto importante, conforme assinala Freitas (1999; 2001), consiste no fato de que no âmbito das organizações o humor também pode ser tido como uma forma de comunicar ou abordar um assunto “espinhoso” ou delicado de forma mais sutil. Ainda segundo esta autora, entender os códigos associados à linguagem humorística praticada em uma organização implica uma melhor compreensão acerca das questões relacionadas a assuntos tidos como constrangedores, tabus e “perigosos”, lembrando que temas dessa natureza não costumam ser abordados e discutidos abertamente no cotidiano das organizações.

De acordo Mumby (2009), pesquisas sobre o humor em ambientes organizacionais têm evidenciado que ele apresenta potencialidade de abordar criticamente os aspectos relacionados à lógica administrativo-gerencial dominante e os sistemas de racionalidade, descortinando e tornando explícitas as ambiguidades associadas a suas práticas, funcionando, portanto, como um caminho que fomenta e permite criar brechas para reflexões. Apesar disso, como pontuam Weick e Westley (2004, p.379), a possibilidade do humor em gerar mudanças radicais ou estruturais nas organizações é limitada, na medida em que “o humor fornece flexibilidade, correção e *insight* sem prejuízo da ordem”, ou seja, “o humor é um bom exemplo de criação de desordem na ordem” em que o *status quo* é mantido.

Dito isto, dentre as possibilidades de se pesquisar as relações de poder e as ações de resistência em uma organização, optamos pela perspectiva teórica que aborda o humor enquanto estratégia discursiva de resistência. Segundo Carrieri (2004) e Hardy e Phillips (1999), esta abordagem acerca do humor apresenta potencial de expressar e refletir os conflitos, as incongruências e as possíveis práticas de resistência e poder associadas ao ambiente e ao mundo do trabalho, podendo ser evidenciadas por meio dos discursos presentes em alguns gêneros humorísticos, por exemplo, a charge, a piada, o

cartum, entre outros. Particularmente, neste trabalho iremos nos debruçar sobre o gênero charge, conforme já pontuado em outro momento do texto.

No que tange à análise do *corpus* desta dissertação, ela será realizada tendo como aporte teórico-metodológico alguns pressupostos e operadores analíticos do trabalho arqueológico e genealógico de Foucault, como, a concepção de poder e discurso. Sendo assim, é importante destacar que, para Foucault (2007), os discursos não se restringem a letras, palavras e frases, na medida em que para o filósofo o discurso é uma prática social, que se produz em razão das relações de poder. Dessa maneira, segundo Foucault (1998, p.95), “(...) o discurso pode ser, concomitantemente, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta”, ou seja, ele é, simultaneamente, um lugar de poder e de resistência.

Assim, considerando esta concepção de discurso, concordamos com Fairclough (2001, p.76) quando ele pontua que “(...) analisar as instituições e as organizações em termos de poder significa entender e analisar suas práticas discursivas”. Dessa maneira, partimos da hipótese de que a charge enquanto prática discursiva possa evidenciar não apenas as relações de poder que estão envolvidas no processo de formação e emergência de seus discursos, como também determinadas ações de resistência, pois, tendo como referência Foucault (1985), as resistências não são externas às práticas de poder, mas sim intrínsecas a elas.

É válido salientar que a nossa decisão em analisar charges vinculadas a uma organização sindical em detrimento de outros tipos de organização é pautada em vários fatores, os quais serão delineados na sequência. Inicialmente, o ambiente sindical, de modo geral, é um espaço historicamente caracterizado por mobilizações, lutas e ações de resistência, do mesmo modo que busca discutir e abordar temas relacionados à relação capital e trabalho, direitos sociais, política, economia, entre vários outros. Além do mais, a organização sindical tem um papel bastante relevante no que se refere à conscientização e formação política-ideológica dos trabalhadores. Nesse sentido, os sindicatos utilizam diversas estratégias, táticas e instrumentos de comunicação para alcançar os seus objetivos e operacionalizar as suas ações para com a classe trabalhadora. E, é neste ponto que a imprensa sindical exerce um papel de destaque ao conceder suporte comunicacional, difundir as informações do cotidiano dos

trabalhadores e as ações organizadas pelo Sindicato, buscando, portanto, reforçar o elo entre a entidade sindical e os trabalhadores.

Deste modo, é neste contexto da imprensa sindical que a charge, enquanto representação humorística e prática discursiva, exerce um importante papel como estratégia de comunicação de boa parte dos sindicatos, que, por meio de um humor aparentemente descomprometido e divertido, expõe críticas, subverte, descortina, ressignifica, ironiza e zomba de assuntos, temas e personagens com o intuito de gerar reflexões e trazer à tona outra versão acerca dos fatos. Ademais, é válido salientar que, como assevera Miani (2002, p. 14), “a charge é o lugar social da imprensa sindical mais fecundo para observarmos, dentre outras coisas, as metamorfoses no mundo do trabalho”. Por conseguinte, tendo em vista a relevância histórica da charge para a comunicação sindical, a natureza dos temas abordados por ela em seu conteúdo – relações de trabalho, relações de poder, política, entre outros – e o seu potencial de evidenciar as incongruências e os conflitos que permeiam tanto a organização sindical como o mundo do trabalho, escolhemos abordar algumas charges que são veiculadas em uma entidade sindical e não em veículos de comunicação da grande imprensa ou de outro tipo de organização.

Dentre as várias organizações sindicais que publicam charges em seus veículos de comunicação, optamos por pesquisar o SINBF¹, que publica este tipo de representação humorística por meio do jornal *Folha Bancária*. A escolha desta organização, em um primeiro momento, atrela-se a sua importância histórica perante o movimento sindical e o segmento bancário nacional, tratando-se de um Sindicato com expressiva representatividade nas convenções coletivas e nas mobilizações que se desdobraram em conquistas de direitos trabalhistas e melhorias salariais para a categoria. Em um segundo momento, o SINBF é o maior e mais antigo Sindicato do segmento bancário nacional, fundado em 1922 e sediado na cidade de São Paulo, região que concentra o mais importante centro financeiro do Brasil e da América Latina, da mesma forma que 25% dos bancários brasileiros são representados por ele.

¹ O Sindicato representa, atualmente, em torno de 142 mil bancários (25% de toda a categoria no Brasil),

Também é válido destacar que a imprensa sindical possui uma enorme variedade de jornais e boletins que publicam charge em seus conteúdos. Desse modo, dentre este leque de possibilidades de escolha, a preferência pelo jornal *Folha Bancária* é devido ao fato desse instrumento de comunicação apresentar uma tradição histórica (mais de 40 anos) na utilização da charge enquanto estratégia discursiva, assim como é um dos jornais sindicais mais antigos e de maior relevância e representatividade da imprensa sindical brasileira, tendo a sua circulação iniciada em 1930. Hoje, o jornal é publicado duas vezes na semana (terça e quinta) e apresenta tiragem de 100 mil exemplares mensais, sendo um dos jornais de maior circulação na imprensa sindical.

Dito isto, objetivamos nesta dissertação **analisar quais práticas do Sindicato dos Bancários de São Paulo são evidenciadas a partir do discurso humorístico das charges durante o período de 2012 a 2017**. Este objetivo geral desdobra-se nos seguintes objetivos específicos:

- 1) Investigar como o humor enquanto estratégia discursiva na charge é capaz de revelar contradições nas práticas do Sindicato;
- 2) Analisar de que forma as ações de resistência do Sindicato podem ser desveladas ou constituídas por meio do discurso humorístico da charge.

Importante ressaltar que o presente trabalho refuta a abordagem funcionalista acerca do humor em EOr e, por conseguinte, o *mainstream* acadêmico vigente na Administração em torno desta temática, uma vez que o nosso intento não consiste em abordar o humor como um instrumento gerencial de controle, de mensuração de resultados ou uma forma de facilitar “a comunicação dos valores, ritos, mitos, enfim de uma suposta ordem organizacional”, conforme salienta Carrieri (2004, p.31). Destarte, o nosso viés consiste em estudar o humor a partir de uma vertente crítica, reconhecendo-o como uma estratégia discursiva e uma possibilidade de resistência, que apresenta capacidade e potencial em refletir as tensões, os conflitos e as relações de poder existentes no mundo do trabalho e nas organizações. Por sua vez, acreditamos que esta pesquisa poderá contribuir para a literatura acadêmica e para a área de EOr no que se refere à compreensão dos paradoxos e das incongruências associadas ao discurso sindical e patronal, assim como ao mundo do trabalho.

Por fim, esta dissertação está organizada da seguinte maneira: no capítulo dois será tecida uma breve descrição da analítica foucaultiana sobre o discurso e o poder. No capítulo três, abordaremos o humor a partir dos seguintes aspectos: realização de uma concisa descrição da perspectiva histórica do conceito de humor; as abordagens sobre humor em EOr; a definição do gênero humorístico charge e o esboço de algumas de suas características.

Em relação ao capítulo quatro, primeiramente, será delineado sobre as principais transformações geradas pela reestruturação do sistema financeiro e suas implicações para o setor bancário brasileiro durante a década de 1990 e as implicações disso nas relações e condições de trabalho. Em seguida, traçamos um breve histórico da imprensa sindical brasileira, da mesma forma que esboçamos um paralelo com a conjuntura do novo sindicalismo e abordamos a importância do jornal sindical enquanto instrumento de comunicação dos sindicatos.

No capítulo cinco, elucidamos acerca dos caminhos percorridos, na qual apontamos o nosso posicionamento epistemológico, expomos como foi constituído o *corpus* da pesquisa e apresentamos a analítica de pesquisa que será empregada nesta dissertação. Já no capítulo seis, são apresentadas as análises acerca dos resultados, e, finalmente, no capítulo sete, delineamos as considerações finais desta pesquisa, na qual retomamos aos objetivos que foram traçados e em seguida averiguamos se os resultados evidenciados atenderam aos seus propósitos.

2 A ANALÍTICA FOUCAULTIANA

“Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”.

Michel Foucault. *Microfísica do Poder*, 2013.

Esta seção encontra-se dividida em duas partes. A proposta da primeira parte é falar sobre a perspectiva de discurso foucaultiana. Para isto, abordamos, principalmente, o conceito de discurso e enunciado. Na segunda parte, foram tecidas considerações acerca da concepção de poder e resistência em Foucault. Ademais, também abordamos a respeito da relação entre discurso e poder a partir da ótica foucaultiana.

2.1 A perspectiva de discurso em Foucault

Inicialmente, é importante ressaltarmos, como aponta Fairclough (2001), que o tema discurso é abordado por Foucault ao longo de toda a sua obra, no entanto, a sua concepção teórica sobre a análise do discurso apresenta algumas variações no decorrer do seu trabalho. Posto isto, é plausível que tenhamos cautela e não atribuamos ao filósofo uma noção de discurso unívoca e engessada. Desse modo, frisamos que neste tópico será abordado o conceito de discurso em Foucault a partir do escopo teórico presente na obra *Arqueologia do Saber*.

Em relação à concepção de discurso em Foucault, é pertinente destacarmos algumas diferenças teóricas existentes entre a perspectiva foucaultiana e as demais abordagens acerca do discurso, como, a *Análise Francesa do Discurso* e a *Análise Crítica do Discurso*. Segundo Fairclough (2001), a análise do discurso foucaultiana visa especificar a partir de uma abordagem sócio-histórica as formações discursivas e os conjuntos de regras que permitem a ocorrência de determinados enunciados, em detrimento de outros, em certa época. Diante disso, ao optarmos por compreender e analisar o discurso a partir do ponto de vista de Foucault, é imprescindível que haja um

discernimento em relação às outras formas de se trabalhar com o discurso, conforme salienta Fischer (2001, p. 198):

Para analisar os discursos, segundo a perspectiva de Foucault, precisamos antes de tudo recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas – práticas bastante comuns quando se fala em fazer o estudo de um “discurso”. Para Michel Foucault, é preciso ficar (ou tentar ficar) simplesmente no nível da existência das palavras, das coisas ditas. Isso significa que é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar.

Fairclough (2001) ressalta que o filósofo considera o discurso como uma prática social, que apresenta uma relação ativa com o real, ou seja, Foucault contesta a ideia de que a linguagem simplesmente se refere aos objetos e de que esses sejam considerados como dados pela realidade. Nesse sentido, o discurso a partir da perspectiva foucaultiana deve ser entendido como um lugar constante de luta, fazendo-o exercer um papel que vai além de um simples ato de fala ou mera expressão de letras, palavras e frases, pois, conforme assevera Foucault (2007, p.55), “Os discursos formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que eles fazem é mais que utilizar esses signos para designar as coisas”.

Além disso, segundo Fairclough (2001), a noção de discurso foucaultiana refere-se ao fato de que a compreensão do que é dito ou escrito em um discurso não consiste em simplesmente recorrer ao contexto na qual ele se situa, sendo isso uma prática bastante comum na sociolinguística e na pragmática. Isso porque a influência do contexto irá variar de acordo com a formação discursiva que está associada à emergência de um discurso, diante disso “(...) é preciso voltar atrás para a formação discursiva e para as articulações das formações discursivas nas ordens do discurso para explicar a relação contexto-texto-significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 73).

Na obra *Arqueologia do Saber*, Foucault (2007, p. 122) afirma que o discurso consiste em um “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação [discursiva]”, do mesmo modo que não devem ser analisados linguisticamente, textualmente ou a partir de uma suposta estrutura, já que, como pontua Castro (2004), mesmo que os enunciados se articulem em torno de frases e preposições eles não provêm de tais estruturas. Em vista disso, os enunciados devem ser analisados a partir

das suas condições de existência, das suas relações com outros enunciados e de uma análise histórica que não seja dedutiva ou interpretativa, dado que ela deve compreender porque tal enunciado se manifesta em um determinado contexto em detrimento de outros enunciados (CASTRO, 2004; FOUCAULT, 2007).

É importante ressaltar que o enunciado para Foucault não apresenta o mesmo sentido que, geralmente, é atribuído a enunciado, conforme podemos observar no trecho a seguir:

Chamaremos de enunciado a modalidade de existência própria desse conjunto de signos: modalidade que lhe permite ser algo diferente de uma série de traços, algo diferente de uma sucessão de marcas em uma substância, algo diferente de um objeto qualquer fabricado por um ser humano; modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível (FOUCAULT, 2007, p. 121).

Ademais, de acordo com Fischer (2001, p. 203), a formação discursiva não deve ser confundida com a disciplina ou “sistemas fechados em si mesmo”, uma vez que ela funciona como uma “matriz de sentido” ou um regime de verdade, que define o que se “sabe”, assim como o que é possível ser dito e o que deve ser dito em um campo do saber ou campo enunciativo. Destarte, os discursos, por estarem imersos em determinadas formações discursivas e ligados a práticas discursivas, estão, conforme salienta Fischer (2001, p. 204), “(...) sempre obedecendo a um conjunto de regras, dadas historicamente, e afirmando verdades de um tempo”, ou seja, “as ‘coisas ditas’, portanto, são radicalmente amarradas às dinâmicas de poder e saber de seu tempo”.

No que se refere à definição de formação discursiva ou sistema de formação, Foucault a define da seguinte maneira:

Por sistema de formação é preciso, pois, compreender um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou tal objeto, para que empregue tal ou tal enunciação, para que utilize tal ou tal conceito, para que organize tal ou tal estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática (FOUCAULT, 2007, p. 82).

Para Foucault (2007), a análise do enunciado deve ser realizada de maneira conjunta com a formação discursiva, tendo em vista que a construção dos enunciados está imbricada a uma condição de existência e essa apresenta regras de formação. Tais regras consistem em feixes de relações discursivas, que não são internas ao discurso (palavras; preposições; frases), mas, sim, externas a ele, pois “essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática” (FOUCAULT, 2007, p. 52). Dito isto, as relações discursivas para o filósofo estão atreladas às instituições, aos aspectos econômicos, sociais e políticos, assim como a campos do saber, entre outros.

Neste sentido, como aponta Veiga-Neto (2003), a partir da perspectiva foucaultiana, os discursos não devem ser analisados simplesmente como algo falso ou verdadeiro. Ou seja, ainda segundo este autor, é importante problematizarmos em torno dos processos que estabelecem o que é verdade ou não, na medida em que os discursos estão associados a regimes de verdade, que definem os critérios do que é considerado legítimo ou não, falso ou não, enfim, “são os enunciados dentro de cada discurso que marcam e sinalizam o que é tomado por verdade, num tempo e espaço determinado, isso é, que estabelecem um regime de verdade” (VEIGA-NETO, 2003, p. 101)

Além do mais, para Foucault (2007), o enunciado é um acontecimento, que apresenta uma singularidade mesmo estando sujeito a se repetir, transformar e reativar, assim como estão relacionados a outros enunciados, sejam esses anteriores ou posteriores a ele. Diante disso, segundo Foucault (2007, p. 30-31), dois aspectos principais devem nortear a análise discursiva dos enunciados: “como apareceu determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” e “deve-se mostrar por que não poderia ser outro [enunciado], como excluir qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros [enunciados] e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar”.

A partir do que Foucault (2007) considera como enunciado, ele menciona um exemplo para ilustrar quando é possível definir algo como enunciado ou não. O exemplo apresentado na obra *Arqueologia do Saber* diz respeito a uma sequência de letras (A, Z, E, R, T), que estão registradas no teclado de uma máquina de escrever. Em um primeiro momento, esta sequência de letras no teclado não corresponde a um enunciado, entretanto, se o mesmo conjunto de letras estiver escrito em um manual de datilografia

ele pode ser considerado um enunciado. Vejamos por que. No primeiro caso, as letras correspondem apenas a uma sequência, que não está condicionada a regras de formação que nos permita compreender a sua condição de emergência e o porquê da sua existência, assim não há a manifestação de um saber legitimado e que possa ser repetido e transmitido. Em contrapartida, a segunda situação está relacionada a um conjunto de letras que apresenta uma condição de existência e um campo adjacente na qual se relaciona, na medida em que está presente em um manual técnico de datilografia, que é elaborado a partir de feixe de relações discursivas e regras de formação, que o legitimam enquanto um saber que será transmitido para outras pessoas, isto é, trata-se de uma referência técnica para a prática da datilografia. Desse modo, conforme pontua Castro (2004, p.137), “duas expressões equivalentes desde o ponto de vista lógico não são necessariamente equivalentes desde o ponto de vista enunciativo”.

Ademais, de acordo com Foucault (2007, p. 110), os enunciados não são livres, neutros ou sozinhos, haja vista que estão em constante relação com outros enunciados, ou, nas palavras do próprio filósofo, “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados”. Associado a isso, para este mesmo autor, todo enunciado supõe formas/campo de coexistência ou campo de presença, na qual há uma correlação de diferentes enunciados relacionados a determinado discurso, que se apoiam se complementam e se distinguem em suas margens. Todavia, eles também podem estar relacionados a um campo de concomitância, na qual há enunciados provenientes de discursos díspares em um mesmo campo enunciativo, seja por questões analíticas, teóricas ou metodológicas. Em suma, conforme enfatiza Foucault (2007, p. 112):

Qualquer enunciado se encontra assim especificamente: não enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. (...) Não há enunciado que não suponha outros: não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistência, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis.

Outro aspecto importante, que é abordado por Foucault (2007, p. 124), refere-se à questão de que o enunciado não é prontamente visível, mas também não é oculto, ou seja, “o enunciado é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto”. Nesse sentido, a identificação dos enunciados não deve se pautar na interpretação de palavras, frases ou

proposições, tendo em vista que, conforme mencionado anteriormente, a formação de um enunciado está associada a aspectos que vão além da linguagem. Dessa maneira, segundo Deleuze (1991), os enunciados se tornarão visíveis a partir do momento que consigamos adentrar em suas condições extrativas ou formação histórica, uma vez que o que pode ser dito ou não em determinada época está associado a determinadas condições de existência histórica. Em outras palavras, consiste em buscar as visibilidades enunciativas por meio das “condições que as abre”. Assim, “em suma: se não nos alçarmos até suas condições extrativas, o enunciado continua oculto; desde que tenhamos atingido as condições, ao contrário, ele está visível, e diz tudo” (DELEUZE, 1991, p. 63).

Dito isto, no próximo tópico iremos abordar a respeito da concepção de poder em Foucault e explicar sobre algumas relações entre discurso e poder, que foram abordadas pelo filósofo ao longo de algumas de suas obras.

2.2 A concepção de poder foucaultiana

O conceito de poder apresenta diferentes enfoques teóricos e conotações, na medida em que a sua base conceitual é elaborada a partir de variadas áreas do conhecimento. De acordo com Faria (2004), o estudo acerca do poder remete aos primeiros escritos de Platão e Aristóteles, e, ao longo da história, a sua abordagem se disseminou para diversos campos do conhecimento. Dessa maneira, o conceito de poder apresenta um caráter multifacetado, do mesmo modo que é associado a diferentes objetos de pesquisa e formado por um arcabouço teórico multidisciplinar.

A partir disso, em relação ao tema poder², Foucault desenvolve em suas obras uma abordagem díspar ao que comumente se observa na literatura sobre o tema. O primeiro aspecto a se destacar refere-se à contestação que o autor faz em relação à representação jurídico-discursiva do poder, que foi construída durante a Idade Média pelos teóricos do Direito, pela Monarquia e pelo Estado nacional. Além disso, esta perspectiva de poder é fundamentada em um modelo no qual o seu foco é o enunciado da lei, a dominação, a

² É importante ressaltar que Foucault (2006, p.276) utiliza a expressão “relações de poder” como sinônimo de poder.

obediência por parte do sujeito e a interdição, isto é, o “poder legislador, de um lado, e sujeito obediente do outro” (FOUCAULT, 1998, p. 82).

Contudo, o que Foucault propõe é uma concepção de poder em que a sua vinculação não esteja somente relacionada ao Estado e seus aparelhos, às leis e instituições, pois, conforme salienta Veiga-Neto (2007, p. 120), para Foucault “o poder se exerce no Estado, mas não se deriva dele (...)”. Desse modo, o poder deve ser entendido como correlações de forças múltiplas que não estejam presas às estruturas ou apenas a alguns sujeitos ou instituições específicas, mas, sim, permeadas em todo o tecido social. Na sequência, transcrevemos um trecho em que Foucault faz algumas ressalvas sobre a relação entre as instituições e as relações de poder, conforme elucida o autor:

Não se trata de negar a importância das instituições na organização das relações de poder. Mas de sugerir que é necessário, antes, analisar as instituições a partir das relações de poder, e não o inverso; e que o ponto de apoio fundamental destas, mesmo que elas se incorporem e se cristalizem numa instituição, deve ser buscado aquém (FOUCAULT, 1995, p. 245).

Outro aspecto importante refere-se ao fato de que a investigação do filósofo acerca do poder pautou-se em entender “o como do poder”; como se exerce o poder; como funcionam os mecanismos em que é praticado o poder. Nesse sentido, Foucault analisou estes aspectos a partir da triangulação entre poder, direito e verdade, isto é, entender como as regras jurídicas delimitavam o poder; as verdades que o poder produz e transmite, assim como as que ele reproduz (FOUCAULT, 2013).

Também é importante salientarmos que a proposta de Foucault não consistiu em formular uma teoria geral do poder, mas sim uma analítica que fosse capaz de oferecer instrumentos para analisar as relações de poder (FOUCAULT, 1998). Além disso, de acordo Dreyfus e Rabinow (1995, p. 206), a opção de Foucault em elaborar uma analítica ao invés de uma teoria “(...) advém de sua compreensão de que a teoria só existe e é inteligível quando é estabelecida contra e entre práticas culturais articuladas”. Ainda sobre essa questão, como argumenta Machado (2013), a escolha do filósofo por não realizar uma teoria geral do poder denota que ele optou por analisar o poder como algo que não seja unitário e que não possui uma essência ou natureza.

Haja vista o que foi delineado, vale destacarmos que o poder na concepção foucaultiana não existe senão como prática, como relação, visto que ele consiste em um conjunto de ações sobre ações possíveis; dito de outra maneira, o poder visa delimitar o campo de ação de um sujeito (FOUCAULT, 1995). Destarte, como pontua Machado (2013, p. 17), para Foucault, não se pode falar em existência do poder, o que há são práticas ou relações de poder, que “significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona”.

Por sua vez, a leitura que Foucault faz das relações de poder é que elas ocorrem pelo enfrentamento entre diferentes forças que não são unívocas e estão sujeitas à reversibilidade das forças e, de acordo com Deleuze (1991), o poder deve ser compreendido como uma força, e, não uma forma. Ainda segundo este autor, as forças não agem sozinhas, mas sim em relação com outras forças. Tais forças ora são ativas, ora são reativas, o que caracteriza o poder como fluido, e, por conseguinte, isso permite que as práticas de poder percorram toda a rede de relações sociais (DÍAZ, 2012). Desse modo, o poder apresenta uma característica marcante que consiste em sua capilaridade, visto que não pertence a ninguém e não se localiza em algum lugar específico, da mesma maneira que não é hierárquico ou institucional, pois ele está em toda a estrutura social e nas mínimas relações do cotidiano, caracterizando, assim, o que Foucault chamou de “microfísica do poder” (MACHADO, 2013; PEREIRA, 2013). Além do mais, Foucault (1998, p. 89) ressalta que “o poder está em toda a parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares”.

Outra questão relevante abordada por Foucault (1995) refere-se ao fato de que o poder se exerce sobre indivíduos livres, sendo que a ausência de liberdade impossibilita a ocorrência das relações de poder. Isso fica evidente no trecho a seguir, na qual o filósofo explana sobre a importância da ligação entre a liberdade e as relações de poder:

O poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres’, enquanto ‘livres’ – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. Não relações de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se então de uma relação física de coação) – mas apenas quando ele pode se deslocar e, no limite, escapar. Não há, portanto, um confronto entre poder e liberdade, numa relação de exclusão (onde o poder se exerce, a liberdade desaparece); mas um jogo muito mais complexo: neste jogo, a liberdade aparecerá como condição de existência do poder (...) (FOUCAULT, 1995, p. 264).

Ainda sobre a questão da liberdade e as relações de poder, a ligação entre elas não se caracteriza pelo antagonismo, uma vez que não é fundamentada pela oposição, dualidade ou incompatibilidade, como argumenta Foucault (1995, p. 244-245): “Mais que de um ‘antagonismo’ essencial, seria melhor falar de uma ‘agonística’(...). Uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta”. Portanto, não ocorre um confronto ou uma relação de exclusão entre os dois termos, visto que eles são contemporâneos, e, para que haja poder, é preciso que os sujeitos tenham liberdade para resistir.

No entanto, é importante frisarmos também que a analítica de poder foucaultiana refere-se à questão das resistências presentes nas relações de poder, que devem ser entendidas como algo conjugado e inerente às práticas de poder. Segundo Foucault (1985, p. 98), “as correlações de poder somente podem existir em função de uma multiplicidade de pontos de resistência (...)”, isto é, a resistência não pode ser tratada como algo externo ao poder, uma vez que ela é intrínseca a ele. Ademais, na concepção foucaultiana não há pontos ou lugares fixos em que o poder ocorre, mas, sim, conforme ressalta Machado (2013), pontos aleatórios e transitórios ao longo de toda a estrutura social, do mesmo modo que a resistência, pois, onde há poder há resistência.

A resistência emerge, neste contexto, como ponto relevante na obra de Foucault (2013, p. 241), que aponta que “jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa”. Dessa maneira, devem-se levar em consideração as possibilidades dos sujeitos resistirem a esse poder. É da resistência que resultam os conflitos de poder tão presentes nas relações sociais, visto que os sujeitos agem e reagem motivados pelo objetivo de salvaguardar seus próprios interesses, conforme ressalta Díaz (2012, p. 121):

As forças do poder definem-se por sua capacidade de afetar os outros. Estes, por sua vez, têm capacidade de resistência. (...) Cada força pode afetar e ser afetada por outra. Por isso implica relações de poder; todo campo estratégico distribui as forças em função dessas relações e de suas variações.

Todavia, a perspectiva foucaultiana não considera o poder como algo repressivo ou negativo, uma força que diz não, que estabelece limites ou que castiga, mas como uma

força que forma saberes, produz coisas e discursos (DÍAZ, 2012). Assim sendo, o que Foucault defende é uma concepção positiva, formativa e transformativa do poder, no sentido de rebater a ideia de que o poder é destrutivo ou dominante (MACHADO, 2013). Isso fica evidente no trecho a seguir, em que Foucault explica porque a sua perspectiva de poder não dialoga com a concepção jurídica de poder:

Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2013, p. 8).

É válido enfatizar também a perspectiva de Foucault acerca da relação entre o poder e o saber, pois a compreensão desta ligação é um ponto-chave para o entendimento dos variados dispositivos (poder; saber; sexualidade; disciplina etc.) que demarcam as práticas discursivas e não discursivas em uma determinada época. Dessa maneira, a primeira questão a ser destacada refere-se ao fato de que o poder e o saber não são iguais, “na medida em que o saber é da ordem das formas (ver e dizer) e o poder é da ordem das forças (...)” (DÍAZ, 2012, p. 122). Entretanto, segundo Machado (2013) e Veiga-Neto (2007), saber e poder são interligados e conjugados, haja vista que o saber funciona como um mecanismo que conduz o poder, do mesmo modo que o lugar no qual o poder é exercido também consiste no campo em que o saber é formado. Destarte, a origem do saber está nas relações de poder, como salienta Foucault (2012, p. 30):

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.

De outro modo, a relação entre o poder e o discurso também é abordada na analítica de poder foucaultiana, sendo esta ligação descrita por Foucault (1985, p. 96) da seguinte maneira: “o discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo”. Além disso, é importante ressaltar que a abordagem entre o discurso e o poder elaborada pelo filósofo não propunha uma análise linear, causal ou mecânica, mas sim um conjunto de segmentos descontínuos, que são marcados por uma

multiplicidade de elementos discursivos e táticas instáveis, nas quais não há discursos antagônicos, como discursos dominantes *versus* discursos dominados ou discursos do poder *versus* discursos de resistência (VEIGA-NETO, 2007).

Vale salientarmos que o discurso na perspectiva foucaultiana deve ser compreendido como uma prática social e um conjunto de elementos que são operacionalizados no interior dos mecanismos de poder, sendo que o poder não consiste na fonte ou origem do discurso, visto que ele operacionaliza por meio dos discursos (FOUCAULT, 2010). Desse modo, o discurso funciona, concomitantemente, como instrumento e efeito do poder, na qual a sua produção ocorre por meio das relações de poder, conforme salienta Foucault:

Meus objetivos é examinar as diferentes maneiras pelas quais o discurso cumpre uma função dentro de um sistema estratégico onde o poder está implicado e pelo qual funciona. O poder não está, pois, fora do discurso. O poder é algo que funciona através do discurso, porque o discurso é, ele mesmo, um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder. (FOUCAULT, 2001, p. 465).

Arelado ao que foi supramencionado, Foucault, ao propor que o discurso é uma prática, ele não apenas desconsidera algumas dicotomias (objetividade/subjetividade; pensar/agir; falso/verdadeiro etc.), da mesma forma que não trata o discurso como conjuntos de signos, mas como práticas discursivas que por meio de um grupo de regras anônimas e históricas “(...) formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2007, p. 55). Ademais, de acordo com Araújo (2008), as práticas discursivas consistem em uma forma de poder que é exercida por meio da formação do discurso. No entanto, não devemos confundi-las, conforme assevera Fischer (2001), como simples formulações de frases, pensamentos ou ideias, na medida em que tais regras não apenas servirão de referência para a construção de discursos, como também para silenciar ou interditar a produção discursiva e trazer à tona as dinâmicas de poder e saber relacionadas a um determinado discurso.

Como podemos observar, anteriormente, o termo dispositivo aparece nos escritos de Foucault como um elemento importante no que se refere à relação entre poder e saber e discurso e poder. Diante disso, é preciso que saibamos qual a conceituação desse termo para o filósofo francês. Primeiramente, como pontua Agamben (2005), o dispositivo

consiste em um termo relevante para a compreensão do pensamento foucaultiano, principalmente em sua fase genealógica. Porém, ele ressalta que o dispositivo não é um conceito que tenha sido sistematizado ou claramente definido ao longo das obras de Foucault, uma vez que foi abordado pontualmente pelo pensador francês em algumas de suas entrevistas. Além do mais, segundo Gregolin (2015, p. 11), a emergência deste termo está associada à pesquisa de Foucault acerca da história da sexualidade, na qual ele aponta que a sexualidade não deve ser tida como algo naturalizado na sociedade, haja vista que ela consiste em um dispositivo histórico que surge em meados do século XVIII, do mesmo modo que “se trata de uma rede composta por um conjunto de práticas, discursos e técnicas de estimulação dos corpos e de formação do conhecimento”.

Outro ponto relevante, conforme aponta Revel (2002) e Castro (2004), diz respeito ao fato de que a inserção do termo dispositivo nas obras de Foucault representa uma mudança de perspectiva e de objeto de análise por parte do filósofo, que implicou mudanças de cunho analítico-metodológico, visto que ele passa a se interessar mais pela análise do poder. Dessa maneira, o termo *episteme* (relações discursivas), até então utilizado na fase arqueológica, é gradativamente substituído pelo conceito de dispositivo (relações discursivas e não discursivas) na fase genealógica de sua obra. Indo mais além, como pontua Foucault (2013), o termo *episteme* é um dispositivo que abrange apenas as práticas discursivas, no entanto, a ideia do dispositivo genealógico amplia o leque de análise por abarcar também as práticas não discursivas (instituições; práticas; estratégias; mecanismos de poder). Ou seja, nas palavras do próprio filósofo, “(...) a *episteme* é um dispositivo especificamente discursivo, diferentemente do dispositivo, que é discursivo e não discursivo, seus elementos sendo muito mais heterogêneos” (FOUCAULT, 2013, p. 367).

Neste sentido, conforme supracitado, um dos poucos momentos em que Foucault aborda o termo dispositivo foi na entrevista intitulada “Sobre a história da sexualidade”, concedida por ele em 1977. Nessa entrevista, ele é questionado acerca do sentido e definição do termo. A primeira definição explanada pelo filósofo enfatiza os elementos discursivos e não discursivos do dispositivo:

Por esse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2013, p. 364).

Em outros pontos da entrevista, Foucault aponta algumas características fundamentais que permeiam o termo dispositivo. A primeira delas, já abordada na citação acima, refere-se ao fato de ele ser uma rede ou estrutura de relações que são construídas a partir de elementos heterogêneos (discursivo e não discursivo), ou, de acordo com a leitura de Deleuze (1991), formado por um conjunto de elementos multilíneares (curvas de visibilidade e curvas de enunciação). Dito de outra maneira, o dispositivo deve ser entendido como um “regime de fazer ver e fazer dizer, que distribui o visível e o invisível, fazendo nascer ou desaparecer o objeto que não existiria fora desta luz; assim não devemos buscar sujeitos e objetos, mas regimes de constituição de sujeitos e objetos” (TUCHERMAN, 2004, p. 42).

A segunda característica apontada por Foucault (2013) diz respeito à natureza da relação que pode existir entre os elementos heterogêneos, na medida em que ela está relacionada ao jogo de poder e a diferentes campos do saber. Sendo assim, o dispositivo está constantemente em mudança de função e posição, visto que se relaciona com distintos mecanismos de poder, que são provenientes de variadas dimensões sociais. No que tange ao terceiro aspecto característico do dispositivo, Foucault (2013; 1985) assinala a função estratégica desempenhada pelo dispositivo, uma vez que ele emerge devido a uma necessidade/urgência histórica, por exemplo, o fato de a sexualidade ter se tornado um assunto importante para a burguesia no século XVIII, sendo isso proveniente do interesse dessa classe em se consolidar socialmente perante a nobreza. Desse modo, a burguesia implantou dispositivos relacionados à sexualidade por meio de conjunto de leis, comportamentos e instituições, com o intuito de regular a vida social e a sexualidade da população (FOUCAULT, 1985).

Outro aspecto importante abordado por Foucault (1996) refere-se à questão do discurso estar sujeito a procedimentos de exclusão, que controlam e regulam a sua irrupção aleatória, assim como o que se pode dizer e fazer. Em suma, não se pode dizer tudo ou falar de qualquer assunto em determinado momento histórico. Por sua vez, ainda

segundo o filósofo, dentre as formas de exclusão do discurso, a interdição é a mais evidente e familiar, sendo que por meio de um conjunto de interdições – tabu do objeto, ritual da circunstância e exclusividade do sujeito que fala – revela-se a relação entre o discurso e o poder, do mesmo modo que “(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p.10).

Dito isto, nesta seção, foram abordados alguns temas associados à perspectiva foucaultiana de discurso e a analítica de poder elaborada pelo filósofo. Lembramos que a leitura e interpretação que foram delineadas consistem em apenas uma dentre várias possibilidades de abordagem acerca da concepção foucaultiana sobre o discurso e o poder. Na sequência, discutiremos sobre o humor e o riso no que diz respeito à perspectiva histórica dos termos, a abordagem do tema humor na área de EOr, a definição e algumas características do gênero humorístico charge.

3 O HUMOR

“Diga-me se você ri, como ri, por que ri, de quem e do que ri, ao lado de quem e contra quem e eu te direi quem você é”.

Jacques Le Goff, 2000.

Quando pensamos sobre o humor várias percepções podem nos vir à cabeça, por exemplo, uma reação fisiológica, algo que é engraçado, que faz rir, estado de espírito, brincadeira, fazer críticas a alguém sem que a outra pessoa se sinta ofendida, entre outras percepções. Mas, o que alguns teóricos que estudam esta temática pensam a respeito do termo humor? Haveria um conceito unívoco para o humor?

Neste sentido, nas subseções seguintes delinearemos sobre a perspectiva histórica do termo humor e determinados teóricos que abordam a relação entre o humor e o riso, algumas perspectivas acerca do humor em EOr e, por fim, teceremos acerca do gênero humorístico charge e algumas de suas características.

3.1 A perspectiva histórica dos termos humor e riso

Segundo Bremmer e Roodenburg (2000), o interesse em se pesquisar o humor não remete à contemporaneidade, uma vez que na antiguidade o tema já era estudado de forma sistemática. Para Burke (2000), abordar o humor a partir de uma perspectiva histórica é reconhecer que não há na literatura um conceito único e cristalizado do humor, visto que o termo apresentou mudanças no decorrer da história, refletindo, assim, o seu caráter sócio-histórico. Corroborando esta perspectiva, Silva (2012), ao realizar uma pesquisa em dicionários léxico-semânticos e etimológicos acerca dos principais semantismos do lexema humor, pôde evidenciar que este termo varia de acordo com a sociedade e a época, e por isso tem apresentado diferentes significados e funções ao longo da história.

Segundo Silva (2012), a origem do termo humor remete a Península dos Balcãs, na Grécia Antiga, e se referia às substâncias líquidas que circulam no corpo (sangue, fleuma, bílis amarela e bílis negra), que correspondiam, respectivamente, aos

temperamentos sanguíneo, fleumático, colérico e melancólico. Arelado a isso, ainda segundo este autor, em seus primórdios, o humor também era associado ao termo *pathos*, que possuía conotação médica (enfermidade, patologia) e retórica (uma das três partes da retórica grega), sendo que essa vinculação se enfraqueceu a partir do início do século XVI na Europa Central, período em que o termo passa a ser relacionado também à disposição particular e ao estado de alma momentâneo.

Em relação à acepção moderna do termo, de acordo com Bremmer e Roodenburg (2000), essa remete ao século XVII na Inglaterra, mais precisamente 1682, período em que o humor deixa de significar apenas disposição mental ou temperamento e passa a ser associado ao riso e ao cômico. Segundo estes mesmos autores, um dos primeiros textos no qual se utilizou o sentido moderno do termo humor foi o ensaio publicado em 1709 da autoria de Lorde Shaftesbury e intitulado de *Sensus communis: an essay on the freedom of wit and humour* (*Sensus communis*: um ensaio sobre a liberdade de inteligência e humor [tradução nossa]). É importante destacarmos também que o termo inglês *humour*, que significava piada natural, é originário do termo *humeur*, de origem francesa, que se referia aos quatro fluidos principais do corpo humano (sangue, flegma, bÍlis e bÍlis negra) (BREMNER; ROODENBURG, 2000). Além disso, o termo francês foi empregado pelo autor Pierre Corneille em suas primeiras comédias no início do século XVII (SILVA, 2012).

No que se refere à literatura acerca do humor, não há definições canônicas em relação ao seu conceito, assim como não se tem uma teoria unívoca para o tema, haja vista que se trata de uma temática ampla, complexa, multifacetada e não perene ao longo da história. De acordo com Bremmer e Roodenburg (2000) e Saliba (2002), alguns estudos clássicos realizados sobre o humor e o riso, como os de Bergson (2001) e Propp (1992), tem evidenciado que a compreensão em torno desta temática não remete à busca de sua essência ou ontologia, na medida em que o termo humor é permeado pelas mudanças do tecido histórico e social, ou seja, consiste em um fenômeno cultural e sócio-histórico. Nesta mesma linha de pensamento, Saliba (2002, p. 28), ao estudar e analisar o humor até os primeiros tempos do rádio no Brasil, período da história conhecido como *Belle Époque* brasileira, destaca o seu caráter histórico e mutável, conforme se pode observar no trecho a seguir: “Toda produção humorística, assim como as atitudes em relação ao

cômico, a maneira como é praticado, seus alvos e suas formas não são constantes, mas mutáveis, historicamente nômades e culturalmente inventadas”.

A partir do que foi elucidado anteriormente, fica evidente que não há um conceito universal referente ao humor, visto que ele é permeado de múltiplos significados que variam de acordo com a época, sociedade e contexto histórico. De acordo Propp (1992, p.32), “cada época e cada povo possui seu próprio e específico sentido de humor e de cômico que, às vezes, é incompreensível em outras épocas”. Nesse sentido, para que possamos compreender as múltiplas facetas e o aspecto plástico do termo humor, é preciso situá-lo historicamente, da mesma forma que ao contexto social e cultural que o circunda.

De outro modo, Bremmer e Roodenburg (2000, p. 13) ao proporem uma definição para humor, destacam a sua relação com o riso, como se pode observar no seguinte trecho: “(...) entendemos o humor como qualquer mensagem – expressa por atos, palavras, escritos, imagens ou músicas – cuja intenção é a de provocar o riso ou um sorriso”. Todavia, é importante salientarmos que a relação entre o humor e o riso não apresenta causalidade, pois o riso nem sempre decorre do humor, como, o riso provocado pela histeria ou pelo ato de fazer cócegas (PROPP, 1992).

Alberti (2002), em sua obra intitulada *O riso e o risível na história do pensamento*, tece uma abordagem histórica sobre algumas teorias do riso desde a Antiguidade até a contemporaneidade. Segundo esta autora, Aristóteles não produziu teoria acerca do riso e do humor, mas foi um dos primeiros escritores clássicos a atribuir ao riso um caráter estritamente humano ao dizer em sua obra *Partes dos animais* que “o homem é o único animal que ri”. Por outro lado, de acordo com esta mesma autora, há evidências de que as teorias de Cícero e Quintiliano foram os primeiros trabalhos que abordaram de maneira sistemática o riso e o risível no pensamento ocidental, contudo, somente a partir da retórica romana que o riso passa a ser teoricamente trabalhado de maneira mais aprofundada.

Ainda sobre a questão do riso, o historiador francês Le Goff (2000, p. 65) ao estudar o riso no período medieval salientou que “o riso é um fenômeno social e cultural” e que a compreensão das práticas e atitudes relacionadas a ele varia de acordo com a sociedade

e a época. Outro aspecto importante abordado pelo autor refere-se ao fato de que o riso na Idade Média foi utilizado pelo rei como instrumento de poder para estruturar a sociedade em torno de seus interesses. Além disso, o autor relata a relação da Igreja com o riso, que o considerava como uma manifestação maléfica e atrelada ao pecado, visto que não havia na Bíblia evidências de que Jesus Cristo havia rido em algum momento de sua vida.

Bakhtin (1999) também abordou em sua obra *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais* o riso e o cômico durante a Idade Média. Para este autor, a cultura do carnaval – festividades e manifestações culturais – era uma das principais características da cultura popular do período medieval e renascentista, havendo neste período um dualismo que era representado pela cultura popular (cômico/riso) e pela cultura erudita (culto; sério). Segundo este mesmo autor, havia três principais tipos de manifestações culturais: 1) as formas dos ritos e espetáculos (obras cômicas representadas em praça pública; festas públicas carnavalescas); 2) obras cômicas verbais e paródias; 3) literatura variada e multiforme, com vocabulário familiar e grotesco. Para tanto, de acordo com este mesmo autor, o carnaval se opunha ao sério, às restrições, à ordem social e religiosa e às hierarquias estabelecidas, como se pode observar nas palavras de Bakhtin ao abordar os efeitos do carnaval:

Revoga-se antes de tudo o sistema hierárquico e todas as formas conexas de medo, reverência, devoção, etiqueta etc., ou seja, tudo o que é determinado pela desigualdade social hierárquica e por qualquer outra espécie de desigualdade (inclusive a etária) entre os homens (BAKHTIN, 1999, p. 105).

Durante o período medieval e o Renascimento, um dos principais elementos que diferenciava o carnaval (cômico) das cerimônias oficiais (sério) organizadas pela Igreja e pelo Estado era o riso (BAKHTIN, 1999). Além do mais, o fato de o riso se opor ao sério e aos comportamentos oficiais não significava que a sua representação cultural e social fosse pautada em uma liberdade total, pois “a liberdade do riso, como qualquer liberdade, era evidentemente relativa; seu domínio se alargava ou diminuía alternadamente, mas não foi jamais interdita” (BAKHTIN, 1999, p. 77).

Outro importante teórico sobre o tema humor, mais precisamente sobre o riso, foi Bergson, autor do livro *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. Essa obra consiste em uma coletânea de três artigos sobre o riso, que foi publicada na *Revista de Paris* em 1889. Neste livro, o autor, ao abordar o riso e o cômico, afirma que “não há comicidade fora do que é propriamente humano” (BERGSON, 2001, p. 7). Dessa maneira, Bergson estabelece um diálogo com Aristóteles, haja vista que ele destaca a concepção do filósofo grego de que o riso consiste em algo restrito ao ser humano. Ademais, para Bergson (2001), a compreensão do riso passa pela sua inserção na sociedade, uma vez que ele possui uma função e significação social, conforme salienta o autor:

Para compreender o riso, impõe-se colocá-lo no seu ambiente natural, que é a sociedade, impõe-se, sobretudo determinar-lhe a função útil, que é uma função social. Digamo-lo desde já: essa será a ideia diretriz de todos os nossos reflexos. O riso deve ter uma significação social (BERGSON, 2001 p. 22).

Outro aspecto abordado por Bergson (2001) refere-se às circunstâncias que fazem com que uma situação ou algo seja considerado cômico (aquilo de que se ri). Desse modo, o primeiro aspecto destacado pelo autor consiste na quebra do automatismo que se desdobra no rompimento da expectativa que não é realizada. Sendo assim, a comicidade é algo acidental, visto que “não é a mudança brusca de atitude que provoca o riso, é o que há de involuntário na mudança, é o mau jeito” (BERGSON, 2001 p. 7). O autor nomeia isso de “mecânico aplicado sobre o vivo”, e um dos exemplos que ele menciona é o que se observa na sequência:

Um homem, correndo pela rua, tropeça e cai: os transeuntes riem. Não ririam dele, acredito, se fosse possível supor que de repente lhe deu na veneta de sentar-se no chão. Riem porque ele se sentou no chão involuntariamente. Portanto, não é sua mudança brusca de atitude que provoca o riso, é o que há de involuntário na mudança, é o mau jeito. Talvez houvesse uma pedra no caminho. Teria sido preciso mudar o passo ou contornar o obstáculo. Mas, por falta de flexibilidade, por distração ou obstinação do corpo, por um efeito de rigidez ou de velocidade adquirida, os músculos continuaram realizando o mesmo movimento quando as circunstâncias exigiam outra coisa. Por isso o homem caiu, e disso riem os transeuntes (BERGSON, 2001, p. 7).

Bergson (2001) também enfatiza que o cômico se manifesta a partir de diferentes maneiras, como o acidental, não acidental, as formas, gestos, ação, palavras e

caracteres. Associado a isso, para este autor, existem três condições principais para o desencadeamento do riso: estar relacionado ao humano; possuir certa insensibilidade; ser algo compartilhado socialmente.

Ademais, o filósofo russo Vladimir Propp, autor do livro *Comicidade e Riso*, também é um importante teórico sobre o riso. Este autor compactua com a ideia de que o humor e o cômico são fenômenos sociais e culturais e que está vinculado à natureza humana, pois em sua concepção “(...) o cômico sempre, direta ou indiretamente, está ligado ao homem. A natureza inorgânica não pode ser ridícula porque não tem nada em comum com o homem” (PROPP, 1992, p. 38). Apesar disso, Propp (1992, p. 32) ressalta que o humor e o cômico não possuem o mesmo significado ao longo da história, pois “cada época e cada povo possui seu próprio e específico sentido de humor e de cômico, que às vezes é incompreensível e inacessível em outras épocas”. Dessa maneira, “lá onde um ri, outro não ri” (PROPP, 1992, p. 31). Ainda segundo este autor, o riso pode ser entendido como um riso satírico ou humorístico. O primeiro está ligado ao cômico e atua como um controlador social. Já o segundo diz respeito ao riso natural, pois não apresenta um significado ideológico ou direcionamento social.

Após esta breve explanação sobre algumas teorias acerca da relação entre o riso e o humor, vale destacarmos uma questão assinalada pela historiadora Verena Alberti acerca deste assunto. Alberti (2011) ressalta que o estudo sobre o humor é importante e indispensável para a apreensão da realidade e o conhecimento da sociedade, do mesmo modo que as teorias acerca do riso devem ser compreendidas não apenas à luz do contexto nas quais foram elaboradas, mas também analisadas a partir de um viés político:

As teorias do riso precisam ser compreendidas, como a própria piada, o humor, a charge etc., não apenas no contexto em que foram produzidas (são obras do seu tempo, claro), mas também precisam ser analisadas politicamente como construções de sentido que se referem a organizações específicas de poder (ALBERTI, 2011, p. 20).

Por fim, tendo em vista as teorias acerca do humor/riso que foram abordadas anteriormente, está evidente que todas convergem no sentido de que o riso e o humor não apenas estão interligados como são considerados fenômenos social, cultural e histórico.

3.2 Algumas abordagens acerca do humor nos Estudos Organizacionais

A área de EOr tem apresentado um crescente reconhecimento da importância do humor no processo de compreensão das manifestações sociais nas organizações. Apesar disso, ela, ainda, possui poucos trabalhos acerca desta temática de pesquisa, sendo isso decorrente da dominância dos pressupostos funcionalistas e racionalistas neste campo de estudo (WESTWOOD, JOHNSTON, 2013). Além disso, de acordo com Collinson (2002), embora as formas de expressão satíricas e irônicas como oposição aos valores dominantes sejam muito comuns nas organizações, elas geralmente são negligenciadas nas pesquisas da área.

Segundo Westwood e Johnston (2011), os primeiros estudos que relacionavam o humor e as organizações não possuíam um caráter funcionalista, visto que consideravam o humor como uma válvula de escape, que era utilizada pelos funcionários para lidar com a rotina entediante decorrente da burocracia e dos processos industrializados. Essa perspectiva foi abordada por diversos autores (BRADNEY, 1957; ROY, 1958; TAYLOR; BAIN, 2003), e Collinson (1988) foi um dos primeiros pesquisadores que defendeu a concepção de que o humor nas organizações poderia assumir a forma de resistência.

A literatura sobre o humor nas organizações tem evidenciado que ele consiste em um fenômeno multifacetado e complexo. De acordo com Carrieri (2004), há duas principais linhas de pesquisas sobre humor na área de EOr: a perspectiva funcionalista e a perspectiva crítica. A funcionalista consiste em uma abordagem que considera o humor uma ferramenta de controle gerencial, que tem o propósito de comunicar os valores da organização de uma forma sutil e divertida. Em relação à segunda perspectiva, essa apresenta uma leitura crítica acerca do humor, na medida em que ele é considerado uma estratégia de resistência dos trabalhadores, principalmente em relação aos controles implementados em grande parte das organizações.

Segundo Wood Jr e Caldas (2005), de forma geral, autores de quase todas as abordagens teóricas – funcionalistas, gerencialista, crítica ou interacionista – tendem para o consenso de que o humor, geralmente, é utilizado pelos sujeitos no local de trabalho com o intuito de suavizar as relações interpessoais problemáticas e lidar com

situações complexas, assim como para conduzir mensagens controversas. Ainda segundo estes autores, o humor exerce uma função importante no espaço de trabalho, uma vez que ele pode ser utilizado como uma forma alternativa de comunicação nas organizações.

No que diz respeito à abordagem funcionalista, de acordo com Westwood e Johnston (2013) e Carrieri (2004), essa perspectiva teórica é dominante na área de EOr e a maioria dos estudos visa explorar a contribuição do humor para conseguir alcançar resultados corporativos, tornar a gestão mais “eficaz” e aumentar o controle e a satisfação no trabalho. Neste sentido, conforme salientam estes autores, o humor é utilizado pelos gestores como uma ferramenta gerencial, que é acoplada às demais práticas gerencialista de controle e performance de resultados, com o intuito de facilitar a comunicação dos valores e dos ritos que permeiam a ordem organizacional.

A perspectiva funcionalista pode ser encontrada em diversos trabalhos, como o de Andrade *et. al.* (2017); Cooper (2008); Duarte e Duarte (2009); Duncan (1982; 1985), Malone (1980); Romero e Cruthirds (2006); Silva e Brito (2014), Silva (2016), entre outros. De modo geral, conforme pontua Carrieri (2004, p. 31), “(...) estes trabalhos mostram como o humor facilitaria a introjeção dos valores gerenciais pelos demais grupos organizacionais”. Assim, o prisma de análise dos autores funcionalistas é pautado na ideia de que o humor deve trazer benefícios para a organização e, por conseguinte, ser utilizado de uma maneira que os resultados esperados pelos gestores sejam alcançados (ROMERO; CRUTHIRDS, 2006).

Segundo Collinson (2002), estudar o humor nas organizações a partir de uma ótica funcionalista limita a análise do pesquisador em torno deste fenômeno organizacional e conseqüentemente ignora outras formas de manifestação do humor, como a resistência e a subversão da ordem social dominante nas organizações. Todavia, Rodrigues e Collinson (1995) ressaltam que humor e resistência não são sinônimos, mas há evidências empíricas de que eles podem estar ligados em determinadas práticas organizacionais. Portanto, o humor é apenas uma das possibilidades das quais a resistência e a subversão podem ocorrer nas organizações.

No que se refere à abordagem crítica do humor nas organizações, segundo Carrieri (2004), ela pode ser uma ferramenta teórica interessante para se compreender como as ambiguidades e os paradoxos estruturam a realidade das organizações e dos atores sociais, tendo em vista que, de modo geral, as narrativas tradicionais obtidas por meio de entrevistas não evidenciam tais questões. Collinson (2002) considera que esta abordagem crítica amplia a percepção do que o humor pode significar no ambiente organizacional, isto é, ele não desempenha apenas um papel de aliviar o *stress* ou facilitar a interação e comunicação no ambiente de trabalho, mas também revelar as irracionalidades, absurdos e incongruências do cotidiano organizacional.

No que tange aos trabalhos da abordagem crítica, podemos identificar diferentes prismas de análise em relação ao humor: identidade de trabalhadores (ACKROYD; THOMPSON, 1999; RODRIGUES; COLLINSON, 1995); discriminação (IRIGARAY *et al.*, 2010; MELO *et al.*, 2017), resistência (CARRIERI, 2004; COLLINSON, 1988, 2002; FURTADO *et al.*, 2014; GRIFFITHS, 1998); instrumento de gestão (ANDRADE *et al.*, 2017; MATOS, 2010; SILVA; BRITO, 2014); subversão (MEDEIROS; ALCAPADINI, 2016; TAYLOR; BAIN, 2003); dissidência política (PEARCE; HAJIZADA, 2014) etc.

Como podemos observar, o humor exerce um duplo papel no âmbito organizacional, haja vista que ele pode ser usado tanto para reforçar a cultura organizacional e manter a ordem vigente como para promover ações de resistência e subversão, conforme salienta Collinson (2002). Ademais, Rodrigues e Collinson (1995) e Carrieri (2004) ressaltam que, por meio do humor, as ambiguidades, incoerências e paradoxos associados ao contexto organizacional tornam-se mais claras e evidentes. Todavia, segundo Weick e Westley (2004), apesar deste potencial do humor em gerar desordens, desfigurar e expor as tensões e as contradições do ambiente organizacional, ele não ameaça a ordem vigente da organização, tendo em vista que não há mudanças profundas no que se refere ao *modus operandi* e ao *status quo* organizacional.

Por fim, dentre as inúmeras formas de se analisar o humor nas organizações a partir de um enfoque crítico, uma das possibilidades é a análise do gênero humorístico charge. Associado a isso, trabalhos como o de Carrieri (2004) e Collinson e Rodrigues (1995) analisaram o humor como forma de resistência e transgressão tendo como suporte

empírico a charge. Ademais, segundo Oliveira e Marques (2012), a charge enquanto prática discursiva cria mini-narrativas e com isso articula discursos que são pautados em um viés crítico acerca de questões que não se restringem apenas a aspectos atrelados ao contexto organizacional – conflitos entre capital e trabalho –, mas também relacionados a questões sociais, políticas e culturais que se manifestam no âmbito social.

3.3 O gênero humorístico charge

O intuito desta seção consiste em esclarecer o(a) leitor(a) sobre a definição, alguns aspectos históricos e o conjunto de elementos atrelados ao *corpus* desta proposta de pesquisa, isto é, as charges.

Segundo Cerrada (2011), a charge é considerada uma das modalidades de humor gráfico, assim como o cartum, a história em quadrinhos, a caricatura e as tiras cômicas. Ademais, na concepção deste autor, o humor gráfico pode ser analisado como um documento, uma prática discursiva, que reflete a realidade social da população, haja vista que o seu conteúdo desempenha um papel de difusor de acontecimentos de cunho político, econômico ou social relacionados a um determinado país.

No Brasil, de acordo com Vergueiro (2010), as primeiras publicações referentes ao humor gráfico ocorreram na imprensa nordestina, mais especificamente nos jornais *O Carcondão* (1831) e *O Carapuço* (1832). No entanto, este mesmo autor ressalta que a primeira revista de humor gráfico a ser publicada com regularidade foi a *Semana Ilustrada*, criada pelo alemão Heinrich Fleiuss, que circulou de 1860 a 1876 na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, é importante frisar que esta revista também publicou o primeiro personagem reproduzido periodicamente em uma charge no Brasil, o Dr. Semana, que tinha por objetivo fazer sátiras relacionadas ao contexto político vivenciado na capital do império, na época o Rio de Janeiro.

No que diz respeito à charge, de acordo com Miani (2016a), este tipo de humor gráfico começou a ser publicado, de maneira mais frequente, na imprensa brasileira a partir de 1844 na revista *Lanterna Mágica*, dando início, assim, à imprensa ilustrada.

Posteriormente, a veiculação desse gênero humorístico se expandiu para outras revistas e jornais da época.

Segundo Travaglia (2015), a charge pode ser classificada como um gênero discursivo humorístico, visto que os seus conteúdos são, essencialmente, vinculados ao humor (ironia; sátira e sarcasmo). Para este mesmo autor, os gêneros discursivos são instrumentos linguísticos que exercem uma função social de natureza comunicativa. Contudo, de acordo com Maingueneau (2006, p. 238), é importante atentarmos para o efeito que o rótulo dado a um determinado gênero discursivo possui na interação comunicativa com o leitor, pois, “quando se atribui esse ou aquele rótulo a uma obra, indica-se como se pretende que o texto seja recebido, instaura-se – de maneira não negociada – um quadro para a atividade discursiva desse texto”. Dessa maneira, o leitor, ao ler uma charge, não estabelece a mesma relação comunicativa ao ler o cartum, pois, não obstante serem gêneros humorísticos com aspectos similares, ambos possuem disparidades em relação à função social que exercem, ao enunciado construído e aos elementos que os compõem.

Por outro lado, de acordo com Ramos (2010), é importante observar que os gêneros humorísticos não devem ser analisados como modelos cristalizados, normativos, na medida em que eles são construídos por meio de um processo de cunho social. Dito isto, apesar de o foco de análise deste trabalho ser a charge, é importante esboçarmos brevemente algumas distinções entre o cartum e a charge, uma vez que é comum as pessoas confundirem tais gêneros, do mesmo modo que não há definições canônicas na literatura acerca das diferenças entre eles.

No que concerne ao cartum, esse termo é originário da palavra italiana *cartone* que significa pedaço grande de papel, sendo que a palavra em sua versão em português é uma adaptação do termo inglês *cartoon* (ARBACH, 2007). Outro aspecto importante, conforme aponta Messa e Pires (2012), é que o cartum consiste em uma anedota gráfica, na qual se pode observar a linguagem verbal associada a não verbal, assim como a intenção e a finalidade discursiva de satirizar, criticar e provocar o riso (ironia) do leitor. Além do mais, tendo em vista os aspectos narrativos, o cartum situa-se entre a charge e os quadrinhos, pois é formado por elementos de ambos, conforme aponta Aragão (2010, p. 4):

Pode ser confundido com a charge por tratar, na maioria das vezes, de situações de cunho social, mas por outro lado o cartum não tem comprometimento com um fato ou celebridades, podendo manter o potencial de fruição por muito tempo depois de ter sido público. Das histórias herda elementos sígnicos, tais como balões de fala em lugar da tradicional legenda e a possibilidade de decupagem da narrativa em várias cenas separadas e inseridas em requadros, uma narrativa sequencial.

Ademais, o cartum tende a não trabalhar com personagens conhecidos em seu conteúdo e é tido como atemporal e universal (OTTONI, 2007). Isso porque ele aborda fatos que não necessariamente apresentam vínculo com a realidade ou com a atualidade, do mesmo modo que não aborda um personagem específico. Neste sentido, conforme pontua Moretti (2013), os fatos abordados por este gênero humorístico são de conhecimento de boa parte da sociedade, por exemplo, o conflito entre Israel e a Palestina; comportamentos de políticos, religiosos, pessoas comuns etc. Dessa forma, trata-se de acontecimentos de caráter “universal” e perene, que mesmo com o passar do tempo continuam “frescos” na memória das pessoas.

No que tange à charge, a etimologia desse termo remete ao francês *charger* – que significa carregar, exagerar ou carga – e constitui um gênero textual, visual e ilustrativo, que busca focalizar uma determinada realidade, geralmente política, e sintetizar o fato (GURGEL, 2004). Contudo, a denotação moderna de charge é proveniente do início do século XIX e foi criada por opositores a governos e por críticos políticos que buscavam se expressar de forma inusitada e original (FONSECA, 1999).

Segundo Ottoni (2007), a principal diferença entre a charge e o cartum é o fato de que o primeiro tem uma limitação temporal, visto que aborda, na maioria das vezes, assuntos e notícias relacionadas à atualidade e que estão em evidência perante o público. Além disso, de acordo com Moretti (2013), o fato de o conteúdo da charge estar ligado aos costumes de uma época ou região faz com que o seu potencial de informar criticamente perca o sentido e o impacto, principalmente, no momento em que é transferido para um contexto cultural e social diferente ao que ela foi elaborada. Isso faz com que o conteúdo da charge não seja perene, conforme pontua Maringoni (1996, p. 5): “por ser datada, a charge é tão perene quanto um pão amanhecido”.

Ainda sobre o aspecto temporal na charge, de acordo com Maringoni (1996), o tempo é um dos principais códigos de ligação com os leitores, pois é preciso que eles estejam familiarizados com as notícias atuais para que a compreensão da crítica social ou política presentes nas charges seja apreendida. Nessa mesma perspectiva, Romualdo (2000, p. 21) ao esboçar algumas características em relação à charge, afirmou que ela consiste em um “texto visual humorístico que critica uma personagem, fato ou acontecimento específico. Por focalizar uma realidade específica, ela se prende mais ao momento, tendo, portanto, uma limitação temporal”. Logo, a compreensão da charge demanda um leitor que esteja em sintonia com o atual ambiente político, social, cultural ou econômico, haja vista que tais ambientes são explorados por este gênero humorístico, reforçando, assim, o caráter temporal de seu conteúdo.

Em relação à representação gráfica destes gêneros humorísticos, segundo Moretti (2013), a charge e o cartum são bastante parecidos, tendo em vista que ambos podem apresentar uma imagem (isolada) ou uma sequência de duas ou três cenas, estando elas dentro ou fora de quadrinhos, além de poder ter balões ou legendas. Ainda associado à questão gráfica, uma diferença importante entre tais gêneros, de acordo com Rabaça e Barbosa (2002), é o fato de a charge representar, frequentemente, em seu conteúdo a caricatura de uma pessoa específica e conhecida socialmente, como, políticos, artistas, intelectuais, esportistas, empresários, entre outros. Não obstante, ainda segundo esses mesmos autores, o cartum raramente apresenta a caricatura em sua representação gráfica, sendo mais comum o desenho de personagens com características humanas, mas sem se referir especificamente a alguém conhecido socialmente.

Tendo em vista a importância da caricatura para a compreensão do gênero charge, não irei abordá-la com minúcias de detalhes nesta parte do texto, deixando isso para uma oportunidade a *posteriori*. Entretanto, de maneira sucinta, segundo Fonseca (1999, p. 17) a caricatura “é um desenho que, pelo traço, pela seleção criteriosa de detalhes, acentua ou revela certos aspectos ridículos de uma pessoa ou de um fato. Na maioria das vezes uma característica saliente é apanhada ou exagerada”.

Diante do que foi explanado anteriormente, apresentamos a seguir o resumo de algumas características da charge e do cartum e na sequência esboçamos uma breve análise de duas representações gráficas que exemplificam esses gêneros humorísticos.

Quadro 1: Síntese de algumas características da charge e do cartum

Charge	Cartum
Temporal	Atemporal e universal
Caricatura como elemento obrigatório	Caricatura como elemento opcional
Retrata personagens conhecidos	Retrata personagens desconhecidos
Aborda fatos atuais e ligados a costumes de uma dada época e região	Aborda fatos que não precisam estar ligados a costumes de uma dada época e região e/ou serem conexos com a realidade
Apresenta uma função social: crítica; denúncia; alerta; contestação; instigar a reflexão.	Não necessariamente apresenta uma função social.

Fonte: elaboração do próprio autor.

No que se refere às representações gráficas, a primeira diz respeito a uma charge publicada pelo chargista Márcio em 05 de maio de 2015 no jornal *Folha Bancária*, que é vinculado ao SINBF.

Figura 1: Charge (Greve dos professores)

Fonte: <http://www.spbancarios.com.br/>. Acesso em 12/12/2016.

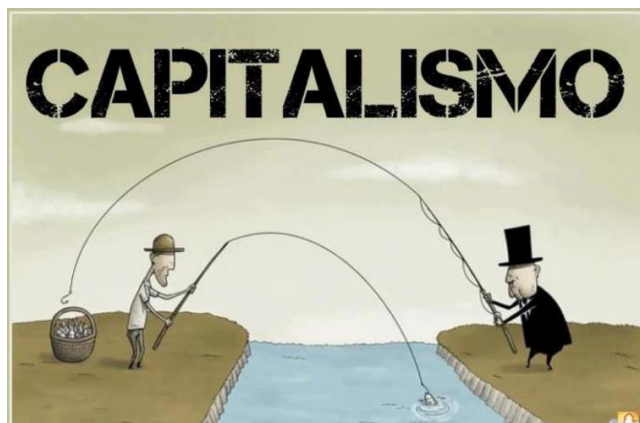
A partir da representação gráfica 1, podemos observar que a charge faz uma crítica à postura e o comportamento de dois governadores brasileiros, Geraldo Alckmin (São Paulo) e Beto Richa (Paraná), em relação às greves dos professores ocorridas durante o mês de maio do ano de 2015 nos estados em que tais políticos governam. Podemos observar que o título da charge “O jeito tucano de governar” utiliza como metáfora a

palavra tucano para se referir ao partido ao qual tais governadores pertencem, ou seja, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Para que o leitor possa compreender a metáfora utilizada é preciso que ele tenha o conhecimento de que o tucano é o símbolo/mascote do PSDB, caso contrário o entendimento da crítica proposta pela charge ficará comprometido.

De outra forma, ao analisarmos brevemente a charge, é possível identificarmos várias características deste gênero humorístico, como a abordagem de um tema ligado à atualidade; a representação de políticos conhecidos por meio da caricatura; o aspecto temporal do fato retratado; a sua função social refletida por meio da crítica social e política, assim como pela representação imagética da atitude indiferente demonstrada pelos políticos perante a greve; denúncia da ação truculenta por parte da polícia do Estado do Paraná; crítica ao modelo de governo adotado pelo partido político PSDB, entre outras.

Já a segunda representação gráfica refere-se ao cartum na qual é tecida uma crítica ao funcionamento do sistema capitalista.

Figura 2: Cartum



Fonte: https://cantinholiterariososriosdobrasil.files.wordpress.com/2012/10/ilust-05_cartum_sem-identificacao-de-autor.jpg. Acesso em 12 dez. 2016.

A partir do cartum apresentado acima, podemos observar que ele aborda um tema de caráter mais geral e não datado, isto é, a exploração dos meios de produção pelos detentores do capital. Entretanto, esta representação gráfica não está imbricada a um fato atual ou acontecimento específico, mas sim ao funcionamento do sistema

capitalista, que perdura ao longo da história. Outra característica que podemos observar é o fato de não haver caricatura de uma pessoa específica, mas sim desenhos de personagens gerais. Todavia, não podemos deixar de ressaltar que o desenho do personagem que detém os meios de produção capitalista no cartum é bastante representativo e conhecido perante a sociedade, na medida em que a sua caracterização é pautada na tradicional cartola e paletó preto, que é um estereótipo bastante usual para ilustrar a figura dos banqueiros e dos empresários.

Diante das observações tecidas acerca das diferenças entre o cartum e a charge e de algumas questões relacionadas ao gênero discursivo chárstico, o foco da próxima seção será descrever de forma mais detalhada as características da charge e dos elementos que a constituem.

3.4 Os elementos verbais e imagéticos da charge

No que se refere às características da charge, uma das principais deste gênero humorístico é a sua composição sincrética e multimodal, isto é, apresenta a linguagem verbal e visual como constituintes de seu conteúdo (ROMUALDO, 2010). Tal característica implica que não há como determinar um passo a passo para a leitura de uma charge; dito de outra maneira, não há um melhor caminho a ser seguido, pois o leitor ao ler e interpretar este tipo de representação gráfica não fará isso a partir de uma leitura linear, haja vista que cada pessoa iniciará a sua análise de um aspecto específico, seja ele verbal ou visual (SILVA, 2017).

Segundo Motta (2006), os textos presentes na charge podem exercer um papel de ancoragem e guia de leitura para os leitores, tendo em vista que a função deles é ajudar na compreensão da representação imagética, seja por meio da fala dos personagens abordados ou das informações acerca do acontecimento retratado, da mesma forma que suscitar o aspecto cômico na mini-narrativa presente na charge. Associado a isso, de acordo com Silva (2017), embora as linguagens verbal e visual presentes na charge possam parecer, em um primeiro momento, ingênuas e despretensiosas, na verdade, elas podem significar uma ferramenta de conscientização, denúncia, reflexão e alerta. Isso

porque, para esta mesma autora, ao mesmo tempo em que tais linguagens divertem, informam e ilustram, elas também refletem um posicionamento crítico e de confronto de opiniões a respeito da organização social, dos arranjos políticos e da disputa de poder.

Em relação à linguagem visual, a característica marcante da charge é a presença da caricatura em sua representação gráfica, conforme abordarmos, sumariamente, na seção anterior. Diante disso, é importante aprofundarmos acerca da semântica do termo caricatura, algumas de suas características, os seus propósitos e a sua importância enquanto elemento imagético da charge.

Herman Lima em seu clássico livro, publicado em quatro volumes, *A história da caricatura no Brasil*, aborda de maneira categórica esta representação imagética. Segundo Lima (1962, p. 28), a caricatura é um importante elemento empírico para os pesquisadores, principalmente “pelo seu próprio caráter de espelho indisfarçado da realidade”. Associado a isso, ainda segundo este autor, a caricatura foi bastante utilizada pela imprensa brasileira ao longo dos anos e não apenas como arte ilustrativa, mas também como meio de divulgar acontecimentos contemporâneos e, a partir disso, explanar análises sociais e políticas por meio de seu aspecto artístico. Por sua vez, a finalidade da caricatura moderna consiste em caracterizar, seja pessoas, o social ou a política por meio de sua linguagem plástica, que muitas vezes é mais bem compreendida do que a linguagem verbal, o que reforça a sua capacidade de síntese e de revelar questões relacionadas ao aspecto pessoal ou coletivo (LIMA, 1962; MOTTA, 2006).

Motta (2006), ao estudar as caricaturas políticas publicadas em parte da grande imprensa nacional durante governo João Goulart, mais precisamente a conjuntura histórica que antecedeu o golpe de 1964, enfatizou que um dos elementos centrais da caricatura é a crítica que ela faz aos acontecimentos e personagens políticos, estando essa explícita, muitas vezes, por meio da sátira e da ironia, que suscita o pensamento e a reflexão. Diante disso, o autor ressalta que “a caricatura é antes uma arma de ataque do que de defesa: é na mordacidade que ela revela melhor o seu potencial” (MOTTA, 2006, p. 20).

No que tange caricatura, esse termo é proveniente da palavra italiana *caricare*, que foi utilizada por Antonio Mosini para realizar a descrição dos desenhos de dois irmãos:

Agostino e Annibale Carracci (NOGUEIRA, 2003). Atrelado a isso, segundo Motta (2006, p. 15), o estilo artístico destes desenhos foi nomeado de *ritratti carichi*, que significa retrato carregado, sendo que “carregar, nesse caso, tem o sentido de exagerar, de ressaltar determinadas características do retratado, sempre com intenção crítica e zombeteira. Significa fazer carga contra alguém, ou seja, atacar”.

Outro aspecto importante pontuado por Motta (2006, p. 18) refere-se ao potencial de comunicação da caricatura e a sua facilidade em alcançar diferentes setores da sociedade por meio de sua linguagem cômica e humorística:

O surgimento do desenho de humor permitiu maior aproximação das classes subalternas em relação à política. A caricatura ajuda a traduzir os eventos, conflitos e grandes personagens políticos para a linguagem popular, tornando tais temas mais palatáveis para indivíduos iletrados e/ou socialmente excluídos. Ela contribui para desmistificar e dessacralizar o poder, mostrando líderes e chefes de Estados como seres humanos falíveis e, eventualmente, ridículos. Ao mesmo tempo, torna os assuntos políticos menos misteriosos e mais próximos do universo de compreensão do povo.

Uma vez tecidas as observações acerca da caricatura, prosseguimos no delineamento dos elementos constituintes da charge. É válido frisar que os elementos verbais e visuais da charge dialogam com o acontecimento ou fato o qual ela aborda em sua mininarrativa, e isso implica que a compreensão da charge demanda do leitor um conhecimento prévio acerca do contexto-base situacional que permeia a sua produção (RABAÇA; BARBOSA, 2002). Atrelado a isso, Possenti (2010), ao pesquisar sobre a relação dos textos humorísticos com o conceito de acontecimento foucaultiano – que, sucintamente, consiste em uma irrupção histórica de caráter singular –, assinala que o conteúdo das charges retrata acontecimentos visíveis do cotidiano e de curta duração (datados), assim como o fato de que os enunciados da charge podem se repetir, o que não é válido para os acontecimentos, uma vez que esses são singulares, únicos e não apresentam uma origem. Ademais, para este mesmo autor, os próprios veículos de comunicação nas quais as charges são publicadas (boletins; jornais; telejornais; revistas) reforçam a necessidade de se abordar acontecimentos visíveis e recentes, haja vista que o teor da charge, no geral, apresenta ligação com parte do conteúdo do veículo midiático na qual ela foi publicada.

Ademais, o humor é um dos principais elementos através dos quais a charge se estrutura, estabelece a sua crítica, expõe o tom jocoso, irônico e satírico em relação a acontecimentos ou ações específicas, assim como às mudanças ocorridas no mundo do trabalho (COSTA, 2016; SANTOS; MIANI, 2015; TOMAZI, 2011). Além do mais, de acordo com Miani (2016a), o humor presente na charge não se restringe a um elemento que suscita apenas o riso, uma vez que ele também tem a função de ser um gatilho para a reflexão, crítica social, transgressão ou resistência ao descortinar e revelar os antagonismos presentes em fatos e acontecimentos.

Por outro lado, como pontua Birman (2010), o humor consegue tornar figuras públicas detentoras do poder (políticos; empresários; personalidades famosas etc.) em pessoas como outra qualquer, que assim como todo cidadão comum é também um simples mortal, que podem ser ridicularizadas ou virarem personagem de galhofa. Neste sentido, ainda segundo o mesmo autor, o humor através das piadas, caricaturas e do discurso irônico-cômico age como um contrapoder, que, ao expor personagens poderosos ao ridículo, a verdades e críticas, contribui para a desconstrução dos interditos (discursivos ou não) instituídos pelo poder. Desse modo, a partir disso, é possível estabelecer uma analogia com a ideia de que “*o rei está nu*”, na medida em que “(...) o humor tem a potência de nos evocar de maneira insistente que somos todos equivalentes nas nossas diferenças, relançados que somos por aquele à mesma sopa comum da cidadania, sem os ouropéis dos poderosos e a indigência dos cidadãos comuns” (BIRMAN, 2010, p. 182).

Outra característica relevante da charge refere-se à presença de algumas figuras de linguagem em seu conteúdo, que funcionam como gatilho humorístico ou mecanismos de raciocínio e cognição-discursiva. As figuras mais comumente identificadas na charge são a metáfora e a ironia, sendo possível encontrar vários estudos acadêmicos a respeito de charges, que têm como base analítica essas figuras de linguagem (ABDEL-RAHEEM, 2017; BOUNEGRU; FORCEVILLE, 2011; BURGERS *et al.*, 2016; DOMINGUEZ, 2015; MOTTA, 2006; 2016; WEKESA, 2012).

No que se refere à metáfora, uma conceituação clássica acerca dessa figura de linguagem foi elaborada por Pierre Fountanier (*apud* RICOEUR, 2000, p. 97), que afirma que a metáfora consiste “em apresentar uma ideia sob o signo de outra ideia mais

evidente ou mais conhecida”. Por outro lado, Motta (2006) enfatiza a importância do potencial sintetizador, comunicativo e persuasivo da metáfora, que auxilia o leitor a compreender os discursos e assuntos abordados em representações humorísticas de maneira mais fácil e ágil. Além disso, o historiador da arte Gombrich (1996), em seu clássico texto *O arsenal do cartunista*, destaca a importância desta figura de linguagem no processo de tradução da realidade ou condensação de uma ideia complexa por parte do cartunista (chargista) para a representação imagética, da mesma forma que ressalta que ela não necessariamente está atrelada à linguagem verbal, visto que a metáfora também pode estar associada à imagem, como exemplifica o autor:

Na arte do cartum, como na língua, algumas metáforas são tão difundidas que se pode chamá-las de metáforas visuais ou naturais. A primeira que nos vem à mente é possivelmente o contraste entre luz e escuridão como um símbolo do conflito existente entre o bem e o mal (GOMBRICH, 1996, p. 138).

Além do mais, é importante mencionar duas teorias importantes acerca da metáfora, que servirão de ancoragem teórica na análise das charges pertencentes ao *corpus* desta dissertação. O primeiro estudo refere-se à Teoria da Metáfora Conceitual (TMC), que, segundo Lima e Silva (2014), foi desenvolvido por Lakoff e Johnson na clássica obra *Metaphor we live by* no ano de 1980. Tal estudo, resumidamente, evidenciou que as metáforas não estão relacionadas somente a questões linguísticas, uma vez que elas estão presentes cognitivamente no cotidiano das pessoas e por isso devem ser vistas como um fenômeno cognitivo, em suma:

Nessa obra, questionando a visão tradicional da metáfora como uma figura de linguagem, os autores demarcam as linhas gerais da Teoria da Metáfora Conceitual (doravante TMC). A assertiva fundamental dessa nova proposta é a de que o sistema conceitual humano é metaforicamente estruturado, ou seja, a metáfora é concebida como integrante da nossa vida cotidiana e não apenas como uma simples figura de linguagem própria da feitura poética. Na proposição dos referidos pesquisadores, a metáfora é primeiramente um fenômeno cognitivo, somente depois, dada a nossa necessidade de manifestação linguística, ela passa a ser uma questão ligada a palavras. (LIMA; SILVA, 2014, p. 125).

Ainda sobre a TMC, de acordo com Lima e Silva (2014), para Lakoff e Johnson a metáfora apresenta dois domínios conceituais, o domínio-fonte e o domínio-alvo. O primeiro é considerado a fonte das inferências e é tido como mais tangível. Já o segundo é onde as inferências são aplicadas e apresentam um caráter mais abstrato. Sperandio

(2014) ao abordar tais domínios cita um dos exemplos utilizados pelos pesquisadores que elaboraram a TMC:

Como forma de exemplificação os pesquisadores nos oferecem a metáfora DISCUSSÃO É GUERRA. Nessa temos guerra como domínio-fonte e discussão como domínio-alvo. Como discussão é conceitualizada parcialmente em termos de guerra, já que o mapeamento de um domínio a outro é parcial, temos uma influência sistemática em nossa forma de falar e agir, enquanto discutimos, por isso expressões oriundas do domínio guerra são utilizadas na conceitualização do domínio discussão (SPERANDIO, 2014, p. 151).

Dito isto, no que tange à segunda teoria sobre a metáfora, o pesquisador Forceville (2007; 2009) destacou que os pressupostos teóricos da TMC foram abordados somente a partir de metáforas verbais, ignorando a ocorrência de metáforas de cunho visual. Desse modo, Forceville realizou pesquisas baseadas em propagandas (anúncios publicitários; *outdoors*) com o intuito de evidenciar que a metáfora também pode apresentar um aspecto multimodal (modo verbal e modo visual), que consiste em uma metáfora na qual o domínio-alvo e domínio-fonte foram exclusiva ou predominantemente constituídos por dois modos distintos, ou seja, o modo verbal e o modo visual (FORCEVILLE, 2007; 2009). Assim, para este autor, toda a vez que o domínio-alvo e o domínio-fonte de uma metáfora estiverem relacionados a modos distintos ela será considerada multimodal. Além disso, Forceville (2009) sublinha que uma metáfora pode ser do tipo monomodal, na medida em que o seu domínio-fonte e domínio-alvo podem remeter somente ao aspecto visual ou verbal.

Arelado a isto, no artigo *Metaphors in editorial cartoons representing the global financial crisis*, Bounegru e Forceville (2011, p. 212-213, [tradução nossa]) esboçam um esquema para facilitar a identificação e a diferenciação entre a metáfora visual e a multimodal. Vejamos a seguir a sugestão explanada pelos autores³.

³ Trecho original da citação:

The following test provides a useful strategy for distinguishing between pictorial and multimodal metaphors: imagine erasing all verbal elements in the cartoon, and:

1. if the visuals still allow for identifying a target (always: 'financial crisis' or one of its subthemes) and a source, the metaphor is construed as a pictorial one;
2. if neither target or source becomes unidentifiable, it is construed as a multimodal metaphor (more specifically: of the verb-pictorial variety) (BOUNEGRU; FORCEVILLE, 2011, p. 212-213).

O seguinte teste fornece uma estratégia útil para distinguir entre metáforas pictóricas e multimodais: imagine apagar todos os elementos verbais no cartum e

1. Se os visuais ainda permitem identificar um alvo (sempre: "crise financeira" ou um dos seus subtemas) e uma fonte, a metáfora é interpretada como uma figura pictórica;
2. Se nenhum alvo ou fonte se torna não identificável, ele é interpretado como uma metáfora multimodal (mais especificamente: da variedade verbo-pictórica).

No que concerne à ironia, segundo Alvarce (2009), não há na literatura um conceito unívoco ou estável, tendo em vista que há diversas abordagens teóricas acerca deste tema. Eco (2003, p. 217) ressalta que ela pode ser compreendida como uma maneira de se dizer algo que não significa “(...) o contrário do verdadeiro, mas o contrário daquilo que se presume que o interlocutor acredita ser verdadeiro”. Ademais, Machado (2014, p. 114), ao abordar a ironia como estratégia comunicativa e argumentativa, explana sobre a sua relação com a literatura carnalizada proposta por Bakhtin, no sentido de que “os discursos não sérios que a ironia pode causar são carnavalescos já que são detentores do poder de significar não significando”. Em outras palavras, tais discursos quando empregados na charge apresentam potencial de fomentar a subversão e a resistência em relação a determinadas normas sociais, estando isso atrelado ao fato de a ironia ajudar na constituição de discursos de caráter transgressivo, uma vez que, como aponta Motta (2006), a comunicação, seja ela verbal ou imagética, pautada na ironia permite a possibilidade de suscitar mensagens de cunho crítico, assim como transmiti-la de maneira cômica e trazer à tona a verdade camuflada por trás das aparências.

Vale evocar também que o riso irônico provocado pelo humor presente na charge vai além do simples ato de fazer rir, na medida em que ele é capaz de suscitar reflexões, revelar os paradoxos e incoerências da ordem social e do discurso do poder (MARQUES; OLIVEIRA, 2012), ou seja, há uma ambivalência etimológica no riso, pois, não obstante ele não se expressar por palavras ele também fala. Além do mais, outros elementos da charge também se relacionam com o conceito de carnavalização de Bakhtin (1999), como a representação do “mundo às avessas” por meio de uma linguagem ambivalente marcada pelo sério-cômico (GURGEL, 2004). Nessa mesma linha de pensamento, Tomazi (2011, p. 4) também ressalta que “(...) as charges dialogam com os gêneros do sério-cômico e conservam a cosmovisão carnavalesca. Ao

parodiar, ao satirizar as ações políticas, elas são responsáveis pelo riso carnavalesco aludido pelo pensador russo”.

Em relação à efemeridade do conteúdo da charge, assunto brevemente abordado na seção anterior, Miani (2012) faz uma importante observação no sentido de pontuar que, apesar de a charge ser uma representação humorística de caráter temporário, ou seja, que com o passar do tempo os fatos aos quais ela se refere são esquecidos pela nossa memória social ou individual, não significa que a memória histórica deste gênero humorístico não seja preservada. Nesse sentido, a charge pode vir a ser utilizada como fonte histórica e suporte empírico para compreender as mudanças relacionadas ao mundo do trabalho, contexto político, econômico e social de certa época, da mesma forma que pode ser considerada como “(...) verdadeiros documentos de uma ‘outra’ história organizacional”, conforme pontua Carrieri (2004, p. 33).

Para Romualdo (2000), a despeito de a charge possuir características singulares, não podemos pensá-la como um texto isolado sem relação com outros textos, na medida em que uma de suas principais características é a intertextualidade, que consiste no processo de composição textual elaborado a partir de referências e absorções de outros textos. Relacionado a isso, Tomazi (2011) ressalta que a charge consiste em um gênero discursivo que é necessariamente polifônico e dialógico, tendo em vista que os seus discursos são compostos por miscelâneas de vozes e pelo diálogo com outros discursos.

Também é importante destacar que a charge não pode ser analisada como uma ilustração decorativa, despossuída de sentidos e autonomia interpretativa, visto que ela traz inerente a sua linguagem visual e verbal a crítica social, significados, reflexões e valores (MARINGONI, 1996). Ademais, Jorge Arbach, ao abordar em sua tese de doutorado a relação entre a ilustração e o texto, destaca que o que une essas duas linguagens vai além de um diálogo complementar, conforme o autor salienta a seguir:

A palavra ilustração é, ainda hoje, categorizada como complemento visual do texto. O relacionamento do texto com a ilustração é mais que um diálogo complementar entre duas linguagens. Com o passar dos anos a ilustração evoluiu e ganhou autonomia, até tornar-se informação visual com consciência crítica e atuação editorial no contexto dos periódicos. Com o texto, a ilustração por si só é possuidora de linguagem com discurso próprio (ARBACH, 2007, p. 42).

Desta maneira, outro aspecto que reforça o posicionamento de que a charge não consiste em uma simples ilustração é o fato de ela ser utilizada por diversos veículos da imprensa comercial e sindical como “editorial gráfico” (MARINGONI, 1996). Isso ocorre porque a charge pode apresentar um conteúdo que venha a ser até mais denso do que uma crônica ou o tradicional editorial, conforme aponta Romualdo (2000, p. 15):

Se pensarmos em termos de conteúdo, uma charge ou uma caricatura podem ser muito mais densas do que os outros textos opinativos, como uma crônica ou até mesmo um editorial. O leitor pode, inclusive, deixar de ler estes e outros gêneros opinativos convencionais, optando pela leitura da charge que, por ser um texto imagético e humorístico, atrai mais sua atenção e lhe transmite mais rapidamente um posicionamento crítico sobre personagens e fatos políticos.

Dito isto, no capítulo seguinte enfocaremos sobre o trabalho bancário e a representação sindical, e nas seções que o constituem abordaremos a respeito da reestruturação do sistema financeiro nacional e as suas implicações para a organização do trabalho bancário e a representação sindical. E, por último, falaremos sobre a imprensa sindical, buscando delinear historicamente o seu processo de formação, para, em seguida, apresentarmos algumas de suas características e a sua importância enquanto instrumento de comunicação dos sindicatos.

4 O TRABALHO BANCÁRIO E A IMPRENSA SINDICAL



Duke

O intuito desta seção é elucidarmos acerca das principais transformações geradas pela reestruturação do sistema financeiro ocorridas no contexto brasileiro da década de 1990. Desse modo, abordaremos alguns impactos deste processo de reestruturação em relação à organização e às condições do trabalho bancário, à representação sindical e às relações de trabalho. Na sequência, abordaremos algumas das principais mudanças ocorridas no sindicalismo brasileiro ao longo do século XX e de que maneira a imprensa sindical foi afetada pelas transformações ocorridas no movimento sindical ao longo deste período histórico. A abordagem de tal percurso se faz necessária, tendo em vista que a organização e o funcionamento da imprensa sindical são, em certa medida, reflexos das transformações históricas pelas quais os sindicatos passaram ao longo de sua trajetória enquanto organização de resistência.

4.1 A reestruturação do sistema financeiro e as suas implicações na organização e nas condições e relações de trabalho do setor bancário

A organização do trabalho bancário no Brasil e o nível de emprego do setor passaram por mudanças profundas e significativas a partir de 1990 devido a questões locais e internacionais, como, as alterações na configuração do sistema financeiro internacional, a globalização da economia, a estabilização da moeda após a implementação do Plano Real e as medidas internas que foram tomadas pelo governo no sentido de internacionalizar o mercado bancário e privatizar parte dos bancos públicos estaduais

(COLOMBI *et al.*, 2014; COLOMBI; KREIN, 2016). Ademais, para Segnini (1999), a reestruturação do trabalho nos bancos deve ser analisada, principalmente, como uma implicação das transformações ocorridas no sistema capitalista durante as décadas de 1970/1980 e que se desdobraram ao longo da década de 1990. Isso porque a reestruturação do sistema capitalista não abrangeu apenas os setores produtivos, mas também o sistema financeiro monetário, que teve a sua regulamentação fragilizada, inseriu em sua carteira de ativos novos produtos e serviços, do mesmo modo que acentuou o processo de internacionalização do capital financeiro e a descentralização de suas atividades (SEGNINI, 1999). Ainda segundo esta autora, as mudanças provindas deste movimento neoliberal e globalizante impuseram novas condições de sobrevivência para os mercados financeiros nacionais, sobretudo os de países periféricos, que tiveram que implementar várias medidas para se adequarem à nova configuração do sistema financeiro.

Diante da contextualização explicitada anteriormente, é importante atentarmos para as seguintes questões: como as transformações geradas pela reestruturação do mercado financeiro afetaram a organização e a condição do trabalho bancário? Quais os reflexos destas mudanças para a empregabilidade nos bancos? Como estas mudanças refletiram na saúde do trabalhador bancário? A partir dessas questões, iremos aprofundar a análise em relação às mudanças citadas acima, da mesma forma que mencionar outras.

Em decorrência do novo cenário local e global que se desenhou ao longo da década 1990, de acordo com Segnini (1999), dentre as várias implicações que ocorreram, os bancos acentuaram o processo de terceirização no setor, sendo esse um fator relevante para o entendimento dos efeitos do processo da reestruturação no trabalho e na remuneração dos bancários, haja vista que determinados setores do banco, por exemplo, compensação de cheques, analistas, programadores, técnicos e telemarketing, foram terceirizados, o que resultou na precarização das condições de trabalho, perda de direitos trabalhistas e redução da remuneração dos trabalhadores. Ao encontro disso, para Jinkings (2001), a terceirização pode ser entendida como uma estratégia de redução de custos por parte dos bancos, e tal prática está inserida no padrão produtivo capitalista conhecido como acumulação flexível de capital⁴.

⁴ Para mais informações ver: Abramides e Cabral (2003).

Somado a isso, segundo Abramides e Cabral (2003), a acumulação flexível favoreceu o processo de flexibilização do trabalho e trouxe várias consequências desfavoráveis para a classe trabalhadora, como o maior controle e exploração da força de trabalho por meio de novos instrumentos de gestão e o desemprego estrutural. Para estes mesmos autores, as implicações destas mudanças no padrão produtivo capitalista também afetaram o processo de saúde e adoecimento da classe trabalhadora, na medida em que se observou o agravamento do quadro de doenças físicas (lesões por esforço repetitivo; distúrbios osteomusculares) e psíquicas (depressão; estresse), sendo este cenário, como pontua Rodrigues e Bellini (2010, p. 348), um reflexo da “(...) incorporação de novas tecnologias, máquinas digitais, computadores e maquinários em geral, com a aceleração do ritmo de trabalho, de modo que possa responder às exigências do processo produtivo”.

No tocante às condições de saúde do trabalhador bancário, de acordo com Silva e Navarro (2012), as mudanças decorrentes da reestruturação do mercado financeiro tiveram sérias implicações para a saúde desta categoria, na medida em que o ambiente laboral se transformou em um local marcado por longas e exaustivas jornadas de trabalho, metas abusivas, tarefas repetitivas, pressão e cobranças por produção e resultados, assédio moral e estresse. Associado a isso, Marques e Giongo (2016), ao realizarem uma revisão da literatura nacional dos últimos dez anos com o intuito de mapear as vivências de sofrimento dos trabalhadores bancários no Brasil, constataram que as pesquisas sobre este assunto trazem evidências e observações preocupantes. Dentre as constatações identificadas por estes autores está o fato de que as enfermidades físicas e mentais são bastante comuns entre a categoria bancária, como Lesão por Esforço Repetitivo (LER), Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), depressão e, em alguns casos, até o suicídio. Ademais, de acordo com Santos (1999), o número de casos de suicídio entre os bancários no período de 1996 a 2005 foi de 181 óbitos, isto significa a ocorrência de uma morte a cada vinte dias. Ainda segundo este autor, dentre estes casos, quase 80% corresponde ao gênero masculino, sendo que 52% eram casados e 60% tinham mais de 40 anos de idade.

Em grande medida, as inferências mencionadas anteriormente são reflexos de um ambiente laboral que está relacionado à “(...) precarização geral do trabalho, à

precarização subjetiva, à solidão e ao individualismo, às fortes pressões, ao ritmo de trabalho e às violências éticas e morais” (MARQUES; GIONGO, 2016, p. 232). Todavia, apesar do cenário preocupante, Marques e Giongo (2016) não localizaram trabalhos que abordassem atividades ou programas desenvolvidos pelas instituições bancárias no sentido de conceder suporte e auxílio aos trabalhadores que desenvolveram doenças físicas ou mentais, sendo identificadas, somente, pesquisas que mencionam algumas iniciativas realizadas em agências bancárias ou escritórios administrativos com o intento de proporcionar relaxamento e alongamento por meio da realização de ginástica laboral pelos funcionários.

Outros dados importantes relacionados à condição de saúde dos trabalhadores bancários foram obtidos por meio de uma pesquisa realizada pelo SINBF e divulgada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) (2014). Tal pesquisa apontou que os bancos brasileiros estão entre as empresas que mais apresentam risco de acidente de trabalho ou doença profissional⁵. Desse modo, somente em 2013, mais de dezoito mil bancários foram afastados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), seja por LER e DORT ou por doenças psíquicas (estresse, depressão, síndrome do pânico etc.), sendo que o percentual auferido para cada uma dessas patologias, respectivamente, foi de 24,6% e 27%. Complementar a esta informação, de acordo com a CUT (2014), o pagamento do Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) pode variar de 1% a 3% sobre a folha de pagamento e, quanto maior o risco de acidentes de trabalho da atividade, maior será a alíquota incidente. Por sua vez, o percentual pago pelos bancos corresponde a 3%, o que significa que as condições de trabalho do setor bancário possuem elevado potencial em desenvolver doenças ocupacionais.

No que concerne à empregabilidade no setor bancário, dentre as várias medidas que contribuíram para a redução dos postos de trabalho neste segmento, primeiramente, iremos abordar o aumento da concentração bancária no contexto histórico em questão. Segundo Segnini (1999, p. 187), ao longo da década de 1990, houve uma redução significativa no número de bancos e agências devido ao processo de fusões de instituições financeiras, privatizações de bancos públicos estaduais/federais e falências

⁵Segundo o Artigo 20 da Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei 821/91), doença profissional é entendida como aquela que é desencadeada devido ao exercício constante de uma atividade ou trabalho que esteja na relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

de empresas do setor, estando o último aspecto relacionado ao fato de elas não conseguirem se adaptarem à nova configuração do mercado financeiro. Sendo assim, para este mesmo autor, diante desse cenário, o mapeamento da rede bancária nos anos 90 se traduz da seguinte maneira: “em 1993, era constituída por 245 bancos, 17.194 agências e 13.326 postos de atendimento; em 1997, 225 bancos significavam 16.418 agências e 14.859 postos de atendimento”, ou seja, houve uma redução expressiva em todos os aspectos analisados.

Além disso, de acordo com o SINBF (2013, p. 37), entre 1990 e 1999, o número de bancos nacionais e públicos apresentou considerável decréscimo (38%). Em contrapartida, o número de instituições bancárias estrangeiras aumentou em 372%, e a quantidade de bancos apresentou um encolhimento de 15%, refletindo, assim, a globalização do mercado financeiro e a maior presença do capital externo no setor bancário nacional, como podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 1: Número de bancos por origem de capital

	1990	1994	1999	2003	2007	2011
Privados nacionais com ou sem participação estrangeira ¹	174	176	108	88	87	89
Privados estrangeiros e com controle estrangeiro ²	18	38	67	62	56	62
Públicos federais e estaduais ³	34	32	19	15	13	9
Número de bancos	226	246	194	165	156	160

Fonte: Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região.

Ademais, ao analisarmos os dados atuais em relação à concentração bancária, os números são, ainda mais, esclarecedores, havendo uma redução do número de agências quando comparado com a década de 1990, da mesma forma que 90% pertencem a apenas cinco grandes bancos. Tais dados foram disponibilizados pelo Banco Central e publicados pelo portal eletrônico *Nexo Jornal* (2017), conforme consta no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Número de agências bancárias por banco

5 BANCOS, 90% DAS AGÊNCIAS

Fonte: Portal de Notícia *Nexo Jornal*.

Os dados supracitados são importantes para entendermos o processo de formação de conglomerados financeiros, o fechamento de postos de trabalho no setor bancário e a precarização das condições de trabalho. Todavia, é pertinente trazermos à tona outros dados para que possamos compreender com mais profundidade as transformações que ocorreram na organização e condição do trabalho bancário e na empregabilidade do setor. Desse modo, na sequência do texto, abordaremos algumas medidas relacionadas à reestruturação tecnológica que foram implementadas pelas instituições bancárias com o intento de reduzir os custos operacionais e consequentemente o número de vagas de trabalho, conforme apontou Pereira *et al.* (2013).

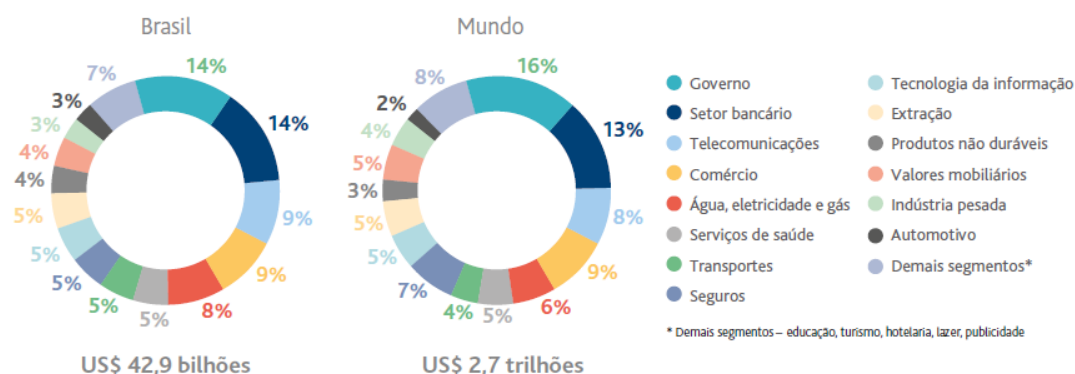
Segundo Schmitz e Mahl (2000), outro desdobramento desta conjuntura de reestruturação consistiu em um maior investimento por parte dos bancos em inovações tecnológicas (tecnologias da informação e comunicação - TICs), eficiência produtiva, diversificação e aprimoramento dos serviços. Além do mais, o foco destas instituições passou a ser a venda de produtos e serviços financeiros aos clientes e empresas, que se tornou algo bastante lucrativo, e ainda permanece, para elas, tanto pela rentabilidade gerada na transação financeira como pela cobrança de tarifas bancárias referentes aos produtos/serviços oferecidos. Tais autores enfatizam também que este ajuste na carteira de produtos/serviços dos bancos, em parte, está associado à estabilização da moeda no Brasil após a implementação do Plano Real, em meados de 1990, uma vez que as movimentações financeiras que eram pautadas no processo inflacionário, até então

vigente, deixaram de ser rentáveis e os bancos tiveram que buscar estratégias de negócios que fossem mais competitivas, eficientes e possibilitassem a ampliação de sua carteira de clientes e manutenção da rentabilidade e margem de lucratividade.

Tendo como parâmetro a conjuntura atual, em recente pesquisa realizada pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) (2017), constatou-se que o setor bancário brasileiro tem mantido investimentos significativos em recursos e inovações tecnológicas ao longo dos anos. Por exemplo, nos últimos seis anos (2011-2016), a média de investimento girou em torno de R\$ 18 bilhões/ano. Ainda segundo esta pesquisa, em 2016, as instituições bancárias investiram R\$ 18,6 bilhões em TICs, ficando à frente dos demais setores da economia e igualando aos investimentos realizados pelo governo, como se demonstra no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Dispêndios em tecnologia por setores no Brasil e no mundo em 2016

COMPOSIÇÃO DOS DISPÊNDIOS EM TECNOLOGIA POR SETORES NO BRASIL E NO MUNDO EM 2016



Fonte: Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2017.

Ainda sobre a reestruturação tecnológica, segundo Jinkings (2001), as principais medidas relacionadas a ela consistiram na implementação de inovações de base microeletrônica e sistemas de informação, que foram utilizadas como instrumentos de gestão e tinham por intuito intensificar o trabalho do bancário e, por conseguinte, torná-lo mais produtivo. De certo modo, tais medidas possibilitaram aos bancos elevarem o seu lucro através da redução de custos e o aumento da oferta e diversificação de produtos e serviços financeiros aos clientes. No entanto, Jinkings (2001) e Pereira *et al.*(2013) salientam que o investimento realizado pelos bancos em TICs apresenta um lado perverso, pois, ao mesmo tempo que possibilitou a estas instituições serem mais

competitivas, “eficientes”, produtivas, rentáveis e lucrativas, gerou também diversas implicações contraproducentes para a organização do trabalho bancário e as relações laborais, como: desemprego estrutural; aumento do controle e das disciplina das tarefas executadas; exigência de um trabalhador com perfil multifuncional e polivalente; intensificação da coerção e violência psicológica (assédio moral); maior pressão por metas e resultados; precarização das condições e relações de trabalho, sobrecarga de trabalho etc.

Além do mais, segundo Jinkings (2006), o elevado dispêndio dos bancos em TICs fez com que grande parte das tarefas e funções, antes executadas pelos bancários, passasse a ser realizada por equipamentos/máquinas automatizadas e pelos clientes por meio de caixas de autoatendimento e atendimentos eletrônicos (*homebanking, telefone* etc.). Dessa maneira, para a autora, a reestruturação do trabalho nos bancos apresenta pontos em comum com a reestruturação produtiva do setor industrial, tendo em vista que ambas foram orientadas “(...) pelo princípio da substituição de força de trabalho pela máquina, da redução do trabalho vivo pelo trabalho morto, conforme o imperativo do sistema capitalista e da sua lógica expansiva” (JINKINGS, 2006, p. 193). Portanto, em virtude das mudanças na organização do trabalho nos bancos e do avanço da automação neste segmento, a função do bancário passa se resumir a tarefas e atividades puramente técnicas, que resultou “(...) destituição do ‘saber-fazer’ e a degradação do *status* da profissão” de bancário (SILVA; NAVARRO, 2012, p. 6).

Jinkings (2001; 2006) também destaca o fato de que as mudanças relacionadas às condições e organização do trabalho, como mencionadas anteriormente, implicaram alterações nas exigências relacionadas ao perfil e à qualificação profissional da categoria bancária, uma vez que aumentou o nível de escolaridade dos bancários, o número de mulheres e de pessoas mais jovens no quadro de funcionários, isto é, a heterogeneidade da categoria bancária se acentua neste contexto de reestruturação. Arelado a isso, para Colombi e Krein (2016, p. 474), a reorganização da atividade bancária também passou exigir novas habilidades dos funcionários, por exemplo, flexibilidade e multifuncionalidade, da mesma forma que ampliou a prática do trabalho comissionado, o que impôs barreiras e desafios à representação sindical, como bem resume os autores no trecho a seguir: “(...) o aumento do comissionamento permite que

os bancos lidem melhor com a questão da greve, visto que há pressão sobre o comissionado – que é uma função de confiança”.

Por outro lado, de acordo com Jinkings (2006), as instituições bancárias via discurso institucional pautado em programas de gestão, como a qualidade total, a remuneração variável⁶ e a excelência do atendimento ao cliente, transformaram os bancários em meros vendedores de produtos e serviços financeiros. Nesse sentido, tais programas, na verdade, funcionaram como “instrumentos coercitivos” e mecanismos de poder na relação laboral entre os bancos e os bancários, pois, de certa maneira, intensificaram o ritmo de trabalho, aumentaram o controle e a disciplina em torno do trabalhador, como salienta esta mesma autora no trecho a seguir:

Os atuais mecanismos do poder organizacional nos bancos instituem artifícios diversos para disciplinar e intensificar o trabalho, mascarando seus instrumentos coercitivos por meio de programas de “qualidade total” e de “remuneração variável”. O estabelecimento de metas e a premiação salarial por produtividade, a criação de equipes “de qualidade” nos locais de trabalho para supostamente estimular a participação dos bancários em decisões relativas ao processo de trabalho, as campanhas de vendas de “produtos”, além do desenvolvimento de um sistema intenso e sofisticado de comunicação banco-trabalhador, são estratégias concebidas para aperfeiçoar as condições do controle e da dominação do trabalho nos dias de hoje (JINKINGS, 2006, p. 194).

É importante salientarmos que as transformações e medidas citadas anteriormente foram evidenciadas tanto nos bancos privados como nos públicos (federal/estadual), porém, há algumas peculiaridades referentes aos de cunho estatal, que serão esclarecidas ao leitor. A primeira consiste na adoção de medidas que visavam atribuir aos bancos estatais um caráter privado através da implantação de programas de gerenciamento focados na concepção de qualidade total e modelos e instrumentos de gestão provindos do setor privado, sendo isso proposto e elaborado com a justificativa de se obter maior eficiência e lucratividade em detrimento de suas funções sociais, ou seja, a intenção, de fato, consistiu em tornar os bancos públicos mais atrativos ao capital privado e internacional e assim privatizá-los (JINKINGS, 2001, 2006). Um exemplo deste tipo de posicionamento pode ser observado em um comunicado do Ministério da Fazenda

⁶ De acordo com Martins (2000), a remuneração variável pode estar associada à participação nos lucros ou à remuneração por resultados. O primeiro tipo tem como referência os resultados gerais obtidos pela empresa e o segundo está vinculado ao pagamento de bônus ou prêmios provenientes das metas acordadas entre a empresa e o seus funcionários.

realizado por meio da Nota Técnica 20, de 13 de julho de 1995, que trouxe indagações acerca do papel dos bancos públicos e a função deles enquanto “bancos sociais”, como apontou Jinkings (2006, p. 191) ao transcrever esse documento oficial:

Criados historicamente para funções específicas, os atuais seis bancos federais vêm apresentando ao longo do tempo um quadro de superposição de funções, concorrência prejudicial entre eles, rede de agências autofágica e ineficiente, dependência de tratamentos excepcionais para manutenção de precário equilíbrio econômico-financeiro, pesadas estruturas administrativas e funcionais. Justificaria em parte esta situação, para alguns, aquilo que equivocadamente denominam de ônus de “banco social”, figura inexistente na doutrina e na prática. Função social é autárquica, fundeada no orçamento fiscal. Banco é banco, seja público ou privado. Deve gerar resultados, lucro.

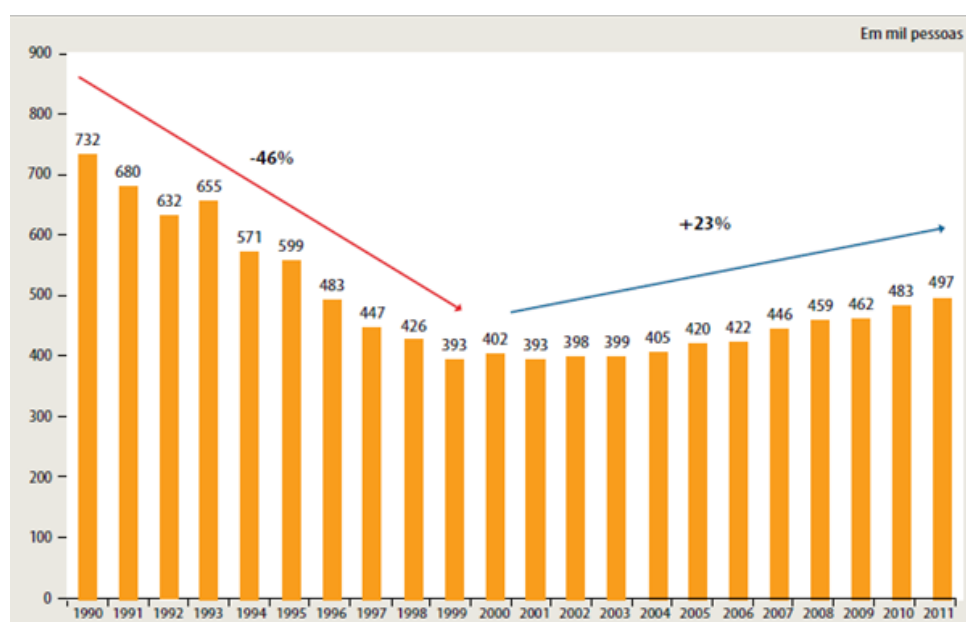
Outros aspectos relacionados aos bancos públicos que valem a pena mencionarmos consiste na execução, em meados da década de 90, do Programa de Demissão Voluntária (PDV) e a transferência compulsória de bancários para outras unidades (JINKINGS, 2006). No que diz respeito ao PDV, ele tinha por objetivo pressionar aqueles bancários que já tinham tempo de serviço para se aposentarem a solicitarem a aposentadoria, o que contribuiria para enxugar o quadro de funcionários dos bancos e reduzir custos.

Deste modo, a conjunção das medidas apresentadas ao longo do texto e os seus desdobramentos provocaram uma redução significativa no número de trabalhadores bancários, haja vista que, conforme destaca Jinkings (2001), no final de década de 1980, a categoria bancária era composta por cerca de 815 mil trabalhadores e em 2001 este número foi reduzido para 389 mil, o que significa uma queda de 52% nos postos de trabalho. Entretanto, Alves (2002) ressalta que esta redução do número de bancários apresenta um aspecto implícito em seus dados, uma vez que parte dessa mão de obra foi alocada para empresas terceirizadas que prestam serviços bancários e os terceirizados não são considerados bancários pela legislação trabalhista.

Associado a isso, de acordo com dados provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – plataforma de dados atrelada ao Ministério do Trabalho – e que foram divulgados pelo SINBF (2017, p. 44), a retomada do crescimento do emprego bancário no Brasil ocorre somente a partir de 2004, ainda havendo pequenas oscilações até 2003, e se mantém até 2011 com uma variação positiva de 23% neste intervalo. De acordo com Colombi *et al.* (2014), uma das principais explicações para o crescimento de vagas

de emprego a partir de 2004 é a expansão dos bancos públicos e o processo de “bancarização”⁷, que consistiu no aumento da capilaridade das operações dos bancos a partir da adoção de uma política de expansão do crédito (pessoa física e jurídica), na implementação de estratégias direcionadas para a captação de novos clientes e investimentos em estruturas físicas (agências). Desse modo, tais medidas demandaram contratação de funcionários por parte dos bancos, principalmente os públicos.

Gráfico 3: Evolução do emprego bancário no Brasil – 1900-2011



Fonte: RAIS – TEM.

Elaboração: DIEESE – Subseção SESE / SINBF.

Outro desdobramento relevante da reestruturação bancária dos anos 90, como pontuam Colombi e Krein (2016), Jinkings (2006) e Junckes (1999), refere-se às implicações que ela apresentou para as relações de trabalho e a representação sindical, visto que os sindicatos bancários enfrentaram novos desafios e dificuldades, que os fizeram adotar novas táticas e estratégias de ação diante das transformações que ocorreram na configuração do sistema financeiro nacional e internacional. Dessa maneira, para Jinkings (2006), a representação dos sindicatos a partir da década de 1990 passa por um processo de refluxo, em que os movimentos de resistência do trabalho e a capacidade de

⁷ Para mais informações ver: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/financial-services/febraban_2017.pdf>.

combater as implicações negativas relacionadas às condições de trabalho da categoria bancária perdem força.

Diante disso, o primeiro aspecto relevante atrela-se ao enfraquecimento da prática sindical no que se refere à representação e ação coletiva por parte dos bancários pelas demandas universais da categoria (interesses comuns). Segundo Colombi e Krein (2016), tal questão pode ser considerada um desdobramento da conjuntura marcada pela ascensão e fortalecimento dos pressupostos neoliberais que nortearam a nova organização e operacionalização do trabalho bancário nos anos 90, podendo ser evidenciados, em parte, a partir das políticas de gestão adotadas pelas instituições bancárias, como o comissionamento, as metas de produtividade, os resultados individuais e a remuneração variável. Para estes mesmos autores, uma das principais implicações disso consistiu na mudança de perfil do bancário, tendo em vista que ele passa a ter um comportamento mais competitivo para com os seus pares, da mesma forma que a sua prioridade é pautada em atender aos seus interesses individuais (cumprimento de metas; resultados; comissão etc.) em detrimento dos interesses coletivos (mobilização coletiva; condições de trabalho; direitos trabalhistas etc.). Nesse sentido, como ressalta Jinkings (2006, p.203), tais políticas de gestão não apenas criam um ambiente de trabalho competitivo e favorável a comportamentos individualistas por parte dos bancários, mas também “(...) coagem os trabalhadores a aderir incondicionalmente às estratégias de lucratividade das empresas, abalam as possibilidades de resistência e de organização sindical nos bancos”.

Deste modo, segundo Jinkings (2001), os bancos trabalharam em torno de uma “inculcação ideológica” dos bancários por meio do discurso institucional neoliberal, que foi pautado na ideia de qualidade total, políticas de gestão “participativas” e remuneração variável. Além disso, conforme salienta Junckes (2009, p. 101), a ideologização dos bancários implicou uma conivência às estratégias e propósitos da empresa, e tal comportamento pode ser melhor compreendido a partir do pensamento marxista referente à “subsunção real do trabalho” no capital, isto é, “(...) em que as forças produtivas são assimiladas como forças inerentes ao capital, ao qual o trabalho deve o seu empenho para manter o dinamismo do sistema”. Em outras palavras, tendo em vista que o bancário não possui apenas a remuneração fixa, mas também a variável, sendo essa última vinculada a sua produtividade e ao crescimento da empresa na qual

trabalha (participação nos lucros e resultados; comissionamento), quanto mais ele se dedicar ao trabalho, ‘vestir a camisa’ e estiver interligado aos objetivos do banco, maior será a rentabilidade e o lucro da empresa e, em tese, a sua remuneração. Em suma, como salienta Junckes (2009, p. 101):

Essa inversão absoluta na ordem dos fatores implica a reivindicação do capital pelo trabalho, ou seja, o trabalho pede para trabalhar e, portanto, deve dedicar-se com toda intensidade para a autovalorização do capital que se tornou seu provedor. Consagra-se, assim, a legitimidade imediata da exploração do trabalho e a aceleração da produtividade compartilhada pelos trabalhadores, os quais alimentam sua própria dispensabilidade em prol do capital sob a esperança de permanecerem integrados ou serem os últimos dentre os que ficarão sem trabalho.

Segundo Colombi e Krein (2016), a partir dos desdobramentos provenientes da mudança no perfil dos bancários e da organização do trabalho, como apontados acima, o SINBF passou a adotar novas táticas e estratégias em sua representação sindical, como ampliação do oferecimento de serviços aos sindicalizados (convênios; lazer; serviços jurídicos; capacitação profissional; cooperativa de crédito); ampliação da agenda sindical com a inclusão de novas temáticas (assédio moral; saúde do trabalhador; metas; igualdade de oportunidades; direitos civis) e a reorganização da estrutura sindical (sindicato-cidadão; ampliação dos meios de comunicação; representação de bancários e terceirizados). Associado a isso, para Junckes (2009), este processo de transformação vivenciado pelos sindicatos bancários, mais precisamente o SINBF, visava permitir que o Sindicato conseguisse sobreviver aos desafios e dificuldades provindas da reestruturação dos anos 90, e tais medidas tinham como um dos principais objetivos convencer os bancários a manterem ou aderirem à filiação sindical.

Além disso, Junckes (1999) considera que esta mudança de estratégia por parte do SINBF evidencia o processo de burocratização da representação e da prática sindical, sendo esse construído por meio de uma relação pautada na ideia de que o Sindicato passa a ser um provedor de serviços gerais aos sindicalizados. Para este mesmo autor, é possível constatar também alterações no que se refere à mobilização ou luta sindical, na medida em que os militantes bancários (piqueteiros) são substituídos por dirigentes sindicais, pois após a reestruturação dos anos 90 os bancários não queriam mais participar diretamente das mobilizações sindicais, como ocorria na década de 1980, para não se exporem e evitarem retaliações por parte da empresa. Todavia, cabe ressaltar que tais mobilizações ocorreram de tal forma que elas não se guiaram apenas pelos

interesses coletivos dos trabalhadores, mas também pelas condições patronais impostas, o que, de certo modo, enfraqueceu a condição de resistência do Sindicato, conforme salienta Junckes (2009, p.104):

Verifica-se, portanto, uma dinâmica, na qual o sindicalista assumiu a institucionalização do protesto, que ficou registrada em centenas de manchetes dos jornais sindicais tais quais “O sindicato paralisou a agência...”, “O sindicato mostrou aos banqueiros...” e tantas outras em que o sindicato aparece como o autor-substituto da ação direta no conflito entre bancários e banqueiros. Sem capacidade de mobilização direta dos trabalhadores, a prática sindical conformou-se progressivamente com manifestações consentidas ou toleradas pelos gerentes enquanto não inviabilizavam o atendimento, pois os eventuais transtornos geralmente são compensados com a prorrogação dos serviços até o completo atendimento do movimento do dia.

Assim, tecidas as considerações sobre as implicações da reestruturação do sistema financeiro para a organização do trabalho bancário, assim como para as relações e condições de trabalho desta categoria profissional, iremos abordar no tópico seguinte a imprensa sindical. Sendo assim, será esboçada uma breve contextualização histórica visando compreender os aspectos que contribuíram para a sua constituição enquanto um instrumento comunicacional dos sindicatos e, em seguida, abordaremos a sua relevância para a comunicação entre os sindicatos e os sindicalizados, e para a sociedade como um todo.

4.2 Breve história da imprensa sindical no Brasil

Segundo Ferreira (1988), a base de formação da imprensa sindical é proveniente do final da década de 1970 a partir das transformações ocorridas no âmbito sindical e no processo de reorganização dos trabalhadores, sendo esse fenômeno denominado pela literatura especializada como novo sindicalismo. Para esta autora, o que permitiu o desenvolvimento e o fortalecimento da imprensa sindical foi o enfrentamento do sistema político vigente na época, neste caso o regime militar, pelas vias legais.

É importante enfatizarmos que com o fim do regime militar a tradicional imprensa alternativa (*O Pasquim; Opinião; Movimento; Em tempo* etc.) – que criticava a ditadura e atuava como movimento de resistência às ações antidemocráticas e truculentas praticadas pelos militares – perde força e a imprensa sindical se fortalece como

instrumento de comunicação alternativo e de resistência, na medida em que ela passa ser um dos principais meios de combate e crítica às ações (neo)liberais e políticas, tendo isso perdurado de forma mais incisiva durante o intervalo temporal que vai de 1980 a 2002 (GIANNOTTI, 2008). Ademais, de acordo com Peruzzo (2004; 2008), o conteúdo difundido pela imprensa sindical é direcionado para ser um instrumento de crítica das classes subalternas, marcado pelo posicionamento crítico-emancipador e pela constante presença de reivindicações direcionadas para as lutas populares, relações de trabalho e de poder.

Mas, em que consistiu o novo sindicalismo? De acordo com Antunes e Santana (2014), o novo sindicalismo emergiu e ganhou força diante de um contexto marcado por ciclos de greves desencadeadas por diversos segmentos trabalhistas a partir de 1978, por exemplo, os metalúrgicos do ABC paulista, funcionários públicos, assalariados-rurais (“boias-frias”), setor de serviços (bancos), assalariados urbanos (médicos, professores), entre outros. Por sua vez, esta conjuntura histórica marcada por greves fez com que os trabalhadores se reorganizassem e trouxessem à tona uma nova postura política diante do Estado, conforme aponta Paoli, Sader e Telles (1983, p. 130):

Particularmente, com as greves de massa em 1978 os trabalhadores aparecem de modo novo em nossa História. Vistos tradicionalmente como personagens subordinados ao Estado e incapazes de impulsão própria e, após 1964, silenciados e atomizados politicamente pelo regime militar, eles irrompem na cena política em 1978 falando por boca própria e revelando a existência de formas de organização social que haviam tecido à margem dos mecanismos tradicionais montados para representá-los e que serviam para sua cooptação, enquadramento e controle. Grupos de fábrica, clubes de mãe, comunidades de base e as mais diversas organizações de diferentes setores sociais a partir de diferentes temas, tomaram a sociabilidade própria entre seus membros como premissa para formas autônomas de organização e expressão que alteraram o próprio campo da luta política no país.

Ademais, segundo Antunes (1995), o novo sindicalismo pode ser entendido como uma fase do movimento sindical brasileiro que é caracterizada por uma prática sindical mais combativa, de confrontação e pautada em um sindicalismo de classe, sendo esse marcado por uma maior autonomia e independência frente ao Estado. Em outras palavras, uma prática sindical oposta ao sindicalismo assistencialista e despolitizado que foi praticado por pelegos e dirigentes nos primeiros anos do regime militar no Brasil (FERREIRA, 1988).

Outro aspecto importante refere-se ao fato de que este período foi marcado por mudanças profundas e significativas em relação à cultura sindical e a política do Brasil, tendo influenciado e servido de referência para outros movimentos grevistas, do mesmo modo que contribuíram para a formação de novas instituições, formas de organização e mecanismos no âmbito das práticas sindicais (ANTUNES, 1995; OLIVEIRA, 2015). Além do mais, conforme salienta Alves (2000, p. 2), o novo sindicalismo representa o ressurgimento do movimento sindical brasileiro, na medida em “(...) que iria tornar-se a ‘ponta de lança’ da resistência operária à superexploração da força de trabalho, um dos pilares do padrão de acumulação capitalista, instaurado pelo bonapartismo militar a partir de 1964”.

Ainda sobre o novo sindicalismo, é importante pontuarmos que, ao longo da década de 1980, o Brasil passou por constantes lutas sindicais e sociais e foi neste contexto que ocorreram relevantes mudanças políticas e foram criadas centrais sindicais e partidos de esquerda, como, por exemplo, a CUT, o PT e o surgimento de movimentos sociais, como o Movimento dos Sem Terra (MST), entre outros, conforme aponta Antunes e Silva (2015, p. 512):

Ao longo dos anos 1980, por exemplo, nosso país esteve à frente das lutas sociais e sindicais, mesmo quando comparado com outros países avançados dotados de ampla experiência sindical. A criação do PT em 1980, da CUT em 1983, do MST em 1984, a luta pelas eleições diretas em 1985, a eclosão de quatro greves gerais ao longo da década, a campanha pela Constituinte e a promulgação da nova Constituição em 1988 e, finalmente, as eleições diretas de 1989, são exemplos vivos da força das lutas daquela década.

Realizada esta breve explanação acerca do novo sindicalismo, direcionaremos a abordagem para a imprensa sindical. Segundo Ferreira (1988), a imprensa sindical corresponde à terceira etapa da imprensa operária brasileira, sendo essa dividida em três fases, que variam de acordo com contexto histórico e social na qual estão situadas. Contudo, é importante ressaltarmos que a imprensa operária e a sindical são formas de comunicação distintas, haja vista que a primeira apresenta uma maior penetração junto ao tecido social quando comparada a segunda (FERREIRA, 1995).

Neste sentido, a primeira fase é intitulada de anarcossindicalista e o seu contexto histórico refere-se ao início do processo de urbanização ocorrido no Brasil em meados

do século XIX, que perdura até meados de 1922, uma vez que após esse período o movimento operário brasileiro passa por mudanças em sua orientação política e ideológica com o início do governo de Getúlio Vargas em 1930, período em que foram estabelecidos os fundamentos políticos e legais da implantação do sindicalismo oficial e, posteriormente, o atrelamento das entidades sindicais ao controle do Estado (FERREIRA, 1988). Em relação à segunda fase, que Ferreira (1988) nomeia de imprensa sindical-partidária, ela abrange desde a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922 até o golpe militar de 1964. Por fim, segundo Ferreira (1988), a terceira fase da imprensa operária é considerada como a “imprensa sindical propriamente dita” que, marcada pela reorganização do movimento operário em meados da década de 1970, tinha como principais reivindicações a luta contrária ao arrocho salarial e a falta de liberdades democráticas.

Diante do que foi exposto anteriormente, a seguir, iremos abordar algumas características da imprensa sindical e procurar entendê-la enquanto um instrumento de comunicação das entidades sindicais.

4.3 A imprensa sindical: um instrumento de comunicação dos sindicatos

Atualmente, os sindicatos⁸ possuem variadas formas de se comunicar com os trabalhadores e a sociedade. A imprensa sindical (jornal; boletim) é apenas uma das possibilidades utilizada pelas organizações sindicais, sendo que esse instrumento de comunicação pertence a um conjunto de plataformas, que juntas formam a comunicação sindical (GIANNOTTI; SANTIAGO, 1997). Tais plataformas são utilizadas pelos sindicatos para noticiar informações e conteúdos relacionados aos interesses dos trabalhadores e às ações da organização sindical, sendo elas divulgadas por meio da *internet* (*sites; blogs; boletim eletrônico, redes sociais; vídeos etc.*), carros de som, bandeira, livro, cartilha, coletiva de imprensa, produção de *releases* para a imprensa comercial, rádio, entre outras (CARVALHO, 2013). Diante dessa multiplicidade de instrumentos comunicativos, Giannotti e Santiago (1997) propõe uma analogia da comunicação sindical a um mosaico de pedras, em que cada um desses instrumentos

⁸ No Brasil, atualmente, há 10.817 sindicatos atrelados à classe trabalhadora registrados, que representam em torno de 107,2 milhões de trabalhadores, sendo 73,8 % (7.986) relacionados à área urbana e 26,2% (2.831) a área rural (CAMPOS, 2016).

corresponde a uma pedra e o jornal consiste na pedra mais famosa, tradicional e importante desse mosaico.

Em relação aos instrumentos utilizados na comunicação sindical, eles visam estabelecer um elo entre o Sindicato e os trabalhadores, com o intento de orientar e estimular a ação da classe trabalhadora, esclarecer e contribuir para a formação crítica do seu público, do mesmo modo que comunicar as ações políticas da entidade sindical e incentivar a organização dos trabalhadores, funcionando assim como o “coração da ação sindical” (GIANNOTTI; SANTIAGO, 1997). Destarte, a imprensa sindical também visa contribuir para a conscientização e formação política da classe trabalhadora, buscando desenvolver estratégias de ação e desempenhar vários papéis perante a eles, contribuindo, portanto, para que as suas reivindicações trabalhistas sejam alcançadas perante os detentores do capital (GIANNOTTI, 2008).

É importante frisarmos que a imprensa sindical não tem o intuito de produzir um conteúdo e transformá-lo em mercadoria ou notícia para que seja comercializado com a pretensão de gerar lucro, comportamento que, geralmente, se observa na imprensa comercial (CARVALHO, 2013). Isso porque, conforme salienta Ferreira (1995, p. 19), a imprensa sindical tem por objetivo ser um “(...) instrumento de informação, conscientização e mobilização; o receptor não é um elemento passivo, mas alguém que tem interesses comuns e participa da mesma forma de organização”. Complementar a isso, Castro (1997) assevera que a comunicação sindical consiste em um processo dialógico e horizontal, que tem propósitos de transformação, contestação e mobilização, na qual há diálogo entre o emissor e o receptor e a manifestação das opiniões de ambos.

Por outro lado, Cruz (2013), ao estudar diversas publicações (imprensa popular e sindical) que foram produzidas por movimentos sindicais e populares entre 1970 e 1990 em São Paulo, enfatiza que elas buscavam debater e abordar assuntos com uma linguagem direcionada para o seu público alvo, assim como abordavam conteúdos que dificilmente teriam voz e espaço na grande imprensa da época. Ademais, de acordo com a mesma autora, é importante ressaltar que a imprensa popular e a sindical não consistem em espaços nos quais os fatos e os acontecimentos são simplesmente registrados e veiculados, mas, sim, lugares em que há articulação coletiva, difusão de projetos, propostas e ações relacionadas aos movimentos populares e sociais, o que

torna estes instrumentos de comunicação o “(...) o próprio terreno do fazer-se histórico dos sujeitos coletivos” (CRUZ, 2013, p. 5).

Outro aspecto importante que a difere a imprensa sindical das outras duas etapas da imprensa operária (anarcosindicalista e sindical-partidária), é o processo de profissionalização pela qual ela passou a partir da conjuntura histórica do novo sindicalismo. Associado a isso, segundo Ferreira (1995), a imprensa sindical traz inerente a sua organização e estrutura de funcionamento mudanças que refletem a profissionalização de seu processo produtivo, por exemplo, o fato de a impressão dos jornais e boletins ser realizada em gráficas dos próprios sindicatos ou em empresas especializadas neste tipo de serviço, assim como a contratação de jornalistas profissionais para a elaboração do conteúdo do jornal e dos boletins.

Lembramos que, conforme ressalta Ferreira (1988), nas outras duas fases da imprensa operária, a impressão dos materiais, geralmente, era feita pelos próprios operários em tipografias ou gráficas, sendo a elaboração do conteúdo dos jornais também realizada por eles ou intelectuais que tivessem alguma ligação com o meio operário. Contudo, segundo Barros e Carvalho (2013), a partir da década de 1980, os sindicatos mais representativos e com maior poderio econômico passaram a criar Departamentos de Comunicação ou Imprensa, formados por profissionais de gabarito técnico, ação que também contribuiu para o processo de profissionalização. Dessa maneira, segundo Castro (2007), diante desta profissionalização, houve um aumento significativo no número de jornais diários publicados por organizações sindicais, sendo que somente os sindicatos associados a CUT, atualmente, editam mensalmente em torno de 12 milhões de jornais em todo o Brasil.

No que se refere aos dados relativos ao jornal sindical *Folha Bancária (FB)*, que será utilizado como suporte empírico para o presente trabalho, a sua tiragem mensal é de 100 mil exemplares, com publicação bisemanal (terça e quinta), tanto no formato online como no impresso, (SINBF, 2017). A FB é o principal veículo de informação do SINBF, assim como um dos mais tradicionais e antigos instrumentos da imprensa sindical brasileira. Além disso, vale destacar que este jornal sindical teve a circulação iniciada em 1924 com o nome *Vida Bancária* e a partir de 1930 passou a ser intitulado de *Folha Bancária*.

Por outro lado, corroborando a perspectiva de profissionalização da comunicação sindical mencionada anteriormente, o SINBF tem vários profissionais da área de comunicação (jornalistas; fotógrafos; chargista; diagramadores) que participam do processo de construção e elaboração de seus instrumentos de informação, da mesma forma que detém um parque gráfico que emprega 100 funcionários diretos e indiretos e é responsável pela impressão de todos os materiais informativos que são distribuídos pelo Sindicato.

Todavia, de acordo com Miani (2010), este processo de profissionalização dos sindicatos gerou algumas implicações à comunicação sindical, uma vez que o seu propósito deixou de ser pautado exclusivamente em aspectos direcionados para a doutrina ideológica e educação política da classe trabalhadora, passando a abordar também questões atreladas ao cotidiano dos sindicalizados e informações relacionadas à economia, do mesmo modo que reforçou a difusão das diretrizes corporativas dos sindicatos. Ademais, este mesmo autor, ao tecer uma análise crítica dos desdobramentos da profissionalização da comunicação sindical, pontuou outros aspectos importantes, conforme podemos observar no trecho a seguir:

Para tanto, é preciso reconhecer que, se por um lado a profissionalização da imprensa sindical apresentou um avanço nas questões técnicas, por outro, acabou precipitando uma “despolitização” da comunicação enquanto uma estratégia política dos sindicatos, pois os jornalistas passaram a se pautar fundamentalmente pelas questões de ordem pragmática e relegaram para um segundo plano as questões político ideológicas, principalmente quando o próprio sindicato, induzido ao erro por um discurso sedutor da necessidade de excelência técnica, deixou de considerar como questão fundamental no contexto da imprensa sindical o compromisso político do profissional da comunicação com o próprio movimento sindical e dos trabalhadores. Esse desafio deve ser enfrentado, dentre outras maneiras, através de um investimento na formação política dos profissionais da comunicação social (MIANI, 2010, p. 149).

Outro elemento característico e muito importante na estratégia comunicativa da imprensa sindical é o humor gráfico, que se evidencia por meio do gênero humorístico charge. Segundo Miani (2016a), a utilização da charge por parte dos sindicatos tem suas raízes provenientes da imprensa alternativa que vigorou durante o Regime Militar, sendo a charge um recurso de comunicação utilizado por este tipo de imprensa com o propósito de crítica, criatividade e humor. Associado a isso, conforme pontua Goodwin

(2011), as publicações da imprensa alternativa tinham como marca a presença do “humor descompromissado” e com forte teor político, que era materializado por meio da charge.

De acordo com Peruzzo (2004; 2008), a imprensa alternativa⁹ no Brasil se difundiu no contexto dos movimentos populares durante o final da década de 1970 e ao longo de 1980, abordando temas e assuntos que não costumavam ser veiculados na imprensa comercial, do mesmo modo que apresentavam um conteúdo que criticava e contestava o Regime Militar deflagrado em 1964. Neste sentido, segundo Goodwin (2011), entre os vários jornais da imprensa alternativa, um dos mais importantes para a história do humor gráfico brasileiro é o jornal *O Pasquim*, que reuniu grandes artistas gráficos da época, como Ziraldo, Millôr, Jaguar, Henfil, Fortuna e Miguel Paiva, assim como serviu de inspiração para outras publicações desta natureza que viriam a surgir posteriormente.

Para tanto, é importante ressaltarmos que a utilização das charges por parte da imprensa escrita não ocorreu apenas durante a conjuntura histórica vivenciada pela imprensa alternativa, haja vista que, conforme salienta Goodwin (2011, p. 550), “a charge brasileira sempre teve uma tradição atuante sobre a política nacional (como na queda do Império ou durante o Estado Novo de Getúlio Vargas)”. Em relação à *Folha Bancária*, não há registros oficiais que informam a data em que as charges começaram a ser publicadas no jornal. Não obstante, a partir da leitura da publicação comemorativa dos 90 anos de fundação do SINBF intitulada *90 anos fortalecendo a democracia: bancários de São Paulo (1923-2013)*¹⁰, é possível inferir que desde 1979 já havia publicações de charges no jornal. Ademais, o atual chargista, Márcio Baraldi, da *Folha Bancária* é responsável pela elaboração das charges há 25 anos. Diante disso, podemos notar que a utilização deste gênero humorístico como estratégia comunicativa e discursiva por parte do SINBF consiste em uma prática tradicional, confirmando, assim, os estudos acerca do uso do humor gráfico na imprensa sindical.

Como podemos observar, a imprensa sindical foi e continua sendo um importante instrumento de comunicação dos sindicatos, apesar de a tecnologia ter oferecido às organizações sindicais novas opções de difusão de suas ações e informações.

⁹ A imprensa alternativa era representada por vários jornais, como: *O Pasquim* (1969); *Posição* (1969); *Opinião* (1972); *Versus* (1974); *Movimento* (1975); *Coojornal* (1975); *De fato* (1975); *Extra* (1984), entre outros. (PERUZZO, 2008.)

¹⁰ Para mais informações acessar o link: <<http://spbancarios.com.br/90-anos-livro-e-gibi>>.

Corroborando esta realidade, por exemplo, a *Folha Bancária* ainda continua sendo um dos principais veículos de informação do SINBF.

5 CAMINHOS PERCORRIDOS

“O pesquisador ou a equipe de pesquisa está diante de um caminho singular quando empreende o desenvolvimento de uma pesquisa. A tentação de serem guiados por regras externas padronizadas que lhes deem segurança representa um imenso perigo de a pesquisa não produzir nenhum conhecimento significativo”.

Fernando González Rey, 2005.

A presente dissertação pauta-se na corrente teórica de pensamento pós-estruturalista e serão adotados alguns procedimentos teórico-metodológicos de cunho qualitativo. Todavia, é importante salientar que, ao buscarmos fundamentar a elaboração desta pesquisa por meio de um arcabouço teórico-metodológico, não temos o intuito de alcançar a neutralidade, verdade definitiva ou generalizações simplificadoras. Sendo assim, o nosso intento é encontrar possibilidades de escolha no que tange a teorias, instrumentos, processos analíticos e procedimentos de pesquisa, que possam nos auxiliar ao longo do processo de construção do presente trabalho.

É válido enfatizar também que tais possibilidades de escolha não devem ser consideradas conjuntos de regras racionais, rígidas, absolutas e legítimas do saber-fazer, mas, sim, entendidas como um mosaico de alternativas, que é constituído por variados caminhos, colocando, assim, à disposição dos pesquisadores um leque de diferentes perspectivas teóricas analíticas. Nesse sentido, corroboramos Rey (2005) quando ele assevera que a pesquisa qualitativa não consiste em um conjunto de procedimentos padronizados, estruturados, sequenciais e mecânicos a serem seguidos pelo pesquisador, uma vez que ela deve ser entendida como um procedimento duradouro e mutável, que se constrói progressivamente ao longo dos caminhos trilhados durante o próprio processo de pesquisa. Além do mais, conforme salientam Oliveira e Piccinini (2009), é fundamental que o pesquisador tenha uma postura reflexiva, na qual ele busque ser coerente com o seu posicionamento epistemológico, o referencial teórico utilizado e os métodos e as técnicas aplicadas na pesquisa.

É oportuno considerar que a subjetividade, a postura política e ideológica do pesquisador são inerentes ao processo de construção da pesquisa, na medida em que, como assinalam Oliveira e Piccinini (2009, p. 96), “não existem abordagens neutras (...). A escolha de autores, de referências, de temas, a predeterminação de métodos são ações que refletem o pensamento e a orientação do autor”. Desse modo, não podemos nos esquecer de que a produção de saber, seja ele científico ou não, é constituída e legitimada por relações de poder (FOUCAULT, 2012) e, desse modo, conforme pontua Machado (2013, p. 28), “(...) não há saber neutro. Todo saber é político”.

Ademais, teceremos uma breve descrição sobre o pós-estruturalismo. A abordagem pós-estruturalista é proveniente do estruturalismo e do construcionismo social e juntamente com outros enfoques epistemológicos (funcionalista; interpretativista; humanista, estruturalista) formam o conjunto das principais abordagens sociológicas que, geralmente, são usadas em estudos relacionados às organizações (PAULA, 2016). Por sua vez, segundo Paula (2016), o pós-estruturalismo, recusa as grandes narrativas e as análises totalizantes, da mesma forma que busca resgatar os contextos históricos em suas análises por meio de uma visão acerca da história que seja pautada na repetição das estruturas, descontinuidade e em mutações.

Dessa maneira, tal abordagem diferencia-se da perspectiva estruturalista no que se refere à análise histórica, pois os estruturalistas a consideram como uma sequência de fatos que se relacionam por meio de uma dinâmica de causa e efeito. Ainda segundo Paula (2016), o pós-estruturalismo, ao abandonar a concepção hegeliana e se aproximar da genealogia nietzschiana, passa a considerar os propósitos associados ao “jogo da diferença”, e não mais ao “trabalho da dialética”, isto é, posições de caráter dualista (legítimo/ilegítimo; nós/eles etc.) passam a ser desconsideradas na compreensão de identidades políticas.

Tecida esta breve introdução, nos tópicos seguintes abordaremos, primeiramente, o processo de construção do *corpus* desta dissertação e, posteriormente, a analítica de pesquisa proposta para o presente trabalho.

5.1 A construção do *corpus* da pesquisa

A presente dissertação é constituída de dois *corpora* de pesquisa, sendo o primeiro composto por algumas charges que foram publicadas no jornal sindical *Folha Bancária* (FB), que é vinculado ao SINBF, e o segundo formado por algumas reportagens publicadas na FB e, quando for pertinente, na mídia comercial. Mas, o porquê dessa divisão do *corpus* em charges e reportagens? Tal divisão foi embasada a partir da ressalva esboçada por Bauer e Aarts (2002), na qual eles pontuam que os materiais que constituem um *corpus* devem ser homogêneos, evitando, portanto, colocar textos e imagens, por exemplo, em um mesmo *corpus*, tendo em vista que são fontes que podem apresentar diferenças no que tange aos procedimentos de análise e a natureza de seu conteúdo.

Em relação à coleta de dados, ela foi realizada a partir do *site* institucional do SINBF, especificamente o Centro de Documentação Histórica do Sindicato Digital (CEDOC)¹¹, e, em alguns casos, em plataformas online de jornais e de notícias em geral. A decisão em utilizar a internet como instrumento de coleta se pautou, primeiramente, pela conveniência e facilidade de acesso aos dados e, segundo, pelo fato de que o conjunto de documentos disponibilizados no CEDOC digital era suficiente para atender aos objetivos e as questões que norteiam esta dissertação. Além disso, somam-se aos fatores citados a dificuldade de deslocamento e o ônus financeiro para se dirigir pessoalmente às instalações físicas do CEDOC, tendo em vista que o mesmo está localizado na cidade de São Paulo.

No entanto, antes de prosseguirmos com a descrição do processo de coleta dos dados, é importante ressaltar um fato que antecedeu a sua realização e que trouxe implicações relevantes no que concerne a maneira como os dados foram coletados. Como já mencionado anteriormente, os dois *corpora* desta pesquisa estão arquivados no *site* do Sindicato e, ao entrarmos em contato com o setor que monitora e administra a

¹¹ Plataforma digital na qual é disponibilizada parte do banco de dados do Centro de Documentação Histórica do Sindicato (CEDOC), por exemplo, edições do jornal *Folha Bancária*, charges, atas de reunião, Convenção Coletiva de Trabalho, boletins, vídeos, imagens, entre outros documentos.

plataforma online, para tratar de algumas dúvidas pontuais, fomos informados que seria realizada uma atualização do *layout* do *site* no início de 2017, assim como a migração dos dados do CEDOC digital para outro servidor de hospedagem. Destarte, devido à realização deste procedimento técnico, haviam riscos, em um primeiro momento, de perda de alguns arquivos e que seriam repostos posteriormente, mas sem uma previsão exata. Perante a situação relatada e mesmo cientes de que não utilizaríamos todo este material na dissertação devido ao tempo hábil para analisá-lo, optamos em adotar uma postura cautelosa e preventiva, isto é, coletar todo o material disponível (charges; jornais) para que, posteriormente, fosse realizada a análise qualitativa e detalhada desses dados com o intuito de decidirmos os recortes que seriam aplicados e o período a ser analisado.

Dito isto, no que tange ao processo de coleta dos dados, a sua realização teve como referência um critério sugerido por Bauer e Aarts (2002) para a seleção e a construção do *corpus* de pesquisa qualitativa, que consiste na ideia de que a seleção deve apresentar três etapas básicas, ou seja, selecionar, analisar e selecionar novamente, visando ao final identificar os dados que sejam relevantes e que contribuam, de fato, para a pesquisa. Associado a isso, estes mesmos autores salientam a respeito da importância do tamanho do *corpus* de pesquisa estar condicionado ao tempo disponível para a finalização do trabalho, evitando, assim, a criação de “porões de dados”, que se refere a materiais que foram coletados, mas que não foram analisados com a profundidade devida ou, até mesmo, não utilizados no decorrer da pesquisa.

Tendo em vista isto, após a realização da coleta do material, identificamos que o banco de dados do CEDOC digital possuía charges de 2005 a 2017 e jornais da FB de 2012 a 2017. Assim, diante disso, optamos por estabelecer o primeiro recorte, que consistiu em analisarmos somente as charges que estivessem dentro do recorte temporal da FB. A presente decisão está calcada no fato de que a análise dos dados não se restringiria somente à charge, uma vez que o conteúdo do jornal também seria analisado, podendo abranger tanto a edição em que a charge foi publicada como edições anteriores ou posteriores.

Este critério foi embasado em dois aspectos. Primeiramente, no ato da qualificação do projeto desta dissertação, os professores¹² que compuseram a banca de avaliação sugeriram este caminho para o processo analítico dos dados, ressaltando que a charge consiste em uma mini-narrativa que se articula com narrativas mais abrangentes, isto é, com algumas reportagens ou notícias veiculadas no veículo de comunicação na qual foi publicada ou de outras mídias informativas. Além do mais, a banca de avaliação também enfatizou sobre o fato de a charge ser uma representação gráfica e como toda representação apresenta limitações acerca da realidade, o que reforça a importância de desdobrarmos a nossa análise e reflexão para as margens documentais (*Folha Bancária*; mídia comercial; convenções coletivas de trabalho etc.). Assim sendo, tais sugestões tinham por intuito evitar que analisássemos as charges de forma superficial ou como algo desmembrado ou isolado do seu contexto de produção e veiculação.

No que concerne ao segundo aspecto, que reforça e complementa o primeiro, ele está associado à ressalva do pesquisador Possenti (2010), na qual ele afirma que a charge, em geral, não consiste em uma representação humorística isolada, haja vista que está relacionada e contextualizada com parte do conteúdo presente no espaço discursivo na qual é publicada. Dessa maneira, para esse mesmo autor, para que a compreensão e a análise da charge não sejam rasas e restritas, é importante que haja um olhar analítico que vai além do seu conteúdo imagético-verbal. Dessa maneira, devemos analisar não somente os enunciados possíveis de serem extraídos das charges, mas também aqueles que estão às suas margens, pois, como ressalta Foucault (2007, p. 110), os enunciados não se constituem sozinhos ou isolados, mas sim em interação com outros enunciados, uma vez que “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados”.

Deste modo, a partir deste recorte inicial, analisamos os dados e identificamos que, no período de 2012 a 2017, o *corpus* era composto por 630 charges e 665 jornais. Após análise detalhada do material foi possível constatar que se tratava de um *corpus* muito rico e detalhado, assim como abrangia diversos temas. Nesse sentido, mantivemos previamente este recorte temporal e, em seguida, partimos para o segundo recorte, que consistiu em identificar o conjunto de temas que foram mais recorrentes nas charges e,

¹² Professora Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques; Professor Dr. Rafael Diogo Pereira.

posteriormente, agrupá-los em percursos semânticos¹³. Logo, abaixo segue a relação dos temas, sendo esses distribuídos por ano e na ordem de frequência com que apareceram no jornal FB.

Quadro 2: Distribuição e divisão, por ano, dos temas mais abordados nas charges

2012	2013	2014	2015	2016	2017
Campanha PLR sem imposto	Campanha PLR sem imposto	Campanha Nacional Unificada	Campanha Nacional Unificada	Campanha Nacional Unificada	Condições de Trabalho
Campanha Nacional Unificada	Campanha Nacional Unificada	Condições de trabalho	Condições de trabalho	Condições de trabalho	Terceirização
Condições de Trabalho	Condições de Trabalho	Terceirização	Privatização	Impeachment Dilma Rousseff	Governo Michel Temer
Terceirização	Sindicato cidadão	Incentivo à sindicalização	Sindicato cidadão	Terceirização	Privatização
Incentivo à sindicalização	Terceirização	Sindicato cidadão	Terceirização	Privatização	Incentivo à sindicalização
Sindicato Cidadão	Incentivo à sindicalização	Privatização	Incentivo à sindicalização	Incentivo à sindicalização	Sindicato cidadão

Fonte: Dados da pesquisa.

Após os recortes apontados anteriormente, foi possível identificarmos três percursos semânticos. O primeiro percurso consiste nas **Estratégias Internas do Sindicato**, que engloba temas como a divulgação da agenda sindical, práticas institucionais e sociais associadas à concepção de sindicato cidadão, campanhas de incentivo a sindicalização por meio da divulgação de serviços e benefícios oferecidos aos filiados, entre outros. Já o segundo percurso refere-se às **Medidas Governamentais**, na qual são explorados temas relacionados à terceirização e à privatização, como projetos de lei ou ações do governo federal, sejam relacionadas ao setor bancário ou não.

Por fim, tem-se o percurso semântico da **Representação Sindical**, que abrange temas relacionados às condições de trabalho e às Campanhas Nacionais Unificadas, sendo essas organizadas pelo SINBF em parceria com os demais sindicatos bancários. Além disso, tais campanhas abordam temas como greves, acordos coletivos, negociação salarial e de direitos da categoria, PLR, entre outros assuntos. Dito isso, a divisão dos

¹³ A ideia de agrupar os temas em percursos semânticos foi baseada em Faria (2001, p. 241-287). Segundo esse autor, os percursos semânticos abrangem os conceitos greimasianos de percurso temático e percurso figurativo. O primeiro é tido como um elemento semântico mais abstrato (ex: amor; paz; alegria) e o segundo, mais concreto (ex: casa; mulher; mesa), mas ambos têm por função básica agrupar um conjunto de temas variados, que apresentam alguma ligação, em um tema mais geral.

temas por percurso semântico e a quantidade de charges em cada um deles encontra-se organizada no quadro 3 abaixo:

Quadro 3: Divisão preliminar dos percursos semânticos e distribuição das charges por temas

Percurso Semântico	Temas	Charges
Estratégias Internas do Sindicato	Sindicato cidadão	69
	Incentivo à sindicalização	45
Medidas Governamentais	Privatização	27
	Terceirização	32
Representação Sindical	Negociações Coletivas	81
	Condições de trabalho	50

Fonte: Dados da pesquisa.

Uma vez definidos o recorte temporal, os temas e os percursos semânticos, faltava selecionar quais charges e reportagens seriam aproveitadas nesta pesquisa. Desse modo, após a avaliação das charges e reportagens que constam na distribuição do quadro acima, selecionamos as mais representativas. Ou seja, utilizamos como critérios a riqueza do conteúdo das charges em relação aos temas abordados e a capacidade de contribuir, satisfatoriamente, para alcançar os objetivos propostos na presente dissertação. Assim, optamos por analisar neste trabalho 14 charges e 30 reportagens, que estão separadas por percurso semântico e temas no quadro abaixo.

Quadro 4: Divisão dos percursos semânticos e distribuição das charges/reportagens por temas

Percurso Semântico	Temas	Charges	Folha Bancária	Imprensa Comercial	Total
Estratégias Internas do Sindicato	Sindicato cidadão	2	6	1	9
	Incentivo à sindicalização	2	4	0	6
Medidas Governamentais	Privatização	4	10	7	21
	Terceirização	2	16	1	19
Representação Sindical	Negociações Coletivas	2	6	1	9
	Condições de trabalho	2	5	1	8

Fonte: Dados da pesquisa.

Tecidas as explicações e as descrições sobre a construção do *corpus* desta dissertação, na seção seguinte delinearemos acerca do processo analítico que será empregado para analisar os dados coletados.

5.2 A analítica de pesquisa

A perspectiva de método desta dissertação não será fundamentada na concepção iluminista e humanista, isto é, não corroboramos a noção de método pautada na racionalidade e na neutralidade científica. Desse modo, compactuamos com a ideia de que é necessário reconhecer o caráter complexo e heterogêneo da realidade, do mesmo modo que não devemos instrumentalizar a análise do real por meio de modelos de causa e efeito. Em vista disso, visando responder aos questionamentos e aos objetivos elencados neste trabalho, adotamos uma analítica de pesquisa que nos permita construir um conjunto de procedimentos e de estratégias de investigação. A construção dessa analítica será pautada, de modo geral, em alguns elementos operatórios e fundamentos teóricos utilizados por Foucault em suas obras, mais especificamente aqueles relacionados à teoria do discurso e à analítica de poder foucaultiana.

Tendo em vista o que foi supracitado, propomos um recorte particular da obra do filósofo com o objetivo de construirmos a analítica de pesquisa a partir de alguns elementos e instrumentos provenientes tanto da fase arqueológica como da genealógica. Entretanto, é importante frisar que o nosso intuito não consiste em realizar uma arqueologia ou genealogia com a minúcia de detalhes e profundidade observada nas análises de Foucault, haja vista que o que almejamos é a partir da “caixa de ferramentas conceituais” foucaultiana constituirmos um arcabouço teórico-metodológico, que nos permita articularmos alguns conceitos e elementos operatórios para compreender e analisar os enunciados e os discursos presentes nas charges e nas demais fontes que serão analisadas nesta pesquisa.

No entanto, antes de prosseguirmos, é pertinente problematizarmos a questão do método em Foucault. Ou seja, os elementos operatórios e as teorizações presentes nas obras do filósofo podem ser considerados um método? Segundo Veiga-Neto (2009), este questionamento não possui uma resposta certa ou errada, na medida em que ela

dependerá do sentido que está sendo atribuído à palavra método. Assim, para este autor, se entendermos o método a partir de uma perspectiva moderna e cartesiana, não é possível falarmos em métodos no pensamento foucaultiano. Contudo, se o sentido for proveniente de uma abordagem pós-moderna/pós-estruturalista, concluiremos que é plausível afirmar a existência de métodos foucaultianos. Diante disso, concordamos com a segunda leitura, uma vez que partimos do pressuposto de que o método não deve ser considerado algo prescritivo, rígido, extremamente formal ou um caminho para se chegar a verdades absolutas ou generalizações.

Complementar ao que foi supramencionado, Thiry-Cherques (2010) salienta que Foucault não adotou em suas obras processos de investigação que buscavam se fundamentar por meio do rigor ou de modelos, do mesmo modo que o seu método, além de ser variável, não é esquematizável. Além do mais, a concepção de método defendida por Foucault não compactua com o pensamento de que a utilização de procedimentos metodológicos por parte do pesquisador signifique que ele trilhará caminhos seguros ou previsíveis, haja vista que ao longo da realização da pesquisa, conforme pontua Veiga-Neto (2009, p. 89), “(...) não há um solo-base externo por onde caminhar, senão que, mais do que o caminho, é o próprio solo sobre o qual repousa esse caminho é que é construído durante o ato de caminhar”.

Deste modo, ao optarmos pela construção de uma analítica de pesquisa a partir da perspectiva foucaultiana, por conseguinte, também estamos renunciando a uma abordagem mais tradicional de método e ao uso de um modelo de análise funcionalista. Sendo assim, buscamos novos horizontes de análise e novas possibilidades e alternativas de decifrar e compreender o social, assim como de pensar e refletir acerca do objeto de pesquisa. Em suma, o nosso intento é buscar novos subsídios analíticos que nos proporcione olhares diferenciados e novas luzes acerca das relações de poder e das ações de resistência em uma organização.

Neste sentido, tendo como base a perspectiva de discurso e a analítica do poder foucaultiana, analisaremos os discursos e os enunciados possíveis de serem extraídos a partir das charges publicadas no jornal *Folha Bancária*, com o intento de atender ao objetivo geral proposto nesta pesquisa: **analisar quais práticas do Sindicato dos**

Bancários de São Paulo são evidenciadas a partir do discurso humorístico das charges durante o período de 2012 a 2017.

Ademais, é pertinente esclarecermos alguns aspectos referentes à análise das charges. Primeiramente, cabe salientar que a nossa análise não abrangerá todos os elementos discursivos e não discursivos associados ao nosso *corpus*, haja vista que não haveria tempo hábil para analisarmos com profundidade os complexos e múltiplos feixes de relações que os permeiam. Assim, conforme pontua Foucault (2007), é importante que o pesquisador faça algumas escolhas em detrimento de outras, ou seja, a partir das palavras do próprio filósofo, é necessário estabelecermos um “recorte provisório” em torno dos elementos que serão analisados.

Nesta perspectiva, o nosso gatilho de análise consiste na leitura e análise prévia dos elementos imagéticos e verbais da charge, como a caricatura, os personagens e as figuras de linguagem (metáfora; ironia), visando identificar possíveis diálogos com o conteúdo do jornal em que foi publicada ou em edições anteriores e/ou posteriores. Posteriormente, analisaremos os enunciados que forem possíveis de serem extraídos a partir do desdobrar das charges. Em outras palavras, tendo como referência Deleuze (1991), o processo analítico aplicado incide em “rachar” e desmontar o nosso *corpus* de pesquisa, no sentido de ir ao encontro das “condições que as abre” e as “condições extrativas” de cada enunciado e visibilidade, não nos esquecendo de que isso somente é possível se identificarmos os mecanismos de poder e as possíveis ações de resistência às quais esse *corpus* está relacionado. Além disso, este mesmo autor ressalta que este processo analítico é importante, na medida em que os enunciados não estão inteiramente visíveis e nem ocultos, sendo preciso, assim, que a análise não se fundamente apenas no que está lógico ou evidente, como as palavras, frases e objetos.

Além do mais, quando for pertinente, buscaremos relacionar alguns assuntos e temas abordados na charge com outras reportagens veiculadas na grande imprensa ou mídia alternativa, por exemplo, *Folha de São Paulo*; *O Globo*; *Nexo Jornal*; portal de notícias *G1*; *Carta Capital*, *Valor Econômico*, entre outros. O intento disso é elaborar uma análise comparativa entre espaços discursivos midiáticos distintos e que, conseqüentemente, estão imersos em jogos de verdade díspares, ou seja, o conjunto de regras que determina o que é legítimo, verdade e o que pode ser dito não é o mesmo

para tais mídias. Desse modo, será possível observarmos como um mesmo assunto ou tema é abordado por cada um desses contextos midiáticos.

Outro aspecto importante refere-se ao fato de que, ao realizarmos uma análise discursiva da charge a partir da perspectiva foucaultiana, não analisaremos o seu discurso tendo como base os aspectos linguísticos e os elementos puramente lógicos e formais que a compõe, pois, para Foucault, conforme pontua Fischer (2001), “analisar o discurso consiste em analisar as relações históricas e as práticas que estão evidentes no discurso”. Todavia, é importante considerarmos também em nossa análise a ordem do discurso de determinado momento histórico, na medida em que ele “(...) põe em evidência os mecanismos de organização do real (saber, estratégias, práticas)” (THIRY-CHERQUES, 2010). Em vista disso, segundo Foucault (2007), é necessário buscar as “condições de emergência” de cada discurso, não com o intento de identificar os aspectos determinantes de um dado discurso, mas, sim, no sentido de responder “como” e “por que” algumas práticas institucionais e políticas, culturais, econômicas e sociais estão relacionadas às suas condições de produção.

Além disso, a análise do discurso para Foucault deve ser ancorada em um exercício de descoberta e, como pontua Thiry-Cherques (2010, p. 241), “(...) decifração das regras que determinam ou regem os discursos e as práticas não discursivas efetivos”, ou seja, não consiste em um processo analítico que se paute em uma interpretação ou dedução. Portanto, para conseguirmos evidenciar e apreender as incongruências, as relações de poder e possíveis ações de resistência presentes na materialidade discursiva e ilustrativa da charge, é importante que busquemos o dizível e o não dizível, assim como ir além das regras lógicas dos roteiros interpretativos¹⁴, das ironias e das metáforas visuais/verbais presentes nas charges.

Destarte, é relevante abordar as visibilidades ao longo do processo analítico dos enunciados extraídos das charges, de outro modo, precisamos considerar também em nossa análise o espaço de enunciação da charge e conseqüentemente toda a rede de

¹⁴ Roteiros interpretativos, segundo Davies (2011), consistem em representações cômicas partilhadas que costumam virem acompanhadas por estereótipos e tem por intuito fazer com que o leitor entenda uma representação humorística rapidamente. Complementar a isso, Oliveira e Marques (2012, p.61) salientam que tais roteiros “(...) são produzidos institucionalmente, por meio de *scripts* que nos são oferecidos pela mídia, pela cultura, pela escola, pelas associações, etc.

elementos que o circundam (FISCHER, 2001). Também é necessário que sejamos questionadores e críticos, ou melhor, é importante “perguntar: por que isso é dito aqui, deste modo, nesta situação, e não em outro tempo e lugar, de forma diferente?” (FISCHER, 2001, p. 205). Indo mais além, é não restringirmos o olhar analítico somente ao que está no texto e/ou na ilustração das charges, mas também se atentar para “o que falta, o que poderia estar lá” (DAVIES, 2011, p. 103).

Vale salientarmos que os elementos verbais e visuais que constituem a charge são intertextuais, haja vista que dialogam com outros discursos, estando esses presentes na base de constituição da representação chárstica (ROMUALDO, 2000). Sendo assim, a charge consiste em um gênero discursivo que é necessariamente polifônico e dialógico, tendo em vista que os seus discursos são compostos por miscelâneas de vozes e pelo diálogo com outros discursos (TOMAZI, 2011).

Ademais, concordamos com Veiga-Neto (2007) quando ele pontua que o fato de Foucault propor que a análise de um determinado documento – consideramos que a charge é um documento¹⁵ – seja calcada em sua exterioridade e não em sua internalidade, não significa que não tenhamos que estar alfabetizados à linguagem do documento em análise:

Sejam textos verbais, sejam textos imagéticos, ou seja, quaisquer outros, é preciso estar alfabetizado na linguagem respectiva, é preciso decifrar seus símbolos, entrar na sua lógica, conhecer a sua gramática, para apreender os significados que entre nós e eles circulam no momento em que lemos tais textos (VEIGA-NETO, 2007, p. 104).

Oportuno ressaltar também que os variados dispositivos que são utilizados por Foucault em suas obras, a partir dos anos 70, podem ser considerados importantes ferramentas analíticas para a realização da análise dos enunciados das charges, uma vez que tais dispositivos são formados por uma rede composta por práticas discursivas e não discursivas, que remetem a um conjunto formado por instituições e práticas que estão imersas em mecanismos de poder, da mesma forma que funcionam como um “regime

¹⁵ É importante frisar que a nossa concepção de documento é foucaultiana, isto é, o documento não é associado a textos que devem ser interpretados, na medida em que ele é entendido como um monumento a ser analisado e decifrado.

de fazer ver e fazer dizer” (FOUCAULT, 2013; 1985; TUCHERMAN, 2004, p. 42). Nesse sentido, a análise discursiva e a leitura monumental das charges serão realizadas em torno de alguns dispositivos, visando compreender as redes de elementos que interligam os seus enunciados e suas visibilidades. Os dispositivos analisados são o dispositivo midiático (imprensa comercial; imprensa sindical) e os dispositivos de representação de interesses (Sindicato; instituições bancárias; governo) e dispositivo imagético (charge).

No que tange ao dispositivo midiático, a sua relevância analítica para o presente trabalho está ancorada no fato de que analisamos a charge a partir de um espaço de enunciação midiático (imprensa sindical), que apresenta relação com outros poderes, saberes e instituições que também se expressam, de uma forma ou de outra, nos enunciados da charge. Desse modo, não se trata de um espaço neutro, mas, sim, que produz e veicula informações a partir de determinada ordem discursiva, que controla e estabelece regras e limites em relação ao que pode e ao que não pode ser dito nesse espaço enunciativo. Além do mais, a noção de dispositivo midiático nos ajuda a compreender a imprensa sindical enquanto um espaço de enunciação que está imerso em um lugar institucional (Sindicato) e associado a diversos discursos que se apoiam no mesmo sistema de formação, como o discurso das relações de trabalho, do capital/trabalho; da resistência, direitos trabalhistas, entre outros.

Por outro lado, este lugar institucional consiste no espaço enunciativo de onde o profissional¹⁶ das artes visuais, conhecido como chargista, expõe por meio da representação humorística a sua visão e seu posicionamento subjetivo acerca dos fatos e dos acontecimentos retratados na charge. Porém, a despeito de a charge ser um documento elaborado e assinado pelo chargista, os enunciados e os discursos que se manifestam nesse documento não se restringem somente ao seu posicionamento individual, pois, conforme salienta Fischer (2001, p. 9), “ao analisar um discurso, mesmo que o documento considerado seja a reprodução de um simples ato de fala individual (...), ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem”.

¹⁶ De acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (2002), o chargista é identificado profissionalmente como “Artista (artes visuais)” e possui o código 2624-05 na lista de classificação. Para mais informações acessar o link: <<http://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/262405-artista-artes-visuais>>.

Arelado a isso, é relevante destacar a questão da subjetividade-trabalho relacionada à prática laboral do chargista, na medida em que ele, a priori, ao elaborar a arte gráfica que permeia a charge é submetido a um modo de subjetivação que lhe conduz uma maior liberdade em sua experiência laboral, estando essa associada a sua criatividade, ao seu estilo e talento artístico, no entanto, ele tem a sua liberdade de expressão limitada pela ordem do discurso provinda do espaço enunciativo ou lugar institucional no qual ele está situado.

Em relação ao dispositivo de poder, a sua escolha enquanto elemento analítico se justifica devido ao fato de que a charge enquanto uma prática discursiva não consiste apenas em uma representação humorística que expressa críticas, pensamentos ou ironias, como também produz ou reproduz enunciados que estão inseridos em um jogo enunciativo e relacionados a outros dispositivos de poder, por exemplo, o Sindicato, o governo e as instituições bancárias. Desse modo, os enunciados que iremos extrair das charges não são livres, neutros ou independentes, pois, como ressalta Foucault (2007, p. 110), “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados”. Assim, a compreensão dos dispositivos de poder que se relacionam com os enunciados das charges é importante para que possamos entender o aspecto discursivo e não discursivo que permeia o jogo enunciativo.

No tocante ao dispositivo de saber, a sua relevância analítica está associada ao fato de que a charge enquanto uma prática discursiva é constituída de um saber não científico, sendo esse proveniente do “saber discursivo social”, ou seja, conforme pontua Baronas e Aguiar (2009, p. 175), discursos que já são ditos no cotidiano das pessoas e que são formados “(...) de saberes que o sujeito mobiliza, que circulam no imaginário social brasileiro, historicamente construídos, e não de um acontecimento discursivo fundamental que é retomado”. Por sua vez, vale frisar que a leitura de Foucault acerca do saber não está, necessariamente, associada a algo provindo da ciência, como pontua Pereira (2013, p. 93): “É importante lembrar que a noção foucaultiana de saber não se restringe ao campo científico. Há saberes livres de ciências, contudo não há saber desvinculado de uma prática discursiva”.

Além dos recursos analíticos foucaultianos mencionados anteriormente, caso sejam pertinentes, algumas estratégias de persuasão (FARIA e LINHARES, 1993), como a construção de personagens, será utilizada em nossas análises discursivas. Isso porque um dos principais elementos imagéticos da charge é a representação de personagens (políticos; banqueiro; empresários etc.) por meio da caricatura. Entretanto, conforme argumenta Pereira (2013, p. 97), a análise discursiva em torno da estratégia de persuasão deve focar em “(...) que tipo de posição de enunciação o sujeito busca alcançar ao articular seu discurso a partir da criação de personagens”.

Outro recurso analítico que será empregado neste trabalho é o modelo de análise semiótica elaborado por Barthes (1990). O referido autor propõe uma análise estrutural da imagem pautada em algumas mensagens que a constituem. A partir disso, ele aponta três tipos de mensagens podem ser observadas nas imagens: mensagem linguística; mensagem denotada (imagem denotativa); mensagem conotada (imagem conotativa). Em relação à mensagem linguística, de acordo com Barthes (1990), ela tem duas funções principais, sendo a primeira de fixação (ancoragem) e a segunda de *relais* (revezamento). A função fixação é mais comum e recorrente nas mensagens linguísticas, sendo bastante presente em fotografias jornalísticas e publicidades por desempenhar um papel importante no que tange à explicação, identificação e descrição dos elementos imagéticos, exercendo, assim, o papel de ancoragem em relação à imagem, ou seja, funciona como um guia ou roteiro interpretativo de leitura para o leitor.

Já a função *relais*, segundo Barthes (1990, p. 33), é mais presente em charges e história em quadrinhos, sendo que a relação entre a mensagem verbal e “a imagem têm uma função de complementaridade (...)” na qual não é possível compreender, de forma profunda, a representação imagética sem recorrer aos seus suportes verbais, como a legenda, os textos etc. Desse modo, como pontua Souza e Santarelli (2008, p. 135), a função *relais* ao recorrer à mensagem verbal para complementar a leitura imagética “(...) exerce o posto de explicar o que dificilmente a imagem conseguiria fazer isoladamente”.

No que concerne à mensagem denotada ou imagem denotativa, Barthes (1990) considera que uma de suas principais características é a ausência de signos e códigos

semânticos, isto é, consiste na imagem real e natural sem significados simbólicos. Nesse sentido, a imagem denotativa transmite uma informação literal, por exemplo, “na fotografia, pelo menos ao nível da mensagem literal, a relação entre os significantes e os significados não é de ‘transformação’, mas de ‘registro’ (...)” (BARTHES, p. 36). Por outro lado, em relação à mensagem conotada ou imagem conotativa, este mesmo autor salienta que ela consiste em uma representação imagética que é permeada por um conjunto de signos descontínuos, códigos semânticos e mensagens simbólicas e culturais. Ademais, as possibilidades de leitura conotativa a respeito de uma imagem são múltiplas, pois elas estão associadas, em grande parte, aos saberes (culturais, político, simbólico etc.) que o sujeito possui e aplica na análise e na interpretação das imagens.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS: DESDOBRANDO AS CHARGES

O presente capítulo está organizado em três subseções, na qual cada uma delas corresponde a um percurso semântico. A primeira subseção aborda o percurso das estratégias internas do Sindicato, sendo esse constituído pelos temas sindicato cidadão e incentivos à sindicalização. A segunda subseção discorre sobre os temas relacionados ao percurso intitulado de medidas governamentais, que é composto pelas temáticas da privatização e da terceirização. Por fim, abordaremos na terceira subseção o percurso da representação sindical, que engloba os temas sobre as campanhas unificadas e as condições de trabalho.

6.1 Estratégias internas do Sindicato

Neste tópico, será abordado o percurso semântico correspondente às estratégias internas do Sindicato, que é constituído por dois temas: sindicato cidadão e incentivo à sindicalização. O nosso objetivo neste tópico consiste em compreender algumas estratégias de atuação do SINBF em relação a questões vinculadas a cidadania, por exemplo, desigualdade social e racial, educação etc., e como o Sindicato constrói a sua estratégia de incentivo à sindicalização.

6.1.1 Sindicato cidadão: a construção de uma agenda pautada na cidadania

Segundo Vêras de Oliveira (2002), a compreensão do conceito de sindicato cidadão demanda um entendimento sobre a conjuntura política e econômica brasileira durante a década de 1990, sendo essa marcada pelo processo de globalização e o avanço do neoliberalismo, que implicaram transformações significativas para a sociedade e para a relação capital e trabalho. Tendo em vista este cenário, várias foram as consequências negativas para os trabalhadores, como a precarização e a flexibilização do trabalho e o aumento do desemprego (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002). Além do mais, para este mesmo autor, a reestruturação produtiva e a flexibilização do trabalho encontraram terreno fértil para avançarem no Brasil nos anos 90 devido aos governos neoliberais de Fernando Collor de Mello e, posteriormente, Fernando Henrique Cardoso, que apresentavam uma agenda político-econômica que corroborava a nova ordem capitalista mundial.

De acordo com Miani (2016a), as transformações ocorridas neste período histórico também trouxeram efeitos para o campo da ação sindical, uma vez que os sindicatos, principalmente os filiados a CUT, perderam poder de barganha e a potencialidade de conseguir negociações coletivas favoráveis aos trabalhadores, assim como de obter êxito na luta por melhores salários, condições de trabalho e manutenção do emprego. Diante disso, segundo Vêras de Oliveira (2002, p. 11), o foco das ações sindicais deixou de ser pautado em uma postura combativa, na medida em que os sindicatos passaram a adotar uma estratégia de ação mais defensiva ou propositiva, em que, gradativamente, eles passaram a incorporar uma agenda com temas que estivessem alinhados a questões sociais e aos direitos civis, como “(...) indicadores sociais (condições de saúde, educação, trabalho infantil, etc.); promover políticas públicas locais de potencialização do desenvolvimento regional, articular formas de pressão junto aos governos estadual e federal”. Dessa maneira, para este mesmo autor, o espaço local e regional se torna um campo de possibilidades para a ação sindical em detrimento do espaço nacional, que antes era o mais explorado. Assim, as entidades sindicais direcionaram os seus trabalhos para o contexto municipal e buscaram efetivar parcerias com ONGs, empresários e outros atores sociais. Ou seja, os sindicatos tiveram que se adaptar ao cenário adverso proveniente da expansão neoliberal e pela conjuntura política brasileira, modificando o foco de suas ações e adotando uma agenda calcada no discurso da cidadania.

Uma vez delineada esta breve explicação sobre o contexto histórico que serviu de base para a emergência da concepção de sindicato cidadão, iniciaremos a análise das duas charges selecionadas para constituir esta temática. Em relação à primeira charge, ela aborda a campanha que é realizada desde 2013 pelo SINBF, que tem por objetivo incentivar os bancários a doarem o valor do imposto sindical compulsório¹⁷ para a Fundação Projeto Travessia (FPT), que, atualmente, tem como principal mantenedor o SINBF. É importante salientar que este imposto é devolvido aos bancários pelo SINBF desde 2006, porém, é necessário que o bancário solicite a devolução junto ao Sindicato para que o reembolso seja realizado.

Figura 3: Charge 1



Fonte. *Folha Bancária* – Edição: 5776, junho de 2014.

Ao realizarmos a análise da representação chárstica tendo como base o modelo semiótico elaborado por Barthes (1990), é possível observar que o diálogo entre os dois personagens da charge é decisivo para a compreensão da estratégia discursiva utilizada pelo chargista. Isso porque o texto não apenas exerce a função de ancoragem em relação às imagens da charge, assim como de complemento e revezamento, visto que seria mais complicado compreender a arte gráfica sem as mensagens verbais presentes no diálogo.

Outro aspecto importante consiste na utilização de uma metáfora verbal por meio da expressão “alma leve”. Dizer que está com a “alma leve” corresponde, no saber social e popular, a estar com a consciência tranquila ou em paz em relação a alguma ação que

¹⁷ A criação do imposto sindical compulsório ocorreu durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), via o Decreto-lei nº 2.377 de 8 de julho de 1940. Desse modo, todo mês de março de cada ano, os trabalhadores com carteira assinada, independente da categoria profissional, sofrem um desconto de 3,33% do salário, que corresponde a um dia de trabalho. Deste total, 10% são destinados ao Ministério do Trabalho, 10% para as centrais sindicais, 5% para a confederação nacional, 15% para as federações estaduais e os 60% restante para os sindicatos (SINBF, 2017).

foi feita ou não. Se pensarmos de outra forma, tal expressão significa também a antítese de alma pesada ou consciência pesada.

Neste sentido, o chargista, ao associar o fato de o bancário doar a restituição do imposto para a FPT a um fator de cunho psicológico, tem por objetivo propor ao bancário uma reflexão que está ancorada em um apelo emocional. Isto fica, ainda mais, evidente ao lermos a mensagem verbal localizada e destacada no canto direito do segundo quadrante da charge, espaço no qual é enfatizado o propósito para qual a doação do imposto é direcionado, isto é, ajudar “(...) milhares de crianças a ter um futuro melhor!”. Desse modo, a estratégia de persuasão da Charge 1 buscou envolver emocionalmente o leitor por meio de uma mini-narrativa cidadã e social, que suscitasse nele a consciência do bem comum, ou seja, que despertasse no bancário o desejo de doar o valor do imposto para um projeto social em detrimento de seus interesses particulares.

Realizada a leitura e análise dos elementos verbais e imagéticos da Charge 1, a seguir direcionaremos o nosso olhar analítico para alguns dos enunciados (práticas discursivas) e visibilidades (práticas não discursivas) que foram possíveis de serem extraídos a partir do desdobrar da charge. O primeiro aspecto que vale a pena ser considerado relaciona-se aos enunciados associados ao discurso do sindicalismo cidadão, como o tema dos direitos civis e da cidadania, que estão presentes na Charge 1. Além disso, ao desdobrarmos a charge e analisarmos algumas edições da FB (números: 5775; 5776; 5777; 5778), foi possível observar que a FB consiste em um dispositivo midiático que exerce um papel importante na difusão das ações e dos posicionamentos políticos defendidos pelo Sindicato no que tange a questões envolvendo a ideia de sindicato cidadão.

Isto porque o discurso do sindicalismo cidadão foi amplamente abordado, discutido e legitimado por atores ligados ao Sindicato e profissionais da área acadêmica e filantrópica ao longo das edições da FB citadas no parágrafo anterior. As abordagens ocorreram por meio da charge aqui analisada, reportagens de capa e matérias que traziam detalhes acerca dos projetos e dos propósitos da Fundação, da mesma forma que destacavam a possibilidade de doação do imposto sindical por parte do bancário para a instituição filantrópica. Dessa forma, tal constatação corrobora as observações pontuadas por Miani (2016b), que ressalta o fato de que a “(...) imprensa sindical foi

uma das principais vitrines para dar visibilidade e projeção às mudanças pragmáticas e discursivas do movimento sindical em direção ao sindicalismo cidadão”.

Por outro lado, é interessante pontuarmos que a FPT foi fundada em 1995, período que coincide com a condição histórica de emergência da concepção de sindicato cidadão, conforme abordamos no início do texto. Esta instituição filantrópica atua como um braço social do Sindicato, haja vista que está voltada para a formulação e execução de ações que estejam sintonizadas com políticas sociais e o exercício da cidadania, tendo como missão “Defender e promover a garantia de direitos de crianças e adolescentes em situação de risco, visando à melhoria da qualidade de vida e ao exercício da cidadania¹⁸”. Sendo assim, a Fundação pode ser considerada um desdobramento do discurso de cidadania e, por conseguinte, da adoção de uma agenda mais propositiva e social do SINBF a partir da década de 1990.

No entanto, há uma questão conflituosa relacionada à criação da Fundação que não está visível nos enunciados do Sindicato, sendo tal ponto suscitado por Colombi e Krein (2016) e evidente no *site* institucional da FPT, mais precisamente no tópico em que é apresentado o seu histórico. Para estes autores, a criação desta entidade filantrópica em 1995 contou com investimentos provindos de alguns bancos privados e isso implica um conflito de interesse, tendo em vista que o SINBF efetivou parcerias com instituições bancárias na qual ele está em constante defronte, seja por conta de negociações trabalhistas ou pela luta dos interesses da categoria bancária. Ademais, o fato de o Sindicato agir em parceria com os bancos não apenas suscita algumas dúvidas e inquietações em relação à possibilidade dele ter sido cooptado pelos interesses dessas empresas, do mesmo modo que evidencia uma incongruência no discurso e na prática do Sindicato, na medida em que a instituição que, em tese, deveria lutar contra os interesses dos bancos opta por se tornar parceira deles.

Considerando a questão supracitada, realizamos uma breve pesquisa nos registros documentais da FPT, com intuito de esclarecermos o conflito de interesse constatado. Nesse sentido, em consulta realizada no *site* institucional da Fundação, foi possível identificar que três bancos (Bradesco; *Bank Boston*; Fibra) participaram como

¹⁸Este trecho consta no tópico “missão” do *site* institucional do Projeto Travessia, disponível em: <<http://www.travessia.org.br/missao.html>>.

instituidores da FPT, juntamente com o SINBF e outras instituições, como o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Outro dado relevante foi obtido por meio da análise dos balanços patrimoniais¹⁹ (2006 a 2016) da instituição. A informação consiste no fato de que estes mesmos bancos, acrescido do Itaú, atuaram como mantenedores financeiros da instituição filantrópica até meados de 2007, com exceção do banco Fibra, que se manteve parceiro até 2012. A doação de cada banco era no valor de R\$ 360.000,00 por ano, afora o banco Fibra, que apresentou doações com valores variados ao longo dos anos, chegando ao máximo de R\$ 60.000,00. Além do mais, tendo como base os balanços patrimoniais, à medida que os bancos foram deixando de contribuir financeiramente com a Fundação, a partir de 2008, o percentual de recursos financeiros provindos do SINBF apresentou elevação significativa, conforme podemos observar no quadro abaixo.

Quadro 5: Recursos investidos pelo sindicato no Projeto Travessia

Bancos	Sindicato	Ano
R\$ 747.500,00	R\$ 120.000,00	2006
R\$ 765.000,00	R\$ 120.000,00	2007
R\$ 60.000,00	R\$ 530.683,00	2008
R\$ 60.000,00	R\$ 840.000,00	2009
R\$ 60.000,00	R\$ 740.000,00	2010
R\$ 60.000,00	R\$ 520.000,00	2011
R\$ 10.000,00	R\$ 540.000,00	2012
R\$ 0,00	R\$ 580.000,00	2013
R\$ 0,00	R\$ 1.557.000,00	2014
R\$ 0,00	R\$ 647.610,90	2015
R\$ 0,00	R\$ 650.000,00	2016

Fonte: Balanços patrimoniais – Fundação Projeto Travessia.

Vale ressaltar também que a partir das análises documentais realizadas foi possível evidenciar que a campanha realizada pelo SINBF, em prol da doação do imposto sindical para o Projeto Travessia, teve início no mesmo ano em que a Fundação deixou de receber recursos provindos dos bancos, ou seja, o ano de 2013. Desse modo, um dos aspectos relacionados à condição de emergência desta campanha está associado ao fim da parceria com as instituições bancárias, que teve como uma de suas principais

¹⁹ Os balanços patrimoniais da Fundação Projeto Travessia estão disponíveis em seu *site* institucional. Para maiores detalhes acessar o *link*: <<http://www.travessia.org.br/prestacoes-de-contas-balanco.html>>.

implicações a queda na arrecadação de recursos financeiros para a manutenção da Fundação.

Assim, segue abaixo a relação dos valores referentes à arrecadação com a campanha durante o período de 2013 a 2016 e à devolução do imposto sindical aos bancários. Tais dados demonstram que entre 2013 e 2015 houve um aumento expressivo de 248% na quantia doada pelos bancários. Entretanto, a arrecadação reduz drasticamente de 2015 para 2016, haja vista que houve uma redução de 307%, o que representa um montante arrecadado menor do que em 2013, ano em que foi iniciada a campanha. Somado a isso, vale ressaltar que o ano em que a devolução de imposto apresentou o seu maior valor correspondeu também ao período em que os bancários menos doaram para a Fundação. Ademais, a partir da análise das fontes documentais utilizadas nesta pesquisa, não foi possível identificar os fatores que possam ter levado à queda do valor doado. Porém, é plausível levantarmos algumas hipóteses, por exemplo: o agravamento da crise econômica a partir de 2016 e as suas implicações sociais e econômicas.

Quadro 6: Devolução da Contribuição Sindical x Arrecadação Projeto Travessia

Imposto Sindical Compulsório	Devolução do Imposto Sindical Compulsório	Valor Arrecadado (Fundação)	Ano
R\$ 14.365.611,97	R\$ 2.012.225,16	R\$ 19.988,12	2013
R\$ 15.219.835,59	R\$ 2.247.535,18	R\$ 32.579,61	2014
R\$ 17.516.537,56	R\$ 2.045.996,70	R\$ 49.681,10	2015
R\$ 18.622.557,36	R\$ 2.641.360,60	R\$ 16.175,50	2016

Fonte: Balanços patrimoniais – Fundação Projeto Travessia

Delineada a análise da Charge 1 e dos enunciados e visibilidades que foram possíveis de serem extraídos dela, debruçaremos-nos a seguir na Charge 2, que aborda o tema da desigualdade racial no mercado de trabalho, sendo tal temática também pertencente à agenda cidadã do Sindicato, visto que trata de uma questão relacionada ao campo da cidadania e a um problema social. A representação chárstica em análise tem como título “64% dos desempregados do Brasil são negros”, e a mini-narrativa construída visa problematizar a informação presente no título, tendo como base a crítica em torno da concepção de meritocracia.

Figura 4: Charge 2



Fonte: *Folha Bancária* – Edição 6117, novembro de 2017.

Tendo como referência o modelo de análise semiótico proposto por Barthes (1990), podemos notar que as mensagens verbais presentes na Charge 2 exercem a função de *relais*, uma vez que elas não visam simplesmente descrever as imagens ou servir de roteiro interpretativo para o leitor, mas sim trazer informações complementares a elas, exercendo, portanto, “(...) o posto de explicar o que dificilmente a imagem conseguiria fazer isoladamente” (SOUZA; SANTARELLI, 2008, p. 135). Dessa maneira, no primeiro quadrante da arte gráfica, o chargista inicia a mini-narrativa propondo uma alusão ao ponto de largada de uma corrida, sendo essa disputada por dois personagens do sexo masculino, sendo um deles de cor branca e o outro de cor negra, assim como apresentam como vestimenta o terno social, na qual a cor do vestuário é a mesma da cor de pele dos personagens. Complementar a isso, o chargista ressalta por meio da mensagem verbal, localizada acima da imagem, a ideia de que os personagens disputarão a corrida em condições e oportunidades iguais, uma vez que estão sujeitos aos preceitos da meritocracia. Em tal mensagem o chargista expressa a sua ironia de duas maneiras, como veremos a seguir.

Primeiramente, o chargista ao colocar a palavra meritocracia entre aspas está sendo irônico, na medida em que insinua a existência de uma contradição entre a realidade e o que a meritocracia prega, havendo, assim, um contraste de cunho semântico entre o que é dito e a real intenção deste dizer, sendo esse contraste uma das principais funções da ironia, conforme ressaltam Alavarse (2009) e Hutcheon (2000). Associado a isso, o fato de o termo “iguais” estar destacado na cor vermelha reforça a ironia empregada pelo chargista, visto que a sua intenção é alertar o leitor para o adjetivo utilizado para caracterizar um dos principais preceitos da meritocracia, isto é, a concepção de que o

sujeitos concorrem entre eles em pé igualdade, independente da realidade social e econômica deles.

Por sua vez, no segundo quadrante da Charge 2, podemos observar o desfecho da mini-narrativa, que consiste com a representação do início da corrida e a constatação de que não se trata de personagens competindo em oportunidades e condições iguais, conforme apontado no primeiro quadrante. Isso é retratado por meio do personagem negro, que tem amarrada em seu pé esquerdo uma algema acoplada a uma bola de ferro, que traz estampada a expressão “preconceito racial”. Quando analisamos a algema a partir de uma leitura conotativa, identificamos um código semântico e uma mensagem simbólica que estão interligados a um saber histórico, uma vez que tal instrumento foi utilizado durante o período escravocrata para castigar e impedir a fuga de escravos. Sendo assim, o chargista, ao optar pela algema como instrumento para simbolizar a desigualdade entre negros e brancos na sociedade contemporânea, concorda com a narrativa de que a herança provinda da escravidão ainda não é uma questão totalmente superada no Brasil, sendo o preconceito racial, conforme apontado na charge, um dos aspectos que evidenciam tal situação.

Ademais, no segundo quadrante da charge, o termo “iguais” é novamente destacado na cor vermelha e utilizado de forma irônica ao ser mencionado em uma frase dita pelo personagem negro. Dessa maneira, ao analisarmos a mini-narrativa da Charge 2 foi possível evidenciar, corroborando Miani (2016a), que o humor não necessariamente está presente nas charges com o intuito de suscitar o riso, haja vista que ele também pode funcionar como um gatilho para instigar a reflexão e expor uma crítica social sobre determinados temas, por exemplo, na charge em análise, que abordou a questão da desigualdade racial no mercado de trabalho.

Realizada a leitura analítica em torno da linguagem verbal e imagética da Charge 2, passaremos para a análise de alguns enunciados e elementos não discursivos extraídos desta representação chárstica. Posto isto, ao analisarmos a edição do jornal (edição: 6117) na qual a charge foi publicada, identificamos dois textos relacionados ao tema da desigualdade racial, sendo uma reportagem intitulada “Cadê igualdade e contratação de negros?” e o texto editorial escrito pela presidenta do Sindicato intitulado “Igualdade de oportunidades”. Ambos abordam a questão da desigualdade racial no setor bancário,

tendo como base empírica o “Censo da Categoria Bancária de 2014” e o balanço de sustentabilidade de alguns bancos. Porém, apesar de a reportagem citada anteriormente abordar os dados gerais sobre o tema no setor, ela também utiliza como parâmetro analítico o banco Santander. Esta estratégia de analisar o tema da desigualdade de raça a partir de um determinado banco também está presente na edição (6116) anterior da FB na qual a charge foi publicada, mais precisamente na reportagem intitulada “Onde estão os negros e negras”, em que o foco analítico consiste nos dados relacionados ao Itaú. Nessa mesma edição, foi veiculada outra reportagem acerca deste tema, em que o foco da abordagem consistiu no “IV Fórum pela Visibilidade Negra no Sistema Financeiro”.

Deste modo, como foi possível demonstrar, os conteúdos da FB supracitados dialogam com a temática trabalhada na Charge 2, exercendo, portanto, um papel de suporte para o leitor, principalmente àqueles que estivessem descontextualizados acerca do assunto abordado. Tal constatação ratifica os apontamentos de Possenti (2010) no sentido de que a charge apresenta ligação com parte do conteúdo do espaço midiático na qual ela é veiculada, uma vez que os temas explorados por ela, em geral, correspondem a acontecimentos recentes, que estão presentes em reportagens ou editoriais.

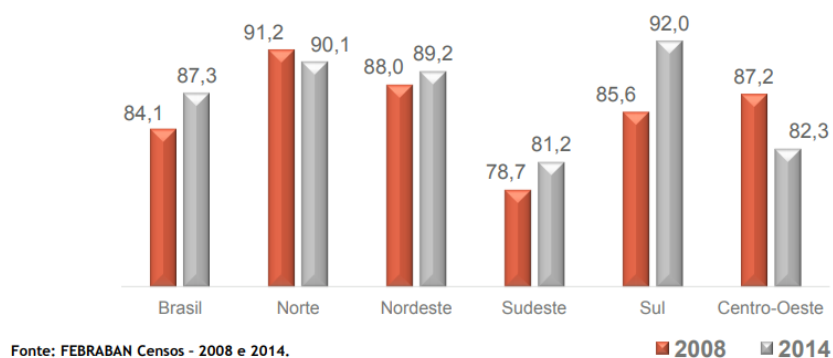
No que tange aos enunciados visíveis e ocultos na Charge 2, o título da charge, “64% dos desempregados no Brasil são negros”, remete ao enunciado da desigualdade racial no Brasil e está associado a uma pesquisa²⁰ que foi divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em novembro de 2017. Tal enunciado possui em suas margens outros enunciados, como, a desigualdade racial do mercado de trabalho, a concepção de que o Brasil, ainda, não superou a herança histórica proveniente do período escravocrata, a disparidade entre negros e brancos em relação à qualificação educacional, entre outros. Além disso, quando analisamos tais enunciados a partir do contexto bancário, tendo como referência os dados do II Censo da Diversidade de 2014²¹, eles não apenas estão visíveis nas informações desse Censo, assim como refletem a disparidade entre brancos e negros no que concerne o rendimento salarial, a

²⁰ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Para maiores detalhes acessar: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18013-pretos-ou-pardos-sao-63-7-dos-desocupados.html>>.

²¹ Segundo a CUT-SP, o Censo da Diversidade 2014 foi respondido por 187.411 bancários, o que representa 41% de toda a categoria. Para mais informações acessar: <<https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Censo%20da%20Diversidade%202014%20-%20Apresentacao%20Final%20-%202003-11-14.pdf>>.

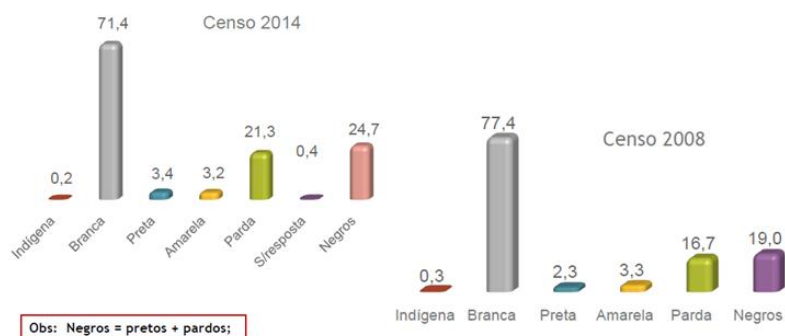
distribuição dos bancários por raça/cor e segundo os cargos ocupados, como bem resume os gráficos abaixo:

Gráfico 4: Proporção do rendimento médio mensal de negros(as) em relação ao de brancos(as)

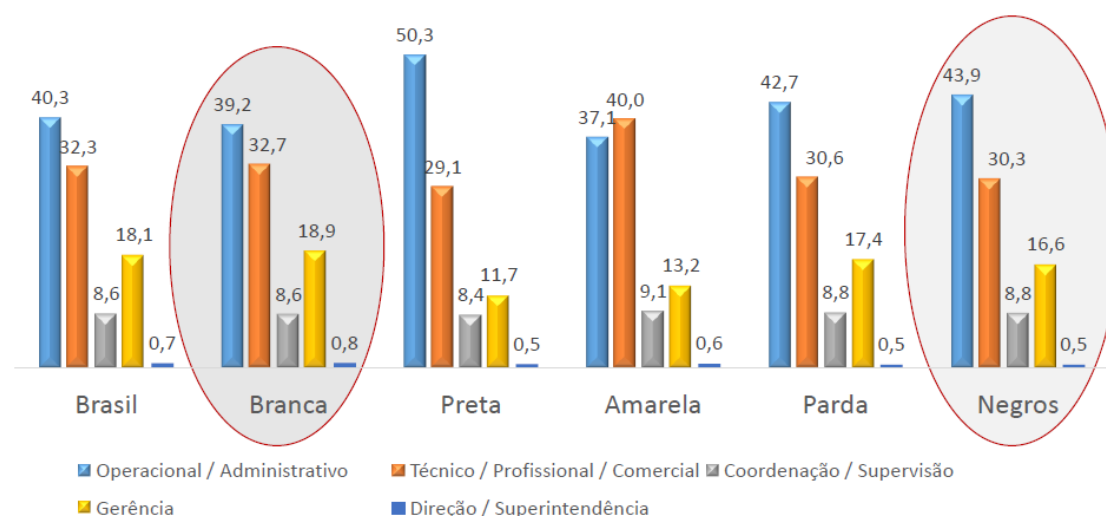


Fonte: FEBRABAN – Censo da Diversidade 2014.

Gráfico 5: Distribuição dos(as) bancários(as), segundo raça/cor



Fonte: FEBRABAN – Censo da Diversidade 2014.

Gráfico 6: Distribuição dos(as) bancários(as) segundo categoria ocupacional atual por raça/cor

Fonte: FEBRABAN – Censo da Diversidade 2014.

Tendo como referência os gráficos acima, os dados evidenciam que não houve alterações significativas, entre 2008 e 2014, nos indicadores relacionados à diferença entre o rendimento de negros e brancos e na distribuição dos bancários por raça/cor. Este cenário de mudanças tímidas nos remete a três questões. A primeira está associada ao fato de que algumas disparidades sociais e econômicas observadas entre brancos e negros em outros setores da economia e na sociedade também são evidenciadas no setor bancário, demonstrando, portanto, que não se trata de um problema pontual, mas, sim, estrutural. Concomitantemente, como se pôde observar ao longo da análise documental desta pesquisa, a maneira como as instituições bancárias enfrentam a desigualdade racial no setor contribui para a manutenção do *status quo* em relação a esta questão, haja vista que não são implementadas políticas de inclusão, do mesmo modo que o discurso destas organizações é pautado na perspectiva de que os salários, a ocupação dos cargos e a contratação de funcionários têm como parâmetro a meritocracia e a competência. Por fim, as informações representadas nos gráficos também nos permitem problematizar a efetividade das estratégias de ação do SINBF e demais sindicatos bancários em relação à maneira como a temática da desigualdade racial é abordada junto aos bancos durante as campanhas salariais e negociações coletivas.

Ademais, os dados presentes nos gráficos confirmam o posicionamento do professor da Universidade Federal de São Paulo, Cleber Santos Vieira, que ao conceder entrevista ao portal Agência Brasil, pertencente à Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) (2017),

afirmou que há três tipos de discriminação que atingem os negros no ambiente de trabalho: ocupacional; discriminação salarial e a discriminação pela imagem. Ou seja, respectivamente, o negro, geralmente, ocupa cargos menos complexos e mais operacionais; o seu salário é menor do que de uma pessoa branca, apesar de realizar as mesmas atividades e perdem oportunidades de emprego devido ao preconceito em relação ao seu fenótipo, isto é, cabelos crespos, pele escura etc.

Outro aspecto relevante e questionável consiste na maneira como os dados deste Censo foram organizados e compilados pela FEBRABAN, instituição que realizou a análise estatística dos dados coletados pelos sindicatos bancários de todo o Brasil. Os aspectos questionáveis do Censo referem-se ao fato de que não foi realizada uma separação entre bancos públicos e privados, bem como não houve divulgação dos indicadores por banco. A ocultação destas informações compromete a análise e a compreensão destes dados, podendo levar a conclusões equivocadas e inconsistentes. Por exemplo, no gráfico 5, observa-se um pequeno aumento no percentual de negros no setor bancário entre 2008 e 2014, no entanto, algumas dúvidas ficam em aberto: Quais seriam os fatores responsáveis por esta alteração? Seria a criação ou aprimoramento de políticas de inclusão por parte dos bancos privados? O aumento de concursados negros nos bancos públicos? Ou ambos os fatores?

Todavia, a FB abordou em duas reportagens²² (edições: 6116; 6117), já mencionadas em outro momento do texto, algumas informações referentes aos bancos Itaú e Santander, que foram obtidas a partir de relatórios divulgados por essas instituições. O conteúdo destas reportagens ajuda a esclarecer, em parte, a lacuna deixada pelos dados divulgados da FEBRABAN. Em relação ao Itaú, segundo a edição 6116 da FB, o quadro de funcionários do banco é constituído por apenas 21% de negros. No caso do Santander, de acordo com a edição 6117 da FB, apenas 19,6% dos funcionários do banco são negros. Ou seja, ambos os bancos apresentam um percentual de funcionários negros que está abaixo do que foi apontado pelo Censo de 2014 para o setor bancário, que foi de 24,7%. Sendo assim, tais informações reforçam a hipótese de que a elevação

²²Para mais informações acesse: <<http://spbancarios.com.br/folha-bancaria>>

no percentual de funcionários negros nos bancos, entre 2008 e 2014, possa estar relacionada ao ingresso deste perfil de pessoas nos bancos públicos via concurso.

Diante das observações apontadas anteriormente, fica a seguinte questão: o que levaria a FEBRABAN a ocultar as informações supramencionadas, tendo em vista a relevância que elas possuem para o entendimento da pesquisa, assim como para pensar caminhos e soluções acerca da diversidade racial no setor bancário? Primeiramente, é importante lembrar que estamos falando de uma instituição que representa os bancos, sejam eles privados ou públicos. Logo, o seu discurso deve ser compreendido enquanto prática e a partir da rede de elementos com que se relaciona, isto é, conforme pontua Foucault (2007), considerando-se o jogo de poder e as regras que o circundam, pois são estes aspectos que irão determinar o que se poder dizer ou não neste espaço discursivo. Assim, os enunciados da FEBRABAN não são neutros ou isolados, na medida em que estão imersos em um arranjo discursivo e em relação com outros enunciados, por exemplo, os provenientes dos bancos.

Outro enunciado presente na Charge 2 é o da meritocracia. O chargista, ao explorar este enunciado na mini-narrativa, teve por intenção criticar e ironizar o argumento calcado na ideia de mérito pessoal e competência, que parte do pressuposto de que todos os indivíduos são “iguais”. Em vista disso, a capacidade e o desempenho individual é que devem ser considerados como critérios de contratação. Dito de outro modo, conforme pontua Barbosa (1996, p. 12), a ideologia meritocrática ignora as disparidades sociais, culturais e econômicas existente entre os sujeitos, na qual “(...) a posição de cada pessoa no interior da estrutura social dever ser determinada pela capacidade individual, por aquilo que cada um é capaz de realizar”. Ademais, os bancos enquanto empresas capitalistas estão em consonância com o discurso liberal, que se apoia no princípio da meritocracia. Segundo Souza (2011), tal princípio concede a uma parcela da sociedade o privilégio e o acesso a determinadas oportunidades em detrimento da exclusão de outra parcela, que não atende às pré-condições sociais, econômicas e culturais.

Em suma, o princípio da meritocracia e a ideologia meritocrática são os alicerces do discurso que os bancos, principalmente os privados, utilizam para justificar o baixo percentual de negros em seu quadro de funcionários, em cargos de chefia/gerência e a disparidade salarial entre negros e brancos. Haja vista que os bancos partem do

pressuposto de que todas as pessoas possuem as mesmas oportunidades e concorrem em pé de igualdade entre si, sendo o mérito e a competência individual o que irá determinar se pessoa será contratada, promovida ou ocupar determinados cargos. Portanto, na concepção dos bancos, a desigualdade racial neste setor não deve ser tratada como uma questão de cunho social, mas, sim, de mérito e competência.

Uma vez analisadas as duas charges do tema sindicato cidadão, abordaremos a seguir o segundo tema abordado neste percurso semântico, que corresponde aos incentivos da sindicalização. Nesta temática, também serão analisadas duas charges.

6.1.2 Incentivo à sindicalização: o Sindicato enquanto um prestador de serviços aos filiados

Segundo Junckes (1999), as estratégias e táticas utilizadas pelo SINBF em relação ao incentivo à sindicalização foram repensadas e reorganizadas após as transformações provenientes da reestruturação do sistema financeiro durante a década 1990. Para este mesmo autor, os principais desdobramentos deste período histórico para o setor bancário foram: a drástica redução no número de empregos no setor, tendo esse reduzido pela metade; a reconfiguração da estrutura de emprego nos bancos e das condições de trabalho; a formação de um novo bancário com perfil mais individualista e menos engajado na luta pelos interesses da categoria.

Diante dessas mudanças, de acordo com Colombi e Krein (2016), os sindicatos bancários precisaram se adaptar à nova conjuntura do setor e estabelecer novas frentes de ação, visando garantir a manutenção e o aumento da taxa de sindicalização, assim como a representatividade perante a categoria. Ainda segundo tais autores, uma das táticas adotadas pelo SINBF consistiu na ampliação dos serviços oferecidos aos filiados, com o intuito de responder aos anseios e demandas, de parte, dos trabalhadores, como também tornar o Sindicato mais atrativo e, conseqüentemente, servir de motivador para adesão de novos filiados. Vale ressaltar que outras táticas foram evidenciadas ao analisarmos o *corpus* desta pesquisa, dentre as quais a construção de narrativas, seja por meio de charges ou reportagens, que enfatizam a importância e a representatividade histórica do Sindicato na luta pelos direitos da categoria.

Todavia, optamos por focar a análise em torno da tática pautada no fortalecimento do papel do Sindicato enquanto prestador de serviços aos filiados, haja vista que essa se mostrou mais recorrente nas charges e matérias da FB. Ademais, como ressaltaram Colombi e Krein (2016), esta forma de atrair o trabalhador para o Sindicato suscita algumas problematizações e contradições, na medida em que consiste em um modelo de representação sindical calcado na lógica da inclusão pelo consumo e no atendimento das necessidades individuais do sindicalizado. Dito isso, iniciaremos a seguir a análise das quatro charges selecionadas para compor este tema.

As duas charges analisadas, nomeadas de Charge 3 e 4, fazem parte da série intitulada “Motivos para se sindicalizar”, que foi publicada em maio de 2013 na FB (edições: 5653; 5654). Cada charge aborda em sua mini-narrativa alguns dos serviços oferecidos pelo Sindicato aos bancários, por exemplo, cursos de capacitação profissional e de línguas, lazer e serviços jurídicos. No caso da Charge 3, a sua mini-narrativa faz menção ao Centro de Formação Profissional do SINBF, que oferece diversos tipos de curso, dentre os quais de graduação, pós-graduação, cursos preparatórios, curso de paternidade, entre outros.

Figura 5: Charge 3



Fonte: *Folha Bancária* – Edição 5653, maio de 2013.

A ideia central da Charge 3 consiste em divulgar alguns cursos oferecidos pelo Sindicato e, concomitantemente, conceder destaque a questão de que os sindicalizados podem usufruir de descontos ao realizarem tais cursos, estando essa última questão evidente no diálogo do segundo quadrante da charge, na qual o personagem que faz o papel de bancário diz: “*Que nada! Sou sindicalizado e pago bem mais barato*”. Arelado a isso, em recente consulta, mais precisamente fevereiro de 2018, realizada ao

site institucional do SINBF, foi possível constatar que o desconto concedido aos filiados na realização da maioria dos cursos oferecidos pelo Centro de Formação Profissional²³ é de 50%. Entretanto, para alunos que cursam graduação (Administração) ou pós-graduação na Faculdade 28 de Agosto²⁴, o desconto na mensalidade é de 60% e 20%, respectivamente, sendo tal benefício estendido para os dependentes dos bancários filiados.

Desse modo, está explícita nesta charge a utilização de uma estratégia argumentativa que tem como fator motivador e de convencimento para a filiação do bancário a lógica do consumo de serviços subsidiados pelo Sindicato. No entanto, como apontam Colombi e Krein (2016), apesar de este tipo de estratégia ser um caminho interessante no que tange tornar a filiação ao Sindicato mais atrativa, ela também implica um terreno fértil para a construção de uma relação entre Sindicato e sindicalizado que seja calcada no atendimento a demandas individuais e obtenção de descontos em detrimento da abordagem de questões relacionadas às necessidades coletivas da categoria.

Por outro lado, indo além do conteúdo imagético e verbal da Charge 3, a ideia de qualificação profissional apresenta um lado perverso, uma vez que pode estar associada ao enunciado da formação continuada, ou seja, a concepção de que os trabalhadores devem fazer cursos de atualização e capacitação profissional para continuarem sendo competitivos na busca por um emprego no mercado de trabalho, da mesma forma que produtivos e eficientes nas atividades que executam. Contudo, esta lógica mercantil apresenta incoerências, como salienta Junckes (1999, p. 98), haja vista que determinados tipos de habilidades e conhecimentos apreendidos nestes cursos de qualificação oferecidos pelo Sindicato visam tornar o trabalhador mais produtivo, o que contribui para o fortalecimento e a ampliação da produtividade, sendo ela um “(...) mecanismo redutor da participação do trabalho vivo da produção”.

Além disso, a partir de um levantamento acerca dos cursos oferecidos pelo SINBF, identificamos que alguns deles têm como propósito a formação direcionada para a produtividade e a eficiência, como: finanças e gestão de risco; análise de crédito;

²³Atualmente, o Centro de Formação Profissional se transformou na Faculdade 28 de Agosto.

²⁴Esta instituição de ensino superior (IES) foi fundada pelo SINBF em fevereiro de 2016 e substituiu o antigo Centro de Formação Profissional. Ademais, a Faculdade 28 de Agosto é a primeira IES criada e gerida por uma entidade sindical no Brasil.

câmbio e comércio exterior; crédito e cobrança; cursos preparatórios para obtenção de certificação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Determinados cursos até trazem como mensagem de divulgação no *site* SINBF a frase “Não fique para trás no mercado de trabalho”, que ilustra bem a ideia da qualificação enquanto um pré-requisito para a manutenção do bancário no mercado de trabalho.

Diante das questões problematizadas anteriormente, é importante enfatizar um aspecto contraditório presente na representação sindical, na medida em que o Sindicato exerce dois papéis conflitantes. Ou seja, da mesma forma que ele atua como prestador de serviços ao oferecer cursos que qualificam a mão de obra bancária dentro dos parâmetros gerencialistas adotados pelos bancos, ele também questiona e critica a política de gestão implementada no setor bancário e os seus desdobramentos nas condições de trabalho e para a saúde do trabalhador. Assim, o Sindicato acaba cooperando e retroalimentando, mesmo que indiretamente, o próprio sistema de gestão que ele critica e combate. Desse modo, o SINBF apresenta posicionamentos e enunciados contraditórios, uma vez que são provenientes de discursos diferentes, isto é, o discurso sindical e o discurso dos bancos. Nestas condições, tais enunciados formam um campo de concomitância, que, segundo Foucault (2007), consiste no fato de haver em um mesmo campo enunciativo a presença de enunciados pertencentes a discursos díspares.

No que concerne à Charge 4, dando continuidade à série “Motivos para se sindicalizar”, a sua abordagem gira em torno do serviço “Café dos Bancários”. A mini-narrativa da charge aborda alguns dos serviços oferecidos pelo Café, por exemplo, música ao vivo, ressalta a qualidade do local e, claro, menciona o fato de que o bancário sindicalizado possui desconto²⁵. Tais aspectos citados, também, são enfatizados na matéria publicada na mesma edição da FB em que a charge foi publicada. Por fim, no último quadrante da charge, os personagens associam o fato de poder usufruir dos serviços do Café e ainda terem desconto ao pagarem a conta com a ideia de que ser sindicalizado é uma boa opção, lembrando que qualquer bancário pode frequentar o Café, mas somente os sindicalizados recebem o desconto.

²⁵ O desconto para bancário sindicalizado que é mencionado na charge é de 20%, mas, em 2018, o percentual praticado é de 10%, conforme consta no site do sindicato.

Figura 6: Charge 4



Fonte: Folha Bancária – Edição 5654, maio de 2013.

De outro modo, referenciando-nos em Barthes (1995), ao fazermos a análise da charge tendo como foco a sua mensagem denotada (imagem denotativa), observa-se a representação de personagens felizes, descontraídos, “de bem com vida”, passando, assim, a impressão de que estão em um ambiente agradável e harmonioso. Em contrapartida, quando analisamos esta mesma representação chágica a partir da sua mensagem conotada (imagem conotativa), é possível identificar alguns códigos semânticos. O primeiro refere-se ao fato de o ambiente descrito na charge ser contrastante ao ambiente laboral vivenciado pelos bancários no cotidiano, na medida em que esse último é caracterizado pela jornada exaustiva de trabalho, metas, pressão por resultados, estresse, assédio moral etc. Nesse sentido, estar no Café dos Bancários é vivenciar um momento de lazer e conviver com os colegas de profissão, mas em um contexto mais agradável e prazeroso do que o encontrado nos Bancos.

O segundo código semântico está associado ao primeiro, porém, ele apresenta um aspecto simbólico, que consiste na ideia de *happy hour*, que é mencionado no diálogo do segundo quadrante da charge. Tal termo, quando traduzido literalmente para o português, significa “hora feliz”, sendo ele proveniente da cultura estadunidense e consiste no ato de reunir com os amigos ou colegas de profissão após a jornada de trabalho, tendo como intuito aliviar o estresse e relaxar. Associado a isso, vale ressaltar que o Café abre somente de segunda a sexta e no horário de 17h às 23 h. Dessa maneira, há uma tendência de que a maioria dos bancários que frequentam este espaço façam isso após a saída do trabalho. Enfim, a partir das evidências mencionadas, podemos inferir que o Café foi pensado com o propósito de ser um local de *happy hour* para os bancários, ampliando, portanto, o espaço de atuação do Sindicato, dado que a sua

representação deixa de estar restrita, somente, às questões relacionadas ao campo das condições de trabalho, abrangendo também o lazer e a diversão dos trabalhadores.

Tecidas as análises das duas charges referentes ao tema *incentivos à sindicalização*, abordaremos a seguir o percurso semântico intitulado *medidas governamentais*, que é constituído pelos temas da privatização e terceirização.

6.2 Medidas governamentais

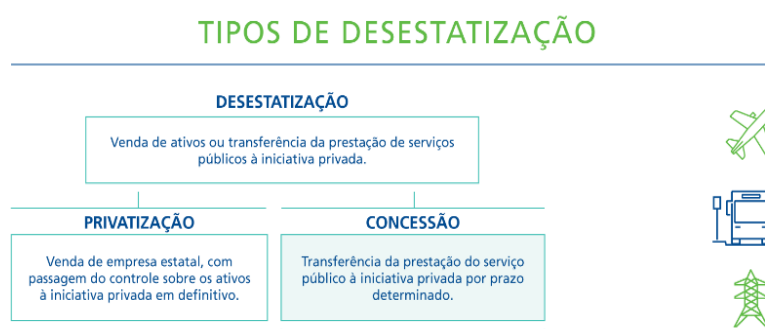
O intuito deste percurso é abordar algumas medidas do governo federal no que tange à privatização e à terceirização e a relação delas com o setor bancário. Em um primeiro momento, analisaremos as charges relacionadas à temática da privatização e posteriormente àquelas que abordam a terceirização. Sendo assim, em relação ao primeiro tema, foram selecionadas quatro charges, sendo duas referentes aos anos de 2014 e as demais atreladas aos anos de 2016 e 2017. No que concerne à terceirização, serão abordadas duas charges, sendo uma de 2015 e a outra de 2016.

6.2.1 O enunciado da privatização: o Estado como sinônimo de ineficiência gerencial e as empresas privadas como modelo de gestão a ser seguido

Dentre os temas identificados ao longo da análise do *corpus*, a privatização foi o menos abordado pelas charges publicadas na *Folha Bancária*, havendo vinte e quatro charges relacionadas à temática no período de 2012 a 2017. A menor frequência desta temática nas representações chárgicas pode estar associada ao fato de que entre 2012 e o primeiro semestre de 2017 – exceto o segundo semestre de 2017, no qual o governo federal anunciou o projeto de privatização de cinquenta e sete empresas estatais, entre elas a Eletrobrás, a Casa da Moeda e o aeroporto de Congonhas – não houve uma política por parte do governo no sentido de criar programas de desestatização calcados em privatizações. Na verdade, os programas eram, sim, pautados em “concessões temporárias” (exemplos: aeroportos; rodovias; ferrovias; hidrelétricas etc.), sendo que tais medidas não tinham os bancos públicos como alvo, o que ajuda a entender, em parte, a menor atenção concedida a este tema por parte do Sindicato. Esta estratégia de desestatização foi bastante utilizada pelos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2015).

Entretanto, apesar de a privatização e a concessão serem uma política de desestatização que é pautada na “venda de ativos ou transferência da prestação de serviços públicos a iniciativa privada” (BNDES, 2018), elas apresentam algumas diferenças e peculiaridades, como podemos observar no guia “Tipos de Desestatização” elaborado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES):

Figura 7: Tipos de desestatização



Fonte: BNDES (2018)

Diante do cenário esboçado anteriormente, a narrativa do SINBF acerca da temática da privatização foi construída nas charges e na *Folha Bancária* tendo como referência algumas concessões temporárias, propostas de lei, emendas parlamentares ou sinalizações/posicionamentos provindos do governo de que iria transformar algumas estatais em sociedade de economia mista. Nesse sentido, tais medidas foram consideradas pela narrativa discursiva do Sindicato como integrantes do tema privatização, apesar de haver algumas controvérsias, haja vista que o fato de as empresas estatais se tornarem economia mista²⁶ não denota do ponto de vista jurídico e conceitual que elas foram privatizadas, mas sim que passaram a ter investimentos de capital provindo de investidores externos.

Não obstante, a adoção do termo privatização por parte do SINBF visa construir uma estratégia discursiva que seja mais persuasiva e impactante para com os bancários,

²⁶Empresas estatais que disponibilizam e comercializam parte de suas ações no mercado financeiro, mas mantendo a União como maior acionista. Exemplo: Banco do Brasil; Cemig; Petrobrás, entre outras. Para maiores detalhes acessar: <<http://domtotal.com/noticia/1154768/2017/05/caracteristicas-e-peculiaridades-das-sociedades-de-economia-mista/>>.

principalmente aquele que trabalha em banco público, na medida em que o uso desse termo pode instigá-lo a pensar nos possíveis impactos que a privatização pode gerar no âmbito das relações e condições de trabalho, por exemplo, maior pressão por metas e resultados, perda da estabilidade ou do emprego e benefícios, redução salarial, terceirização etc. Ou seja, o Sindicato tem por intuito alertar os bancários para algumas medidas, que a princípio não consistem em privatização, mas que podem desencadear ou fortalecer projetos que levem a ela. Assim, tecidas as considerações iniciais sobre a temática da privatização, iniciaremos, a seguir, a análise das quatro charges selecionadas para constituir este tema.

As primeiras representações chárgicas analisadas referem-se ao ano de 2014 (Charges 5 e 6). No que tange às Charges 5 e 6, elas estão relacionadas ao segundo turno da eleição para a presidência da república em 2014, que foi disputada pelos candidatos Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB). O tema da privatização é abordado na Charge 5 a partir da ideia de profissionalizar os bancos públicos, sendo essa defendida pelo candidato Aécio Neves, tanto nos debates como em seu programa eleitoral transmitido pela televisão. Diante disso, a Charge 5 constrói a sua mini-narrativa traçando um paralelo entre a afirmação do Aécio e do ex-governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, que também defendeu a profissionalização quando concorreu ao cargo de governador nas eleições de 1994. Além disso, é válido salientar que ambos os políticos concorreram aos cargos públicos pela mesma legenda partidária (PSDB), uma informação relevante para a compreensão da mini-narrativa da charge, que demanda do leitor um saber político para que ele possa fazer esta relação entre os dois candidatos.

Figura 8: Charge 5



Fonte: Folha Bancária – Edição: 5815, outubro de 2014.

O primeiro quadrante da Charge 5 refere-se ao contexto relacionado à campanha eleitoral para governador do Estado de São Paulo em 1994, sendo tal informação reforçada e detalhada na reportagem publicada na mesma edição (5815) da FB, na qual a charge foi divulgada. A presente reportagem, intitulada “profissionalização dos bancos públicos”, está localizada logo acima da charge e contém mais informações acerca do contexto retratado, sendo essas relevantes para o entendimento do humor crítico e irônico presentes na representação imagética, uma vez que ela demanda do leitor um conhecimento prévio acerca de um acontecimento ocorrido há vinte anos.

Tendo como referência o modelo semiótico desenvolvido por Barthes (1990) para análise de imagens, o primeiro aspecto a ser destacado refere-se à função de revezamento ou *relais* que a mensagem verbal exerce na Charge 5, não se restringindo apenas em ser um guia de leitura para o leitor, mas também uma complementação da imagem, na medida em que é constituída de algumas informações que não seriam possíveis serem retratadas por meio da representação imagética. Por exemplo, o pequeno texto introdutório, localizado na parte superior do primeiro quadro da charge, ao esboçar uma breve contextualização acerca da declaração de Covas em 1994 ajuda o leitor a compreender e associar os elementos imagéticos ao contexto político abordado no primeiro quadrante. A expressão “pelas costas” mencionada pelo personagem Covas remete à metáfora verbal da traição, que, quando relacionada com o texto introdutório, reforça a ideia de que ele prometeu algo e não cumpriu, assim como fez o oposto do que havia prometido.

Quando direcionamos o nosso olhar analítico para a representação da imagem no primeiro quadrante da charge, as primeiras impressões estão relacionadas a uma mensagem denotativa, na qual é possível observar a caricatura de um personagem político, que segura em sua mão direita um documento intitulado “compromisso”²⁷ e em sua mão esquerda um punhal, sendo esse utilizado para apunhalar pelas costas um personagem em formato de prédio e identificado pelo nome de “Banespa”²⁸. Nesse ponto da análise, é evidente a importância da mensagem verbal citada anteriormente, uma vez que ela, ao explicitar que Banespa consiste em um banco, por exemplo,

²⁷Para ter acesso ao documento, acesse: <<http://spbancarios.com.br/10/2014/bb-e-caixa-foram-preparados-para-venda-nos-anos-90>>.

²⁸Banespa é a sigla correspondente ao antigo Banco do Estado de São Paulo. Em 2010, o Banespa foi privatizado e, assim, comprado pelo banco espanhol Santander.

complementa a representação imagética e nos permite compreender melhor a metáfora visual presente nesta charge, estando essa representada no ato de apunhalar pelas costas (traição). Ademais, a metáfora também permite associar, de maneira irônica, o personagem a uma pessoa de caráter duvidoso, que não tem palavra e que não cumpre o compromisso firmado.

Em relação ao documento que o personagem Covas segura em sua mão direita, o seu detalhamento é feito na reportagem publicada na mesma edição (5815) da FB em que a Charge 5 foi veiculada. Tal documento consiste em uma carta que foi direcionada para os funcionários do antigo Banco do Estado de São Paulo (Banespa) durante a campanha para governador do Estado de São Paulo em 1994, em que o então candidato Mário Covas assume o compromisso de preservar, fortalecer e profissionalizar este banco público, caso fosse eleito. Contudo, as medidas tomadas e os acontecimentos posteriores a sua eleição indicaram uma direção contrária ao compromisso assumido. A título de exemplo, colocou o banco sob a intervenção do Banco Central do Brasil (BACEN), o que abriu o caminho para a privatização da instituição bancária, visto que os técnicos do BACEN defendiam este caminho, o que acabou correndo em 2010, durante o governo do, então, presidente Fernando Henrique Cardoso.

No que tange ao segundo quadrante da Charge 5, ele apresenta vários pontos em comum com o primeiro quadrante, como a representação dos personagens, o material que eles seguram nas mãos e o conteúdo dos textos, apesar de remeterem a contextos e personagens diferentes. Sendo assim, o principal elo entre os quadrantes é o emprego do termo “profissionalizar”, que é direcionado para os bancos públicos e o fato dos personagens (Aécio e Covas) pertencerem ao mesmo partido político (PSDB), como destacado no início da análise. Assim, a ideia do chargista consistiu em associar um discurso proferido no passado a outro discurso mais recente, destacando as similaridades entre eles com o intuito de reforçar o estereótipo de que políticos ligados ao PSDB são favoráveis à privatização dos bancos públicos. Por fim, o conteúdo imagético e verbal do terceiro quadrante, que traz um personagem segurando um megafone e dizendo “Corta! Você já viu este filme antes”, tem por intuito reforçar a concepção de que a profissionalização dos bancos públicos prometida por Aécio Neves irá apresentar o mesmo desfecho que teve com o, então, governador Mário Covas, isto é, os bancos públicos seriam privatizados.

A partir da análise delineada em torno da Charge 5, é possível extrair dela os enunciados da privatização e o da defesa dos bancos públicos, estando o discurso institucional do Sindicato em consonância com o segundo enunciado, como se pôde evidenciar a partir da Charge 5 e de algumas reportagens da FB analisadas. O enunciado da privatização traz em suas margens outros enunciados, por exemplo, o enunciado da eficiência gerencial do setor privado, da mesma forma que o enunciado da ineficiência da gestão do setor público, ou seja, pregam uma agenda que é pautada no *modus operandi* gerencial do mercado financeiro. De outro modo, o enunciado que defende os bancos públicos dialoga com a ideia de que a função desses bancos deve ser primordialmente social, ou seja, a transposição integral de métricas e modelos gerenciais provindos do setor bancário privado para os bancos públicos seria algo incompatível com a função social exercida por essas instituições estatais. Dessa maneira, como tais enunciados estão presentes no mesmo espaço enunciativo (*Jornal Folha Bancária*) e são provenientes de discursos distintos, eles pertencem a um campo de concomitância.

No entanto, há uma questão importante que merece ser abordada, que consiste no esforço do Sindicato em associar o tema da privatização aos políticos do PSDB, como ficou evidenciado na Charge 5. Porém, quando esta temática foi abordada pela Dilma Rousseff – anúncio de que a Caixa Econômica Federal passará a negociar ações na Bolsa de Valores, isto é, se transformará em uma sociedade de economia mista –, o SINBF explorou o acontecimento de maneira bastante tímida e discreta. Em virtude disso, abordaremos a questão suscitada acima a partir da análise da Charge 6 e do acontecimento mencionado.

Figura 9: Charge 6



Fonte: *Folha Bancária* – Edição: 5817, dezembro de 2014.

A Charge 6 foi publicada na FB logo após a reeleição da Dilma para presidenta do Brasil em 2014. A compreensão desta charge naquela conjuntura histórica demandava do leitor um conhecimento prévio sobre algumas informações relacionadas ao segundo turno da eleição presidencial daquele ano, o que confirma a ressalva pontuada por Maringoni (1996) e Romualdo (2000) de que a representação chárstica possui uma limitação temporal, haja vista que aborda fatos e acontecimentos atuais, assim a compreensão das críticas e do gatilho humorístico presente na charge demanda que o leitor esteja familiarizado com os acontecimentos do momento, sejam eles de cunho político, social, econômico ou cultural.

No quadrante 1, é possível observarmos uma metáfora multimodal – verbal e visual – (LIMA; SILVA, 2014), na qual o chargista associa a privatização (domínio-fonte) a uma nuvem “pesada” (domínio alvo) ou condição de nebulosidade com a intenção de atribuir à privatização o rótulo de algo ruim ou negativo. Atrelado a isso, quando o personagem que está na cobertura de um prédio nomeado de banco público diz “Oh-Oh! Aquela nuvem tá chegando muito perto!”, a compreensão desta frase pode estar ancorada em duas informações, sendo que a segunda está mais relacionada com a representação humorística, apesar de ambas ajudarem na leitura da charge.

A primeira informação consiste no fato de que ao longo do segundo turno da eleição a diferença de intenção de votos entre os candidatos Aécio e Dilma foi bastante pequena, havendo empate técnico em entre eles nos momentos finais da campanha, conforme apontou alguns institutos de pesquisa, como o Datafolha e o Ibope. A segunda

informação refere-se ao resultado²⁹ da eleição propriamente dito, na qual a Dilma vence com uma pequena margem de votos, estando o Aécio à frente dela na apuração de votos até às 19h32 e somente a partir deste horário que a Dilma o ultrapassa e vence com 51,64% dos votos válidos. Desse modo, fazendo uma correlação desta última informação com a charge, até às 19h32, momento em que o candidato do PSDB vencia a eleição, a nuvem da privatização se aproximava dos bancos públicos e a partir deste horário a candidata do PT o ultrapassa e vence, sendo isso representado no segundo quadrante da Charge 6 por meio do ato em que a personagem Dilma assopra e consequentemente afasta a nuvem da privatização.

Ademais, na mesma edição (5815) da FB em que a Charge 6 foi publicada, o jornal abordou por meio de uma reportagem a carta aberta³⁰ que a ex-presidenta Dilma enviou ao movimento sindical bancário brasileiro em 24 de outubro de 2014 (dois dias antes da eleição no segundo turno), sendo tal documento intitulado “Carta aberta aos trabalhadores dos bancos públicos federais”. Sucintamente, o conteúdo desta carta visa enfatizar o compromisso da Dilma, caso fosse reeleita, para com os bancos públicos federais, no sentido de fortalecê-los. O conteúdo desta carta apresenta semelhanças em relação ao compromisso proposto pelo ex-governador Mário Covas e mencionado no início da análise.

Todavia, apesar do compromisso firmado por meio da carta mencionada, após reeleita, a Dilma anunciou³¹, em 22 de dezembro de 2014, que o governo daria início ao processo de abertura de capital da Caixa, o que implicaria transformação da estatal em economia mista. Nesse sentido, esta decisão vai na contra-mão do posicionamento e das afirmações delineadas pela ex-presidenta na carta, do mesmo modo que diverge da narrativa discursiva de defesa e fortalecimento dos bancos públicos, que é defendida pelo SINBF. Além disso, tal acontecimento enfraquece o discurso do SINBF que visa associar a temática da privatização a uma marca ou um rótulo dos políticos do PSDB.

²⁹Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/dilma-superou-votacao-de-aecio-19h32-veja-grafico.html>>.

³⁰Link de acesso ao conteúdo completo da carta aberta: <<http://www.pt.org.br/dilma-reafirma-papel-dos-bancos-publicos-em-carta-a-bancarios/>>.

³¹Anúncio da abertura de capital da Caixa: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/12/dilma-diz-que-caixa-passara-ter-aco-es-na-bolsa-de-valores.html>>.

No entanto, é importante que a análise do enunciado presente na carta seja feita a partir da sua condição de emergência, buscando entender “como apareceu determinado enunciado, e não outro em seu lugar” (FOUCAULT, 2007, p. 30). Assim sendo, a condição de emergência da carta está imbricada aos momentos finais do segundo turno da eleição, na qual os candidatos buscavam angariar apoio de determinadas categorias profissionais, por exemplo, os bancários públicos federais. Diante desta condição de emergência, o enunciado em defesa do público se fortalece em detrimento do enunciado em prol do setor privado, na medida em que era mais coerente e persuasivo perante os anseios profissionais da categoria e as regras que regem a representação sindical, haja vista que a carta apesar de ser direcionada aos bancários foi encaminhada para que as instituições sindicais ajudassem em sua divulgação.

Deste modo, tendo em vista a maneira como o Sindicato reagiu a situações semelhantes a que foi descrita acima, como o caso relacionado ao político Mário Covas (Charge 2), é importante atentarmos para a postura adotada pelo SINBF perante este acontecimento envolvendo a ex-presidenta Dilma. Dito isso, ao analisarmos algumas edições (5817; 5818; 5819) da FB, logo após o anúncio da abertura de capital da Caixa, não foi evidenciada uma abordagem significativa acerca do fato, havendo apenas uma curta e discreta reportagem intitulada “Entidades exigem banco 100% público” sobre o assunto. Assim, faltou uma problematização mais profunda, um maior destaque ao acontecimento e uma leitura mais crítica e incisiva por parte do Sindicato, tendo em vista a maneira como a instituição vinha encarando a temática da privatização e a defesa da manutenção e fortalecimento dos bancos públicos.

Uma questão que ajuda a compreender melhor a postura ambivalente do Sindicato acerca da questão suscitada anteriormente é o fato de que o SINBF tem uma ligação histórica com o PT, visto que vários ex-presidentes do Sindicato eram membros do partido. Além do mais, durante os governos do PT (Lula e Dilma) à frente da presidência da república, o sindicalismo bancário apresentou estreitas relações junto ao governo, sendo que alguns ex-sindicalistas do SINBF ocuparam cargos burocráticos importantes, por exemplo, Luiz Gushiken (ministro da Secretaria de Comunicação); Ricardo Berzoini (ministro da Previdência e do Trabalho; Relações Institucionais; Comunicações), entre outros.

Dessa maneira, como salienta Soares (2016), há algumas abordagens acadêmicas que defendem a tese de que houve cooptação de parte do sindicalismo brasileiro durante os governos petistas, mas o presente autor defende que as relações entre os sindicatos e o governo precisam ser analisadas considerando a complexidade que as regem. Isso porque, para este mesmo autor, os sindicatos são constituídos por diversos agrupamentos políticos, o que implica divergências internas entre os atores que compõem tais grupos, dificultando, assim, a construção e a viabilidade de uma relação entre sindicato-governo, que fosse simplesmente pautada na obediência ou subordinação sindical para com o governo.

Em vista disto, Soares (2016, p. 510) defende a tese de que “(...) mais que um simples direcionamento governista, o que se verifica é uma política ambígua”, quer dizer, ao mesmo tempo em que os sindicatos agiam no sentido de preservar e apoiar as medidas do governo, eles também buscaram preservar uma representação sindical que não estivesse ligada a interesses políticos em relação a alguns temas e interesses da categoria. Enfim, a partir de uma leitura foucaultiana (1985; 1995), a relação de poder entre os sindicatos o governo deve ser compreendida não como uma relação do tipo antagônica (dominante *versus* dominado), mas sim agonística, em que diante das correlações de poder possíveis entre tais instituições também haja múltiplos espaços para a resistência.

Por outro lado, a partir da contextualização delineada anteriormente, para que a visibilidade de alguns enunciados do Sindicato acerca da privatização fosse possível, não bastou a análise das charges, uma vez que foi necessário também adentrar em suas condições extrativas, ou seja, os enunciados do Sindicato não estavam visíveis, mas também não eram ocultos, corroborando, assim, a ideia de que “o enunciado é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto” (FOUCAULT, 2007, p. 124). Concomitante a isso, o fato de a narrativa discursiva do SINBF acerca da privatização apresentar em suas margens algumas ações que são conflitantes a seu posicionamento político/ideológico coloca o Sindicato diante de situações constrangedoras e embaraçosas, como foi explicitado no acontecimento envolvendo a presidenta Dilma.

Sendo assim, de certo modo, o SINBF apresenta uma postura política contraditória, contrariando a sua narrativa discursiva e os seus posicionamentos em prol da manutenção do apoio ao governo. Isso nos permite contestar algumas ações de resistência do SINBF relacionadas a este tema, haja vista que ao mesmo tempo em que esta instituição age como um dispositivo de poder capaz de veicular um discurso com o propósito de ser um instrumento de resistência e contestação em relação a determinado tema, esse mesmo discurso também é silenciado ou interdito devido às relações e às dinâmicas de poder (práticas não discursivas) que mantinha com o governo Dilma.

Uma vez analisadas as Charges 5 e 6, abordaremos a seguir as Charges 7 e 8, que correspondem ao ano de 2016. O conteúdo imagético e verbal das duas últimas charges faz referência ao anúncio do projeto de reestruturação do Banco do Brasil (BB) em 2016, que teve como medidas fechar 781 agências, assim como reduzir o quadro de funcionários da empresa em 18 mil pessoas através do Programa de Demissão Voluntária (PDV). Além do mais, a Charge 8 também aborda o PDV da Caixa, que foi sinalizado pelo seu presidente em novembro 2016 e implementado oficialmente em 2017. De acordo com a diretoria administrativa destas instituições bancárias, tais ações têm por objetivo tornar a estrutura organizacional e administrativa destes bancos mais eficientes e conseqüentemente alcançar resultados financeiros mais expressivos e próximos dos seus concorrentes privados.

Elucidadas algumas considerações iniciais, a seguir iniciamos a nossa análise. No que se refere à Charge 7, é possível observarmos a utilização de figuras de linguagem, como a metáfora, a ironia e a metonímia, que, geralmente, fazem parte da representação chárstica. No que diz respeito à ironia, Eco (2003) destaca que a sua compreensão por parte do leitor, no geral, está associada ao seu conhecimento acerca do aspecto intertextual presente nas construções discursivas irônicas. No caso em análise, o chargista ao ironizar por meio da expressão “mesóclises do diabo” faz um paralelo ao fato de o presidente Michel Temer, costumeiramente, utilizar a mesóclise em seus pronunciamentos oficiais. Nesse sentido, o artista ao utilizar tal informação para ancorar a sua ironia exige do leitor um conhecimento prévio sobre este dado, para que o gatilho humorístico, a crítica e a reflexão almejada sejam compreendidos em sua totalidade.

Figura 10: Charge 7



Fonte: *Folha Bancária* – Edição: 6036, fevereiro de 2016.

Segundo Burgers, Konjin e Steen (2016), a ironia provoca uma inversão semântica, ou seja, positivo para negativo ou vice-versa, como no caso em análise, em que se transforma algo positivo (pessoa culta e com domínio da língua portuguesa) em algo negativo (pessoa má/ruim) devido ao fato do Temer ter sido associado metaforicamente e ironicamente ao personagem diabo. Ou seja, como pontua Alvarce (2009), uma das características básicas da ironia verbal consiste na incongruência entre a aparência e a realidade ou entre o que é falado e o significado disso, como podemos observar no caso em análise. Desse modo, são evidentes na Charge 8 não apenas a função semântica da ironia, mas também a função pragmática, que, de acordo com Hutcheon (2000), consiste na ideia de se fazer um julgamento de alguém por meio de falsos elogios, que servem para escamotear a verdadeira intencionalidade de quem produz a ironia, que é fazer uma avaliação de natureza negativa.

É importante enfatizar que a ironia também funciona como uma estratégia discursiva com potencial de captar a atenção do leitor e construir discursos críticos e de caráter transgressivo, sendo esses capazes de provocar o riso e de subverter normas aplicadas à sociedade (MACHADO, 2014). No caso da Charge 7, o aspecto subversivo em relação às normas está evidente na utilização do humor como estratégia discursiva pelo chargista para se referir ao presidente Temer. Vejamos por que. Primeiramente, é importante observar que o autor da charge não menciona diretamente o nome do Temer, sendo possível identificar que se trata do presidente apenas por meio da caricatura e da ironia utilizada no título da charge, o que dificulta possíveis retaliações e sanções ao chargista.

Outrossim, conforme salienta Hutcheon (2000), dentre as várias funções da ironia, uma delas é a de ser ‘veste protetora’, na medida em que concede ao ironista a possibilidade de se proteger e argumentar em relação às críticas realizadas por meio de um posicionamento de que estava sendo apenas irônico. Além disso, o fato de a alusão ao político estar ancorada nos elementos do humor presentes na charge permite ao chargista, pela via da “brincadeira”, ridicularizar e zombar da figura do poder sem parecer agressivo ou desrespeitoso, sendo tal ação mais difícil de ser realizada por meio de textos tradicionais.

Dessa maneira, o chargista torna a mais importante autoridade pública do Brasil um objeto de riso e de reflexão crítica, sendo isso construído, ao mesmo tempo, disfarçadamente e indisfarçadamente. Digo isso porque a construção da mini-narrativa da charge é pautada em um jogo com as palavras, isto é, em “não-verdades” e aspectos “não-sérios”, que buscam evidenciar as contradições da realidade. Isso se aproxima do carnavalesco bakhtiniano, haja vista que, como aponta Machado (2014, p. 114), “(...) os discursos não-sérios que a ironia pode causar são carnavalescos já que são detentores do poder de significar não significando”.

Outro aspecto importante que é possível observar na Charge 7 é a associação metafórica visual e verbal (multimodal) do Temer ao Diabo, na qual, primeiramente, é possível evidenciar traços característicos desse personagem na representação caricatural, que consta ao final da charge, como chifres, rabo e punhal. Em um segundo momento, ao final da mini-narrativa, o chargista finaliza-a com a expressão “Brasil: torná-lo-ei um inferno!”, em que dialoga com a caricatura mencionada anteriormente através da metáfora do inferno, sendo essa representada não apenas verbalmente, mas também visualmente pelas chamas que compõem a imagem de fundo do último quadrinho da charge. Assim, metáforas visuais e verbais são utilizadas nesta charge como um instrumento de persuasão e convencimento (MOTTA, 2006; SOPORY; DILLARD, 2002) e, conforme pontua Gombrich (1996), como um mecanismo cognitivo que facilita a tradução da realidade ou a condensação de uma ideia complexa.

Este potencial persuasivo e argumentativo da metáfora é explorado pelo chargista ao longo de toda mini-narrativa da Charge 7, em que ele reproduz as medidas relacionadas à reestruturação do BB e da Caixa, e, no desenrolar da história, o leitor é persuadido a

pensar que essas medidas terão implicações negativas, sendo isso realizado através das metáforas “diabo” e “inferno”. Ou seja, a metáfora visual do Diabo (domínio-fonte) associa o Temer (domínio-alvo) a um personagem profano e representante do mal, que é conhecido popularmente por sua imagem negativa e de aversão a Deus, visto que, em nossa cultura, simbolicamente, os personagens Deus e Diabo estão associados, respectivamente, a ideia do bem e do mal, de céu e inferno.

No que diz respeito à metonímia, o chargista emprega essa figura de linguagem ao atribuir a decisão tomada pela diretoria de bancos públicos federais à figura do presidente Michel Temer, assim ele troca o todo pela parte, isto é, atribui às medidas provindas da diretoria das estatais o caráter de decisões pessoais. Nesse sentido, a proposta do chargista é reforçar a ideia de que o Temer exerce influência em relação às decisões tomadas no âmbito das empresas estatais federais.

Uma vez realizada a análise inicial das linguagens verbal e imagética da Charge 7, o nosso intuito, agora, é situar as “coisas ditas” na charge nos espaços discursivos (lugar institucional; mídia) e, via exercício de investigação e descoberta, analisar as relações de poder e os regimes de verdade que estão associados às condições de emergência dos enunciados (práticas discursivas) e das visibilidades (práticas não-discursivas). Assim, em um primeiro momento, é importante analisarmos o espaço enunciativo na qual esta charge foi publicada, ou seja, o jornal FB, que consiste em um dispositivo midiático (imprensa sindical) e está associado a uma instituição sindical, que é um dispositivo de poder.

A Charge 7 foi publicada na edição 6036 (Novembro/2016) da FB, mas a discussão em torno do tema abordado por ela já havia sido iniciada na edição anterior do jornal (6035 –Novembro/2016), em que o comunicado do BB a respeito da reestruturação das agências do banco é abordado em uma reportagem de capa intitulada “Desmonte do BB evidencia planos contra bancos públicos”. Nessa reportagem, podemos observar tanto o enunciado no qual são apresentadas as medidas a serem implementadas pelo banco e as suas implicações para os bancários, como também o enunciado que aborda a importância das empresas públicas para o Brasil, por exemplo, BB, Caixa e Petrobrás. Esse enunciado está associado a um seminário que foi organizado pelo Sindicato dos bancários e intitulado “Se é Público, é para Todos”. Entretanto, ambos os enunciados

estão articulados em torno do discurso que defende o “Estado de Bem Estar Social”, isto é, que enfatiza a necessidade do fortalecimento do Estado enquanto um agente da economia e provedor de direitos sociais. Nesse sentido, há um campo associado em que diferentes enunciados coexistem em um mesmo discurso, o que Foucault (2007, p. 124) considera como campo de coexistência.

No tocante ao conteúdo da FB (edição 6036) na qual a Charge 7 foi publicada, os enunciados supracitados são abordados novamente, porém, em espaços distintos do jornal, uma vez que o destaque de capa é para o seminário promovido pelo Sindicato. É importante ressaltar que, ao analisarmos o conteúdo desta edição da FB, foi possível identificar dois enunciados, antes ocultos, contrários ao discurso do “Estado de Bem Estar Social”. Tais enunciados estão presentes no conteúdo discursivo apresentado na reportagem de capa intitulada “Defender o público é defender a cidadania” e fazem menção ao discurso neoliberal que defende as privatizações de empresas públicas e a menor intervenção do Estado na economia.

Todavia, no contexto em análise, estes enunciados não foram ditos com o intuito de deslegitimar o discurso do “Estado de Bem Estar Social” que é defendido pelo Sindicato, mas sim no sentido de reforçá-lo, haja vista que ele veio à tona com o intento de problematizar as implicações negativas do discurso neoliberal para os trabalhadores e para o Brasil. Assim sendo, fica evidente a formação de um campo de concomitância (FOUCAULT, 2007), uma vez que enunciados provenientes de discursos distintos foram identificados no mesmo campo enunciativo.

Ademais, é oportuno enfatizar que os enunciados de cunho neoliberal mencionados acima são provenientes de falas individuais de um dos palestrantes do seminário, o sociólogo e cientista político Emir Sader (Professor/pesquisador aposentado da Universidade de São Paulo), sujeito esse portador de *status* e legitimidade devido a sua ocupação profissional e social, uma vez que pertence a um campo do saber (Ciência Política; Sociologia). Além disso, como destaca Foucault (1991, p. 58), devemos nos atentar para a questão de que a nossa análise não deve desconsiderar o fato de que “os sujeitos que discursam fazem parte de um campo discursivo (...) o discurso não é um lugar no qual a subjetividade irrompe; é um espaço de posições-de-sujeito e de funções de sujeito diferenciadas”.

Deste modo, o fato de o professor Emir Sader ter sido convidado para participar como palestrante de um seminário organizado por uma instituição sindical, na qual o intuito é debater e discutir estratégias de resistências que defendam as empresas públicas e os direitos sociais demonstra que o professor apresenta um posicionamento político e ideológico que corrobora a determinadas regras e a ordem do discurso atrelada ao Sindicato. Sendo assim, o discurso do professor está em sintonia com o lugar institucional no qual fala e conseqüentemente com o que pode ser dito e o que não pode ser dito nesse ambiente institucional. Diante disso, o Sindicato enquanto um dispositivo de poder controla, classifica e separa aquilo que se diz, o que se faz e o que se mostra, pois, como enfatiza Foucault (2001), o poder é inerente ao discurso. Assim, conforme ressalta Araújo (2008, p. 72), “pensar o discurso como simples meio de dizer as coisas e o sujeito como alguém que apenas se expressa impede de atingir a instância mesma do discurso”.

Outro ponto que merece ser destacado é a estratégia enunciativa do Sindicato em reforçar a importância da função social exercida pelos bancos públicos, estando isso presente tanto em algumas reportagens da FB (edições 6052; 6067) como em determinadas charges. Uma das narrativas identificadas destaca a importância do BB para o financiamento agrícola, sendo o banco responsável por 61% do crédito disponibilizado para este setor. Além do mais, conforme ressalta o economista/professor Carlos Augusto Vidotto, em entrevista ao *site Nexo Jornal* (2016), em períodos de crises e incertezas econômicas, o BB contribuiu, juntamente com a Caixa, para manter a liquidez do sistema econômico através da liberação de linhas de financiamento com juros mais baixos. Ainda segundo este economista, os bancos públicos federais também ajudam na manutenção da estabilidade financeira em momentos de crises bancárias, haja vista que eles atuam como “*safety havens*”³² ao funcionarem como receptores de depósitos para os agentes econômicos. Dessa maneira, os bancos públicos, em geral, apresentam um comportamento oposto aos bancos privados em uma conjuntura de crise, na medida em que esses últimos tendem a reduzir a liberação de crédito ao mercado

³² O termo *safe haven* está associado a investimentos que apresentam segurança ou certa estabilidade em tempos de crise econômica. Por exemplo, investimentos lastreados em ouro são considerados *safe haven* (CARVALHO *et al.*, 2016). No caso mencionado no texto, o economista utiliza a expressão “*safety havens*” para explicar a tendência de uma maior estabilidade dos bancos públicos diante de situações turbulentas que atingem o mercado financeiro, como a recessão ou crise da economia e, conseqüentemente, eles acabam sendo considerados lugares mais seguros para se investir.

perante contextos de instabilidade econômica, contribuindo, assim, para a antecipação da retração econômica.

A estratégia discursiva mencionada anteriormente, também, foi utilizada na mininarrativa da Charge 8 que foi publicada nos meses de abril de 2017 (edição: 6067). No entanto, as charges não se referem somente ao BB, mas também a Caixa e ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), tendo em vista que o interesse do Sindicato foi chamar a atenção para a importância dos bancos públicos federais para o desenvolvimento do Brasil. A mininarrativa desta charge aborda os variados benefícios sociais que são pagos à população via o BB e a Caixa, como Bolsa Família, PIS, Fundo de Garantia, da mesma forma que citam as linhas de financiamento voltadas para a agricultura, pequeno e médio empresário, o financiamento estudantil e da casa própria.

Figura 11: Charge 8



Fonte: *Folha Bancária* – Edição: 6067, abril de 2017.

A partir do modelo de análise semiótico proposto por Barthes (1990), é possível afirmar que os textos introdutórios presentes em cada quadrante exercem a função de revezamento, tendo que em vista que são complementares à representação chárstica. Caso não houvesse estas mensagens introdutórias, a compreensão das imagens ficaria comprometida. No que refere à leitura denotativa da linguagem imagética da Charge 8, fica evidente a intenção do chargista em denotar por meio dos personagens retratados a ideia de pessoas felizes, sorridentes e satisfeitas; isso induz o leitor a pensar que os serviços financeiros e os programas sociais que são operacionalizados nos bancos públicos federais possuem aceitação de diferentes estratos sociais e categorias profissionais, como se evidencia a partir do *script* de leitura da mininarrativa da charge. No entanto, no quarto quadrante da charge, a abordagem imagética difere da que mencionei, haja vista que a imagem é composta por um banco público e de uma mão que assemelha a uma garra, que traz estampada a palavra “privados”. Assim, é possível

inferir que esta garra refere-se aos bancos privados, que veem nos bancos públicos uma possibilidade para elevar a rentabilidade e lucratividade dos seus negócios.

Outro aspecto importante a ser ressaltado consiste no fato de que os enunciados abordados nas Charges 7 e 8 foram elaborados a partir de um regime de verdade que está relacionado a uma rede que interliga os elementos discursivos e não discursivos da instituição sindical analisada. Sendo assim, o que determina o que é verdade e o que não é são as relações de poder, as regras e o jogo enunciativo que regem este espaço discursivo, uma vez que “a verdade está ligada circularmente a sistemas de poder que a produzem e a sustentam, e a feitos que ela induz e que reconduzem” (FOUCAULT, 2001b, p. 114).

Dito isto, algumas inquietações nos veem à tona: como o assunto da reestruturação do BB foi noticiado na mídia corporativa/grande mídia? As condições de possibilidade para que determinados enunciados e discursos sejam aceitos na imprensa comercial seriam as mesmas da imprensa sindical? Diante desses questionamentos, a seguir abordamos duas reportagens veiculadas na grande mídia sobre este assunto: *Folha de São Paulo* (2016) e *Portal de Notícias G1* (2016).

Ambas as reportagens veicularam enunciados associados ao discurso neoliberal, no sentido de traçar uma linha argumentativa que defende a aplicação de métricas do setor privado aos bancos públicos, ou seja, se fazem presentes os enunciados da eficiência, qualidade total, lucratividade, estrutura organizacional e administrativa enxuta, entre outros. Tais enunciados trazem em suas margens outros enunciados, por exemplo, as relações comerciais existentes entre tais veículos de comunicação e os bancos públicos federais e privados, por exemplo, os milionários contratos de publicidade.

Diante desse jogo de interesse, das regras e condições de possibilidade associadas a ele, o posicionamento destas empresas midiáticas estará em consonância com a ordem do discurso e as relações de poder que permeiam tais acordos comerciais. Assim, é em torno destas práticas discursivas e não-discursivas que o regime de verdade deste espaço enunciativo é definido. Indo mais além, não é plausível esperar que a grande mídia problematize acerca da importância dos bancos públicos para o desenvolvimento do Brasil e a função social desempenhada por eles, pois tais enunciados não estão em consonância com o seu regime de verdade. Além disso, a grande mídia funciona como

uma empresa comercial, que mercantiliza a informação e “articula em seu interior, economia e política, negócios e poder”, conforme pontuou o sociólogo Laurindo Filho em entrevista a revista Carta Maior (2017). Dessa maneira, as práticas discursivas e não discursivas deste dispositivo midiático estão ancoradas com o processo de produção capitalista e isso reflete em seus enunciados e visibilidades.

Além do mais, é importante salientar que a mídia comercial consiste em um espaço de enunciação na qual os discursos não apenas são produzidos, mas também reproduzidos (FISCHER, 2002), como o discurso de outras instituições (Igrejas, organizações empresariais etc.) Não podemos nos esquecer de que a grande mídia brasileira é controlada por apenas 11 famílias, sendo que várias delas apresentam ligação direta ou indireta com a esfera política, por exemplo, família Sarney (Maranhão), Magalhães (Bahia), Collor (Alagoas) etc. Diante disso, de acordo com Laurindo Filho, a mídia comercial, aos poucos, “deixa de ser um poder de acompanhamento e de crítica dos outros poderes para ser um poder em si, muitas vezes superior e com mais poder do que os próprios poderes institucionais”.

Uma vez analisados os enunciados e as visibilidades que foram possíveis de serem extraídos a partir do desdobrar das charges e das suas externalidades, quais são as condições de emergência destes enunciados? A partir da análise monumental das charges, foi possível identificar alguns elementos que compõem a rede das condições de produção destes enunciados neste período histórico.

O primeiro elemento a ser destacado é a conturbada conjuntura política vivenciada pelo Brasil em 2016, sendo isso, em grande parte, uma implicação do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, que resultou em sua saída da Presidência da República em agosto de 2016. Após este fato, a presidência é assumida pelo vice Michel Temer, que adotou uma agenda de governo de cunho neoliberal, que já havia sido sinalizada em seu discurso de posse como presidente interino:

“Sabemos que o Estado não pode tudo fazer. Depende da atuação dos setores produtivos: empregadores, de um lado, e trabalhadores de outro. São esses dois polos que irão criar a nossa prosperidade. Ao Estado compete – vou dizer, aqui, o óbvio –, compete cuidar da segurança, da saúde, da educação, ou seja, dos espaços e setores fundamentais, que não podem sair da órbita

pública. O restante terá que ser compartilhado com a iniciativa privada, aqui entendida como a conjugação de ação entre trabalhadores e empregadores” (O GLOBO, 2016).

Esta narrativa traz em suas margens alguns enunciados, como os de cunho neoliberal, que estão ligados à concepção ideológica que defende a privatização de empresas estatais, ajuste fiscal, desregulamentação das leis trabalhistas e menor intervenção do Estado na economia. A agenda neoliberal fica evidente em várias ações provindas do governo Michel Temer, seja por meio de decisões regulamentares, emendas constitucionais ou medidas provisórias e administrativas. Por exemplo, a escolha de uma equipe econômica legitimada pelo mercado financeiro e a dispor dos seus interesses, programa de privatizações de algumas estatais, propostas de reformas da previdência e trabalhista, lei da terceirização e, no caso em análise, a reestruturação dos bancos públicos federais. Diante disso, os enunciados analisados ao longo do texto não devem ser vistos como algo dado pela natureza, mas sim provenientes de um acontecimento histórico que está atrelado a dispositivos estratégicos de poder.

Dessa maneira, a condição de emergência dos enunciados que foram identificados a partir do desdobrar das Charges 7 e 8 está relacionada a um acontecimento histórico díspar e de cunho político, que implicou um processo de transformação e descontinuidade de algumas políticas de Estado e de Governo que haviam sido implementadas durante os governos Lula e Dilma. Tal acontecimento gerou vários desdobramentos institucionais, legislativos, políticos e sociais, fazendo com que a rede de elementos que compõe os variados dispositivos apresentasse mudanças no âmbito do dizer (enunciado) e do fazer (visibilidades), no sentido de atender a uma urgência histórica que está associada à esfera política brasileira.

Uma vez analisadas as quatro charges do tema privatização, abordaremos a seguir o tema da terceirização. Esta temática é composta por duas charges.

6.2.2 A terceirização: o agravamento da precarização das condições e relações de trabalho

A terceirização é um tema bastante abordado nas charges e nas reportagens da *Folha Bancária*, haja vista que as suas implicações negativas para o nível de emprego e as

condições e relações de trabalho no setor bancário são bastante significativas, como evidenciadas por alguns estudos acadêmicos sobre o assunto, por exemplo, Jinkings (2001) e Segnini (1999). A prática da terceirização nos bancos brasileiros se acentuou na década de 1990 devido aos desdobramentos da reestruturação do sistema financeiro ao longo dos anos 70 e 80. Sendo assim, a presente temática é uma velha conhecida dos sindicatos brasileiros com bastante frequência retorna à pauta de discussão sindical devido a propostas de lei que visam alterar a regulamentação da terceirização, mais precisamente, no sentido de flexibilizar a sua prática por parte das empresas.

Diante disso, na presente subseção, analisaremos duas charges a respeito desta temática. A primeira charge aborda o Projeto de Lei³³ (PL) 4330, que foi apresentado ao plenário da Câmara Federal em outubro de 2004, pelo ex-deputado federal Sandro Mabel do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e aprovado nesta mesma casa legislativa em abril 2015. O PL 4330 tinha como proposta principal a liberação para que a terceirização pudesse ocorrer em qualquer atividade da empresa, isto é, tanto na atividade-meio como na atividade-fim. Associado a isso, de acordo com Antunes (2015), este projeto de lei, caso aprovado e implementado, promoveria a terceirização total das atividades produtivas e geraria sérios desdobramentos para a classe trabalhadora, como desmonte da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o aumento da precarização, informalização e flexibilização do trabalho.

Figura 12: Charge 9



Fonte: *Folha Bancária* – Edição 5871, junho de 2015.

Tendo como referência o modelo semiótico proposto por Barthes (1990), ao analisarmos a mensagem denotativa que constitui o primeiro quadrante da Charge 9 é

³³ Para obter mais informações sobre a PL 4330 e a respeito do seu histórico de tramitação acessar o *site* da Câmara Federal: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=267841>>.

possível observar a representação de uma mulher sentada em um trono e com aparência mais idosa, usando uma coroa na cabeça, assim como segura em sua mão esquerda uma folha de papel personalizada e na mão direita uma caneta de pena. Já as mensagens verbais presentes nesta imagem exercem a função de *relais* ou revezamento, tendo em vista que funcionam como complemento da linguagem imagética e trazem informações que não seriam possíveis de serem abordadas por meio da imagem. Por exemplo, o ano de 1888 que está citado no alto do primeiro quadro da charge e as expressões “lei áurea” e “termina a escravidão” servem como base para que o leitor consiga identificar a personagem e o acontecimento aos quais a representação chárstica se refere, ou seja, a princesa Isabel e a lei que decretou a abolição da escravidão em 13 de maio de 1888, respectivamente. Além disso, para que o leitor possa identificar que a personagem representada se refere à princesa, é preciso uma leitura conotativa da imagem, sendo essa pautada em um saber histórico sobre a Lei Áurea.

Em relação ao segundo quadrante da Charge 9, a sua estrutura de representação imagética é análoga a que foi utilizada no primeiro quadrante, uma vez que a posição das mensagens verbais e das imagens são similares. Assim, a mensagem denotativa da imagem consiste em um personagem masculino, que está em pé e discursando em uma tribuna, bem como segura em sua mão direita uma caneta e uma folha de papel em sua mão esquerda e possui um charuto aceso na boca. Ademais, as mensagens verbais desta imagem também exercem a função de *relais* e não apenas servem de base para que o leitor possa entender o acontecimento retratado, como também para correlacioná-lo com o que foi abordado no primeiro quadrante.

Por exemplo, a palavra congresso que está estampada na tribuna permite que o leitor identifique que se trata de uma apresentação oral realizada em uma casa legislativa, na qual os personagens que estão à frente da tribuna, possivelmente, referem-se a uma plateia de políticos. No que tange à escrita numérica 2015, que está representada no alto da charge, ela indica o período temporal em que o acontecimento ocorreu, e o título impresso (PL – Terceirização) na folha ajuda o leitor a identificar o assunto que estava sendo abordado na charge, lembrando que o acontecimento retratado no segundo quadrante da charge consiste na votação e aprovação da PL da terceirização pelos deputados federais.

Além disso, a representação imagética do personagem que discursa explora um aspecto característico dos personagens empresários que são representados pelo chargista da FB, que consiste no fato de estarem fumando charuto. Nesse sentido, como o autor da PL da terceirização é o político e empresário Sandro Mabel, tendo em vista a maneira como o personagem foi representado na charge e o contexto na qual está inserido, é possível evidenciar que o personagem retratado faz referência a ele. Além disso, a identificação do personagem no segundo quadrante exige do leitor uma leitura conotativa da imagem para que tal interpretação seja possível, uma vez que é preciso ter o conhecimento de que a autoria da PL da terceirização tem como autor um empresário. Associado a isso, é importante destacar também que o personagem não está representado por meio da caricatura, o que reforça ainda mais a importância da leitura conativa da imagem pautada nas informações mencionadas para se concluir que se trata do empresário Sandro Mabel.

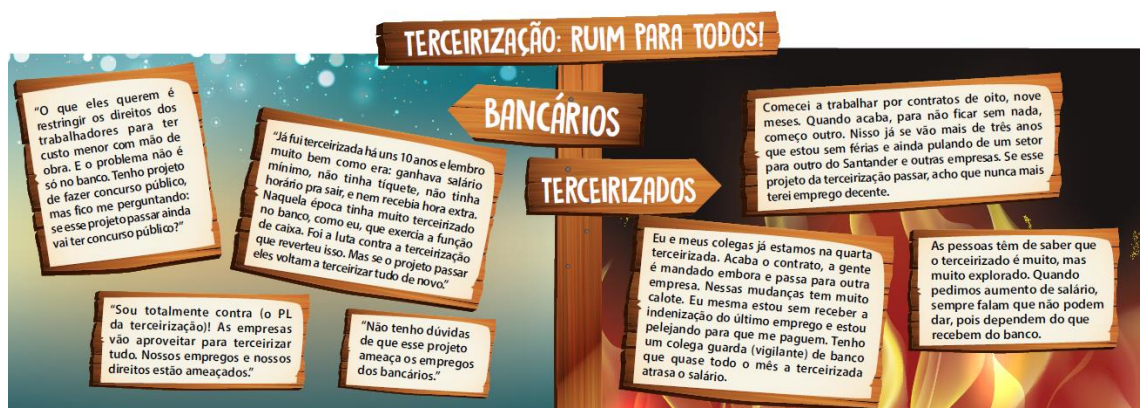
Deste modo, o intuito do chargista na Charge 9 consistiu em delinear uma mininarrativa que propunha um paralelo entre o acontecimento de 1888 e a aprovação da PL 4330 (PL da terceirização) na Câmara Federal em 2015, em que ele, por meio do humor, critica a proposta de terceirização aprovada e atribui a ela, de maneira metafórica, uma avaliação pejorativa através do termo escravidão. A metáfora verbal “escravidão” é utilizada como uma forma de condensar ou traduzir as implicações negativas da PL 4330 para a classe trabalhadora. Ou seja, a intenção do chargista foi explorar a partir desta figura de linguagem o seu potencial comunicativo, como salienta Motta (2006), que consiste em transmitir uma mensagem de forma persuasiva e sintetizadora. Associado a isso, vale destacar que o chargista confere destaque às palavras “termina” (1º quadrante) e “recomeça” (2º quadrante), colocando-as na cor vermelha, no sentido de despertar a atenção para a antítese das palavras utilizadas para se referir aos dois acontecimentos retratados nas imagens.

A despeito de a Charge 9 ter sido publicada em 2015, a discussão e a abordagem em torno da PL 4330 por parte do Sindicato já vinha ocorrendo desde 2013, conforme foi evidenciado a partir da análise do *corpus* desta pesquisa. O enunciado da terceirização ganha força nas páginas e charges da FB a partir de 2013, pois foi nesse ano em que a tramitação deste projeto de lei voltou a ocorrer novamente com a sua votação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, conforme foi noticiado

na edição 5651 (maio/2013) da FB. Além disso, foram identificadas nove edições³⁴ da FB que abordaram a PL 4330 em reportagens de primeira página, que tinham como principais estratégias argumentativas associar o processo de terceirização à redução do nível de emprego no setor bancário e à precarização das condições e relações de trabalho.

Outra estratégia discursiva adotada pelo Sindicato consistiu em expor em suas reportagens depoimentos de profissionais do setor bancário, que eram ou já foram terceirizados, como podemos observar na imagem abaixo, que foi publicada na edição 5872 (junho de 2015) da FB. Em grande parte, eles relatavam a precarização das condições de trabalho, por exemplo, a perda de direitos trabalhistas, sobrecarga de trabalho, redução salarial, perda ou redução de benefícios (vale-alimentação, participação nos lucros e resultados etc.), aumento da pressão por resultados etc., informações essas que dialogam com a metáfora da escravidão utilizada na Charge 9.

Figura 13: Depoimentos de trabalhadores terceirizados



Fonte: Folha Bancária – Edição 5872, 2015.

³⁴ Edições: 2013 (5651; 5665); 2014 (5769); 2015 (5854; 5855; 5859; 5866; 5871; 5872).

O objetivo do SINBF, ao propor este diálogo mais direto com sujeitos que vivenciam na prática o que é ser terceirizado, foi tornar mais claro para os bancários as implicações que a terceirização irrestrita poderia ter em sua vida profissional, assim como tentar reforçar o apoio da categoria em relação às ações do Sindicato acerca desta temática. Dessa maneira, o SINBF ao utilizar esta estratégia discursiva tenta conscientizar e alertar o bancário que lutar contra a terceirização é defender os seus próprios interesses, uma vez que o terceirizado de amanhã poder ser ele, caso a PL 4330 viesse a ser aprovada no congresso e sancionada pelo presidente da república.

De outro modo, a utilização dos depoimentos de funcionários terceirizados também tinha por intento reforçar a narrativa do Sindicato acerca da terceirização e, concomitantemente, desconstruir a estratégia discursiva provinda do setor empresarial, que defendia a tese de que a terceirização era necessária para a “modernização” da legislação trabalhista e a diminuição da insegurança jurídica que envolve as atividades terceirizadas. Como exemplo deste posicionamento por parte do empresariado, a FB abordou em sua edição 5866 (Maio/2015) uma declaração da vice-presidente do banco Itaú para uma reportagem do jornal Valor Econômico³⁵: “É um projeto [PL 4330] bom, de avanço. Não prejudica os direitos trabalhistas, muito pelo contrário, em alguns aspectos reforça a CLT”. Associado a isso, localizamos a reportagem do Valor e, em seguida, analisamos o seu conteúdo. Identificamos que se tratava de uma matéria jornalística intitulada “Executivos defendem terceirização e dizem que reduz burocracia”, que reuniu um conjunto de declarações sobre a PL 4330, sendo essas provindas de alguns representantes do setor empresarial, por exemplo, Magazine Luiza, Brasken, Alpargatas e WTorre. As afirmações corroboravam a opinião da vice-presidente do Itaú, do mesmo modo que convergiam para a tese de que o projeto de lei viria para modernizar a legislação trabalhista e conseqüentemente tornar o mercado brasileiro mais competitivo.

Além do mais, é preciso compreender o jornal Valor enquanto um dispositivo midiático que é permeado por redes de interesses e mecanismos de poder. Dito de outro modo, trata-se de um espaço enunciativo que produz e reproduz os conteúdos direcionados para a classe empresarial, na medida em que foi com intuito de levar informação para

³⁵ Para ter acesso à reportagem acesse o *link*:< <http://www.valor.com.br/empresas/4033556/executivos-defendem-terceirizacao-e-dizem-que-reduz-burocracia>>.

este público que o jornal foi pensado, planejado e criado. As coisas ditas e defendidas no jornal, por estarem submetidas ao jogo das relações de poder, não são neutras ou desprovidas de segundas intenções, haja vista que estão entrecruzadas com os interesses econômicos e políticos do jornal, dos seus anunciantes e leitores. Dessa maneira, é preciso que analisemos os enunciados do Valor considerando, como pontua Foucault (2007), as suas regras de formação ou feixes de relações discursivas as quais eles estão imbricados para que, assim, possamos compreender as circunstâncias nas quais eles se constroem e aos interesses que atendem.

Por outro lado, vale destacar que a disparidade observada na abordagem acerca do tema da terceirização entre os jornais *Folha Bancária* e o *Valor* reforça a importância da imprensa sindical enquanto um espaço de comunicação que trabalha a notícia ou reportagem de uma forma não comercial e sem objetivo de obtenção de lucro, mas sim, conforme salienta Giannotti (2008), como um caminho para a conscientização e formação política da classe trabalhadora. Nesse sentido, a forma como determinados temas são debatidos e abordados pela imprensa sindical dificilmente teriam espaço ou voz na imprensa comercial (CRUZ, 2013), uma vez que consistem em dispositivos midiáticos que estão relacionados a práticas discursivas e não discursivas distintas, pois o “regime de fazer ver e fazer dizer” (TUCHERMAN, 2004, p. 42) desses dispositivos atende a uma ordem discurso e a um regime de verdade diferentes.

Delineadas as considerações analíticas acerca da Charge 9, daremos prosseguimento à temática da terceirização com a abordagem da Charge 10. Nessa charge³⁶, o tema é explorado a partir do julgamento que ocorreu no Supremo Tribunal Federal (STF) em 2016, que analisava o Recurso Extraordinário 958.252 que foi ajuizado pela empresa mineira Celulose Nipo Brasileira (Cenibra). Sucintamente, tal recurso questionava a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) pautada na Súmula 331³⁷ do TST, que condenou a Cenibra a arcar com as obrigações trabalhistas da empresa terceirizada que ela havia contratado para realizar o corte e o plantio de eucalipto, que são serviços pertencentes à atividade principal da Cenibra. Sendo assim, a Cenibra teria agido

³⁶ É importante salientar que a charge foi publicada cinco dias antes do julgamento do STF.

³⁷ A Súmula 331 do TST legitima a prática da terceirização em algumas atividades e impõe limites e obrigações para outros casos, por exemplo, obriga que a empresa contratante de serviço terceirizado assumam os encargos trabalhistas em caso de falência da empresa terceirizada. Para maior detalhamento, ver: Biavaschi e Droppa (2011).

ilegalmente, haja vista que terceirizou a sua atividade-fim, o que não é permitido pela legislação trabalhista.

Neste sentido, o STF iria julgar a legalidade ou não da ação da empresa, e tal decisão teria implicações jurídicas, tendo em vista que serviria de referência (jurisprudência) para casos similares que estão em andamento na Justiça do Trabalho, uma vez que o STF consiste na última instância do poder judiciário. Além do mais, uma decisão favorável à Cenibra significaria a legitimação e legalização da terceirização irrestrita das atividades empresariais, incluindo dessa maneira a atividade-fim.

Figura 14: Charge 10



Fonte: *Folha Bancária* – Edição 6031, novembro de 2016.

Diante deste cenário e das possíveis implicações que o julgamento do STF poderia representar para as relações trabalhistas, caso o tribunal aceitasse o recurso da empresa Cenibra, o Sindicato abordou de forma enfática o presente acontecimento em quatro edições da FB (6030; 6031; 6032), estabelecendo uma estratégia similar a que foi mencionada durante a análise da Charge 9. Ou seja, trazendo para a suas reportagens depoimentos de ex-bancários terceirizados, comparações entre o salário e os benefícios do bancário e do terceirizado, charges, convocação para a participação em manifestações presenciais e online, entre outras ações.

Além disso, na edição 6032 da FB, o Sindicato publicou uma reportagem intitulada “Constituição não admite cidadão de segunda classe”, em que reúne depoimentos sobre os possíveis efeitos da regulamentação da terceirização por parte do STF e a PL 4330. Tais depoimentos foram proferidos por profissionais da área do Direito, como um juiz

da área trabalhista e um professor de Direito trabalhista. Ambos corroboram o discurso do Sindicato acerca dos efeitos negativos da terceirização para os trabalhadores, uma vez que ressaltam que a legalização da terceirização implicará rebaixamento dos salários, aumento dos acidentes de trabalhos e enfraquecimento da representação sindical.

Neste sentido, o intuito do SINBF ao explorar o discurso de profissionais da área do Direito, que coadunam com o seu posicionamento, foi reforçar e legitimar a narrativa institucional construída pela entidade acerca da terceirização. Além do mais, ao trazer à tona pontos de vistas externos ao Sindicato e pertencentes a uma área do saber (Direito) e a um campo discursivo legitimado, o SINBF buscou dialogar com atores sociais que possuem credibilidade, legitimidade e *status* para opinarem e analisarem sobre os aspectos e as implicações jurídicas relacionadas ao julgamento do STF e à PL 4330. Ou seja, o Sindicato se esquivou em abordar questões jurídicas acerca deste tema por conta própria, assim como de correr o risco de expor análises e opiniões equivocadas acerca do assunto.

Esboçada esta breve descrição do acontecimento abordado pela Charge 10, focaremos agora na análise dos elementos constituintes da representação chágica e posteriormente em seus desdobramentos. No quadrante 1, ao analisarmos a charge a partir do modelo semiótico de Barthes (1990), atentamo-nos, primeiramente, para a mensagem denotativa da imagem, na qual é possível identificar a representação de um personagem grisalho, vestindo uma toga preta e que segura uma corda que está amarrada em uma guilhotina. Nessa guilhotina, há outro personagem, sendo esse nomeado de emprego e está com a cabeça presa em uma posição para ser decapitada. Associado a isso, as mensagens verbais presentes no primeiro quadrante funcionam como complemento da linguagem imagética, exercendo assim a função de *relais*.

Por exemplo, a sigla STF estampada na toga do personagem exige do leitor um conhecimento prévio a respeito da nomenclatura de tribunais judiciários, visto que ele precisaria saber que esta sigla consiste na abreviação do Supremo Tribunal Federal. Nesse caso, tendo em vista o estilo da vestimenta do personagem e a sigla estampada nela, seria possível inferir que se trata de um ministro do STF. Caso o leitor não tenha tal conhecimento, a reportagem de capa da edição na qual a charge foi publicada

ajudaria na compreensão, pois o nome do tribunal é apresentado por extenso antes de ser abreviado e há menção aos ministros do STF ao longo do texto e uma contextualização do acontecimento abordado pela charge.

Ainda relacionado à mensagem verbal, no primeiro quadro da charge, a palavra terceirização aparece estampada na lâmina da guilhotina, consistindo, assim, em uma metáfora multimodal (verbal e visual), na qual a guilhotina exerce o papel de metáfora visual e domínio-fonte e a terceirização de metáfora verbal e domínio-alvo. Ou seja, enquanto a guilhotina consiste em um instrumento que era utilizado para decapitar aquelas pessoas que haviam sido condenadas à pena de morte, a terceirização funcionaria como um instrumento que decapitaria o personagem emprego, que seria condenado à morte com a regulamentação da terceirização irrestrita.

A metáfora proposta pelo chargista dialoga com a estratégia discursiva utilizada pelo Sindicato nas reportagens da FB (edições: 6030; 6031; 6032; 6033) acerca do acontecimento, nas quais ele ressalta a possibilidade de fechamento de postos de trabalho nos bancos, haja vista que algumas funções exercidas por bancários, por exemplo, caixa, abertura de conta, concessão de crédito etc., passariam a ser realizadas sob o regime de contratação pautado na terceirização. Ademais, é importante ressaltar, como apontou Antunes (2015), que o PL 4330 é composto por várias falácias e uma delas é a concepção de que a terceirização total das atividades produtivas geraria mais empregos e não reduziria os salários, sendo que na verdade é o oposto, visto que os profissionais terceirizados são submetidos a práticas laborais com maior sobrecarga e horas de trabalho, do mesmo modo que possuem uma remuneração menor.

Dito isso, os demais quadrantes da Charge 10 consistem em um desdobramento da mini-narrativa iniciada no primeiro quadro por meio da fala do personagem juiz “vou soltar a corda”, que faz uma analogia à possível decisão judicial tomada pelo STF a favor da terceirização. Assim, o último quadro da charge traz uma ilustração de um grupo de pessoal, possivelmente trabalhadores, que estão segurando a corda da guilhotina que havia sido solta pelo juiz e exclamam “terceirizaNão”. Por fim, a linguagem verbal e imagética deste último quadrante dialoga com o conteúdo do jornal (edição: 6031) na qual a charge foi publicada, na medida em que a reportagem de capa

da FB aborda a mobilização que estava sendo organizada pelo SINBF em parceria com a CUT e o Comando Nacional dos Bancários.

O desdobramento do julgamento do STF consistiu em seu adiamento, visto que a sessão do tribunal foi encerrada sem o recurso da Cenibra ter sido julgado. Associado a isso, a abordagem do SINBF em torno deste adiamento foi no sentido de ressaltar a importância dos protestos realizados pelo Sindicato e outras entidades sindicais em Brasília, uma vez que, segundo o SINBF, tal mobilização serviu para pressionar o STF. Tal estratégia discursiva também foi utilizada na charge, como se pôde observar anteriormente. Entretanto, por mais que a relevância atribuída ao protesto tenha ido além do que ele representou de fato, isto é, um enfretamento simbólico que não necessariamente tenha influenciado na decisão do STF em adiar o julgamento, o posicionamento do SINBF visa reforçar a sua imagem enquanto uma instituição sindical que está atenta aos acontecimentos e fatos, que, de uma forma ou de outra, estão relacionados aos interesses da categoria bancária.

Por fim, como podemos observar, as duas charges (9 e 10) analisadas anteriormente abordaram acontecimentos relacionados à terceirização, mas que não resultaram em medidas concretas que viessem a regulamentá-la na prática. A regulamentação ocorreu somente em 31 de março de 2017, quando o presidente Michel Temer sancionou o projeto de lei 4302/08, que havia sido aprovado pela Câmara Federal no dia 22 do mesmo mês. A escolha deste projeto em detrimento do PL 4330/04, que já vinha sendo discutido no Congresso, como citado em outro ponto do texto, foi devido a dois principais fatores. Primeiramente, o trâmite do PL 4302 seria mais ágil, uma vez que só dependeria de uma votação na Câmara dos deputados, ao contrário do PL 4330, que ainda teria que ser votado no Senado, e caso houvesse alguma alteração por parte dos senadores, retornaria para Câmara. Segundo, o PL 4302 apresenta regras mais rígidas para com o trabalhador, que beneficiam as empresas, por exemplo: em caso de processo trabalhista movido pelo funcionário terceirizado, a empresa contratante só responderá judicialmente se a empresa contratada (terceirizada) não for capaz de arcar com o ônus do processo; as empresas contratantes não terão a obrigação de cobrar.

6.3 Representação sindical

Neste tópico, será abordado o percurso semântico correspondente à representação sindical, sendo ele constituído por dois temas: negociações coletivas e condições de trabalho. O nosso objetivo, ao analisarmos tais temas, consiste em, respectivamente, compreender algumas estratégias de negociação e articulação utilizadas pelo SINBF em determinadas ações grevistas e campanhas salariais, e, em um segundo momento, abordar questões associadas às inovações tecnológicas e às condições de trabalho nos bancos, por exemplo, assédio moral, metas abusivas, sobrecarga de trabalho e o impacto delas para a saúde física e mental do bancário. Deste modo, inicialmente, analisaremos as charges referentes ao tema negociações coletivas e, posteriormente, nos debruçaremos sobre as que abordam assuntos relacionados às condições de trabalho.

6.3.1 Negociações coletivas: a predominância das prioridades individuais e das questões econômicas nas pautas de reivindicação

O movimento sindical bancário é considerado um dos mais importantes e organizados do Brasil, seja pela sua representação histórica e tradição política como pela sua capacidade de organizar campanhas salariais unificadas e com abrangência nacional (COLOMBI *et al.*, 2014). Segundo Soares (2016), desde 2004, as greves e negociações coletivas do setor bancário são organizadas de maneira unificada, visto que abrangem funcionários de bancos públicos e privados, do mesmo modo que os acordos coletivos firmados e as suas regras são válidas para todos os bancários do Brasil. Isto contribui para o fortalecimento da categoria e a ampliação das mobilizações dos sindicatos bancários. O nome atribuído pelos sindicatos para este tipo de mobilização é *Campanha Nacional Unificada*, que tem a participação de todos os sindicatos bancários filiados à CUT, sendo o SINBF o principal coordenador das campanhas. A pauta de reivindicações destas campanhas unificadas é definida após consulta prévia das prioridades junto à categoria nas entidades sindicais estaduais, sendo essas prioridades apresentadas e analisadas durante a Conferência Nacional, que é realizada todos os anos na cidade de São Paulo.

Outro aspecto importante relacionado à *Campanha unificada* refere-se ao fato de que durante os anos 2000, o SINBF adotou novas estratégias de negociação, da mesma

forma que construiu uma pauta de reivindicações mais ampla, abordando temas que iam além das questões envolvendo remuneração salarial e PLR (COLOMBI, KREIN, 2016). Ou seja, a ideia consistiu em conceder mais espaço para outros temas reivindicados pelos filiados ao Sindicato, como metas abusivas, igualdade de oportunidades, assédio moral, condições de trabalho, entre outros. No entanto, como aponta Colombi (2014), é importante ressaltar que as questões relacionadas a aspectos econômicos continuaram sendo a primazia dos bancários na consulta prévia. Ademais, dentro do recorte temporal proposto nesta pesquisa, 2012 a 2017³⁸, foi possível constatar a prevalência dos temas mencionados anteriormente nas pautas reivindicadas pelos bancários, conforme podemos observar nos temas elencados, por ordem de prioridade, na tabela abaixo:

Quadro 7: Principais Temas das Campanhas Nacionais Unificadas (2012-2016)

2012	2013	2014	2015	2016
Reajuste Vale refeição/alimentação	Reajuste salarial	Reajuste salarial	PLR maior	Combate à terceirização
Reajuste salarial	PLR maior	Vale refeição/alimentação	Reajuste salarial	PLR maior
Metas abusivas	Reajuste do Vale refeição/alimentação	PLR maior	Reajuste do Vale refeição/alimentação	Defesa dos bancos públicos
Assédio moral	Plano de Carreira	Auxílio educação	Metas abusivas	Reajuste salarial
PLR maior	Condições de trabalho	Auxílio creche/babá	Assédio moral	Mais contratações
Plano de Carreira	Segurança nas agências	Ampliação do piso salarial	14º salário	Reforma da previdência

Fonte: *Folha Bancária*

Uma vez tecida esta breve descrição acerca da *Campanha Nacional Unificada*, direcionaremos o nosso foco analítico para as charges que compõem a temática das negociações coletivas. A primeira charge aborda em sua mini-narrativa o contexto-base que está atrelado à consulta sobre as prioridades elencadas pelos bancários para compor a pauta da Campanha de 2016.

³⁸ É importante ressaltar que no ano de 2017 não houve Campanha Unificada, haja vista que a Convenção Coletiva de Trabalho firmada em 2016 tem validade de dois anos, ou seja, até 31 de agosto de 2018.

Figura 15: Charge 11



Fonte: *Folha Bancária* – Edição 5983, julho de 2016.

O acontecimento explorado pela Charge 11 está visível no primeiro quadro da arte gráfica, em que as palavras “Campanha Nacional” são mencionadas pelo personagem que faz o papel de repórter. Associado a isso, o chargista destaca tais palavras de vermelho com o intento de despertar a atenção do leitor.

De outro lado, o *script* de leitura proposto no início da Charge 11 consiste na ideia de que o personagem bancário será entrevistado para opinar sobre as suas prioridades para a Campanha Nacional. Porém, no segundo e terceiro quadrante, este *script* é quebrado, tendo em vista que nesses quadrantes a circunstância representada não dá continuidade àquela que foi abordada inicialmente no primeiro quadro. Assim, é neste ponto da mininarrativa que está o gatilho humorístico da charge, uma vez que há uma inversão da expectativa gerada no início da charge, pois se esperava que a pergunta feita pelo repórter fosse respondida pelo bancário, mas quem a responde simbolicamente é o bolso da sua calça e o bancário apenas consente com a resposta.

Sendo assim, o personagem bancário é representado como um sujeito que coloca as suas demandas financeiras individuais como prioritárias e, por conseguinte, atribui caráter secundário às questões relacionadas ao interesse coletivo da categoria. Além do mais, a fala do último quadro da charge – “E o seu bolso, já chiou também? Participe da consulta” – induz o leitor a pensar que este tipo de comportamento pode se repetir entre os demais bancários, na medida em que esta mensagem verbal supõe que a resposta concedida por eles também será pautada nos interesses econômicos individuais. Neste sentido, o chargista por meio do humor e de algumas figuras de linguagem (metáfora, ironia) constrói uma estratégia discursiva que visa demonstrar alguns interesses

defendidos pelos bancários ao realizarem a escolha dos temas que irão compor a pauta de reivindicações das negociações coletivas.

No tocante às figuras de linguagens presentes na Charge 11, abordaremos primeiramente a metáfora. Esta figura foi utilizada na representação imagética de forma multimodal, visto que a metáfora em torno do termo bolso é proposta pelo chargista tanto verbalmente como visualmente. Além disso, o chargista, ao abordar a metáfora do bolso, consegue representar de forma clara e mais próxima ao cotidiano das pessoas a caracterização da decisão do personagem bancário. Nesse caso, ele explora o potencial da metáfora em traduzir a realidade e condensar uma ideia complexa, sendo essa figura de linguagem um dos recursos mais relevantes do arsenal do chargista, como pontuou Gombrich (1996).

Ademais, a intenção do chargista em propor esta analogia entre a forma de pensar do bancário e o bolso da sua calça pode ser interpretada de várias maneiras. A leitura que fazemos é que o intuito dele consistiu em chamar a atenção para o fato de que o bancário define as suas prioridades baseado nos ganhos que elas terão para o seu bolso, quer dizer, a sua forma de pensar se calca na prioridade em torno dos ganhos econômicos, sendo esses obtidos por meio dos reajustes do salário, PLR, manutenção do emprego e direitos, como se pôde observar na mensagem verbal do segundo quadrante da charge. Em virtude disso, há uma sobreposição dos anseios e necessidades individuais em detrimento dos interesses comuns e coletivos da classe bancária.

De outro modo, no que tange ao uso da ironia como estratégia comunicativa na charge, o momento no qual o bolso responde a pergunta para o bancário gera um riso irônico provocado pelo humor presente na representação verbal e imagética, sendo o objetivo do chargista revelar uma incoerência e suscitar no leitor uma reflexão crítica. Dito de outro modo, em tese, a *Campanha Nacional Unificada* é constituída com intuito de lutar pelos interesses coletivos da categoria bancária, porém, a escolha do bancário em relação às reivindicações prioritárias reflete a predominância de temas de cunho econômico e que geram ganhos financeiros individuais e imediatos. Entretanto, o bancário coloca as questões coletivas associadas às condições e relações de trabalho em segundo plano. Deste modo, como salienta Marques e Oliveira (2012), o riso irônico apresenta uma ambivalência etimológica, uma vez que ele não se restringe ao simples

fato de fazer rir, mas também suscitar reflexões acerca de incoerências existentes em determinadas ações, assim como pode apresentar muitos significados a despeito de não se expressar por meio das palavras.

No que concerne aos enunciados possíveis de serem extraídos da Charge 11, abordaremos o enunciado do individualismo, que é uma das bases da doutrina e do discurso neoliberal. Todavia, é importante atentarmos para o fato de que a premissa do individualismo não consiste em um enunciado neutro, isolado ou livre, uma vez que, como pontua Foucault (2007), todo enunciado se relaciona com outros enunciados em suas margens, que ajudam a formar a sua trama de relações. Nesse sentido, o enunciado do individualismo, por exemplo, se liga aos enunciados da reestruturação produtiva, acumulação flexível do capital, desregulamentação do mercado e globalização financeira, sendo esses pertencentes a um campo de coexistência, visto que estão associados ao discurso neoliberal, que tem como condição de emergência a crise de acumulação do capital a partir dos anos 70.

Posto isto, o enunciado do individualismo se manifesta no setor bancário brasileiro com mais ênfase durante a década de 90, período no qual os pressupostos neoliberais se expandem e se fortalecem nas instituições bancárias por meio da intensificação de políticas de gestão calcadas em comissionamento, metas, resultados individuais e remuneração variável (COLOMBI; KREIN, 2016). Segundo Jinkings (2009), tais transformações contribuíram para o estabelecimento de uma dinâmica de trabalho pautada na competição e no estímulo a comportamentos individualistas, tendo isso implicado mudança de perfil do bancário, uma vez que passa a se exigir um funcionário multifuncional, polivalente e que esteja focado no cumprimento das metas e resultados estipulados pelos bancos.

Neste sentido, conforme pontua Colombi (2014), a noção de cooperação para os bancários passa a ser entendida como um caminho para elevar o seu rendimento salarial individual ou conseguir ascensão na carreira em detrimento de demandas coletivas e históricas, por exemplo, melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas, que deixam de ser prioridade em prol de demandas individualistas e imediatas. Além do mais, em relação a esta questão, Jinkings (2006, p. 203) salienta que o fortalecimento do

individualismo no ambiente laboral bancário também gerou dificuldades para os sindicatos no que refere às ações de resistência:

As atuais transformações produtivas e suas políticas de gestão, que cultuam o individualismo nos locais de trabalho, que coagem os trabalhadores a aderir incondicionalmente às estratégias de lucratividade das empresas, abalam as possibilidades de resistência e de organização sindical nos bancos.

Como podemos observar, as transformações provenientes do avanço da doutrina neoliberal geraram diversos desdobramentos nas instituições bancárias, abrangendo questões como políticas de gestão, organização e dinâmica do trabalho, que, de uma forma ou de outra, contribuíram para reforçar a concepção egocêntrica do trabalhador. Ou seja, o fato de o bancário apresentar um comportamento mais individualista a partir da conjuntura histórica em análise não pode ser tratado como algo naturalizado, mas, sim, proveniente de um conjunto de mudanças que, quando analisadas conjuntamente e a partir do seu contexto histórico, nos permite compreender a condição de existência de tal enunciado. Nesse sentido, para compreendermos a condição de emergência do enunciado do individualismo, é necessário que o analisemos a partir do jogo enunciativo o qual ele pertence, sendo esse constituído também por outros enunciados, como citado anteriormente.

Por outro lado, Colombi (2014), ao estudar a atuação do SINBF durante os anos 2000, evidenciou que as transformações abordadas no parágrafo anterior também trouxeram implicações para as negociações coletivas realizadas pelo Sindicato ao longo deste período, na medida em que ele adotou frentes de ação atreladas a questões de caráter econômico, como os reajustes de salário e remuneração variável, no sentido de alcançar maior representatividade diante dos bancários. Complementar a isso, tais observações também foram evidenciadas ao desdobrarmos a Charge 11 e analisarmos a edição 5987 da FB, haja vista que, dentre as prioridades escolhidas pelos bancários para a Campanha Unificada de 2016, as mais votadas foram o aumento real do salário (81%) e a elevação da PLR (88%). Ademais, tendo em vista o quadro 7, mencionado anteriormente, estas prioridades estão entre as mais votadas no período de 2012-2016, o que demonstra a prevalência das demandas econômicas. Isso reflete também a manutenção das escolhas associadas a questões econômicas imediatas e de caráter individual que foram constatadas por Colombi (2014).

Outro aspecto importante consiste no fato de que o enunciado do individualismo ao se fazer presente nas pautas das negociações coletivas do SINBF contrasta com o enunciado defendido pela narrativa discursiva do Sindicato, pois essa se ampara na ideia de mobilização coletiva e na luta pelos interesses coletivos da categoria, como a melhoria das condições de trabalho e dos direitos trabalhistas. Assim, podemos constatar a presença de enunciados provenientes de discursos díspares na representação sindical, o que consiste na formação de um campo de concomitância.

Todavia, o posicionamento do Sindicato em coadunar com o caráter individualista das demandas dos bancários, como ressalta Junckes (1999), consistiu no caminho encontrado por ele para enfrentar as transformações e dificuldades geradas pela reestruturação do mercado financeiro e pelo avanço das medidas neoliberais. Isto demonstra a necessidade de analisarmos uma instituição a partir das relações de poder que a circundam e não o contrário, como ressaltado por Foucault (1995). Tendo em vista isso, para que possamos compreender as ações e a representação do SINBF no contexto em análise, foi preciso considerar as dinâmicas e as relações de poder provindas do mercado financeiro, pois essas impactaram diretamente o comportamento e o perfil dos bancários e, por conseguinte, as estratégias de ação do Sindicato, como foram abordadas ao longo do texto.

Um ponto que merece atenção é que ao longo das análises do jornal *Folha Bancária*, durante o período de 2012 a 2017, evidenciamos que as *Campanhas Nacionais Unificadas* foram, de certo modo, eficazes do ponto de vista econômico, uma vez que as negociações coletivas obtiveram ganhos significativos ao longo dos anos para a categoria, por exemplo, aumento real de 21,85% e 50,1 no piso salarial entre 2004 e 2017, assim como aumentos acima da inflação em relação ao vale-alimentação e vale-refeição. No entanto, conforme ressalta Soares (2016), este resultado econômico precisa ser problematizado, na medida em que não foram evidenciados resultados expressivos no que se refere às questões relacionadas às condições e relações de trabalho, por exemplo, assédio moral, metas abusivas, adoecimento físico e psíquico dos bancários, entre outras. Tal questão será abordada com mais detalhes na próxima temática deste percurso semântico.

Delineadas as considerações analíticas acerca da Charge 11, daremos prosseguimento à temática das negociações coletivas a partir da Charge 12. Nesta charge, o tema abordado consiste na Participação nos Lucros e Resultados (PLR), mais especificamente a campanha *PLR sem IR*, que implicou a conquista da isenção total de imposto de renda (IR) para os trabalhadores que recebem até R\$ 6.000,00 de PLR. Uma das principais bases argumentativas da campanha consistiu no questionamento de que os dividendos (parcelas dos lucros) pagos pelas empresas aos acionistas são isentos de IR, em contrapartida, a parcela do lucro recebida pelos trabalhadores através da PLR é passível de tributação.

Esta campanha teve início em novembro de 2011 e contou com a participação de entidades sindicais representativas de várias categorias profissionais, como os bancários, urbanitários, petroleiros, metalúrgicos, químicos e eletricitários, que juntos conseguiram coletar 200 mil assinaturas de trabalhadores, sendo 117 mil somente da categoria bancária, o que reflete, portanto, o apoio de parcela significativa dos bancários. Neste sentido, a partir destas assinaturas, foi possível criar a Medida Provisória nº 597/2012 (MP), sendo essa apresentada no plenário da Câmara Federal pelo deputado Ricardo Berzoini do PT. Após aprovada pelo Congresso Federal, esta MP foi sancionada pela, então, presidenta Dilma Rousseff em dezembro de 2012.

Importante enfatizar que ao longo da campanha *PLR sem IR*, o SINBF realizou uma ostensiva divulgação sobre esta mobilização. Para termos uma ideia, entre 2012 e 2013, este tema foi abordado em 42 edições da FB, seja por meio de matérias, editoriais ou charges. Tamanha cobertura e empenho diante desta campanha demonstram a importância deste tema para a agenda sindical, da mesma forma que confirmam as evidências apontadas em outras pesquisas (COLOMBI; KREIN, 2016; JUNCKES, 2009), isto é, de que as questões econômicas têm ganhado muito destaque nas pautas de reivindicação do Sindicato.

Tecidas estas observações introdutórias sobre o tema em questão, partimos para a análise da Charge 12. Como podemos observar, a charge é dividida em dois quadrantes, sendo que no primeiro há quatro personagens, possivelmente bancários, que dialogam sobre o valor da PLR que receberam e a forma como gastarão o dinheiro. Referenciando-nos em Barthes (1990), tendo em vista a mensagem denotativa do

primeiro quadro, é possível constatar a representação de personagens sorridentes e felizes na imagem. Além disso, a partir da leitura da mensagem verbal presente nos diálogos, é plausível afirmar que sem o complemento do texto não conseguiríamos compreender o sentido da representação imagética. Associado a isso, a linguagem verbal também nos permite constatar que a felicidade e o bom humor dos personagens são provenientes do recebimento do valor correspondente à PLR.

Figura 16: Charge 12



Fonte: *Folha Bancária* – Edição 5627, fevereiro de 2013.

No entanto, ao analisarmos a representação imagética dos personagens a partir de uma leitura conotativa, identificamos uma questão simbólica e cultural que está associada à sociedade capitalista, isto é, à premissa de que o dinheiro traz felicidade, bem-estar ou satisfação. Há também um código semântico relacionado à questão de gênero, haja vista que os personagens ao descreverem o destino pretendido para o valor da PLR reproduzem alguns estereótipos e padrões normativos que são atribuídos socialmente aos homens e às mulheres. Por exemplo, os homens irão investir na aquisição de um apartamento ou carro, passando, assim, a ideia de independência e *status*, na devida ordem. De outro modo, as mulheres são representadas como aquelas que pensam na educação dos filhos e em investir o dinheiro para se resguardar de possíveis contratempos futuros, ou seja, ações que remetem, respectivamente, ao padrão social normativo em torno da maternidade, assim como de uma pessoa cautelosa ou insegura quanto ao futuro.

Dando continuidade à análise da Charge 12, no último quadro da arte gráfica a mininarrativa é finalizada com os quatro personagens se dirigindo verbalmente a um leão, que tem a sua boca vedada com um pano e traz estampada em sua barriga a sigla IR,

lembrando que a figura do leão é tradicionalmente utilizada como símbolo³⁹ para se referir à cobrança de imposto de renda por parte da Receita Federal. Ademais, esta representação imagética do leão refere-se à Campanha *PLR sem IR*, que conseguiu a isenção tributária para valores de PLR de até R\$ 6.000,00. Dessa maneira, a partir da análise da Charge 12, podemos supor que o intuito do chargista foi construir uma mini-narrativa que demonstrasse a satisfação e aprovação dos bancários para com a PLR e com a conquista obtida por meio da campanha apoiada e coordenada pelo Sindicato.

No que diz respeito aos enunciados possíveis de serem extraídos da Charge 12, o primeiro enunciado que iremos abordar refere-se à remuneração variável. Segundo Martins (2000), dentre os vários tipos de remuneração variável praticadas nas empresas, a PLR é um dos mais conhecidos e difundidos, sendo ela constituída no contexto de expansão do neoliberalismo na década de 1990, com o intuito de possibilitar que as empresas conseguissem maior participação e comprometimento dos trabalhadores em relação às suas estratégias e propósitos gerenciais, na medida em que, quanto maior fosse o lucro da empresa, maior seria a remuneração variável do trabalhador.

Além disso, para este mesmo autor, a PLR é um caminho bastante conveniente para as empresas, pois a remuneração neste caso não é suscetível de encargos trabalhistas e sociais. No entanto, segundo Colombi e Krein (2016, p.484), a PLR traz algumas implicações questionáveis para a classe trabalhadora, uma vez que divide “(...) os riscos do negócio com o trabalhador, pois vincula parte da remuneração ao desempenho do bancário e da instituição”. Somado a isso, para estes mesmos autores, a PLR da mesma forma que remunera e concede poder de compra ao trabalhador no curto prazo também o abstém de direitos a médio e longo prazo, por exemplo, a contribuição para a aposentadoria e o Fundo de Garantia.

Contudo, apesar de a PLR estar relacionada ao enunciado da remuneração variável e, por conseguinte, ao jogo enunciativo e aos interesses do capital, o posicionamento adotado pelo SINBF em relação a este tema nas Campanhas Unificadas entre 2012 e 2016 é mais propositivo do que de enfrentamento, na medida em que as negociações coletivas foram pautadas na concepção de que a PLR funciona como um instrumento

³⁹ Para mais informações sobre este assunto acesse: <<http://economia.ig.com.br/2018-03-12/imposto-renda-leao-simbolo.html>>

que integra os interesses do capital e do trabalho. Ou seja, o fato de a PLR ser considerada, por grande parte dos bancários, uma renda complementar a remuneração fixa e uma temática prioritária para compor a pauta de negociação coletiva implicou a adoção de uma estratégia de representação por parte do SINBF que não priorizou o debate crítico em torno da PLR e dos seus desdobramentos nas condições de trabalho e nos direitos trabalhistas da categoria. Assim, ao longo deste período, a prioridade do Sindicato consistiu em lutar por melhorias nas regras de distribuição da PLR, como foi evidenciado a partir da análise das reportagens vinculadas na FB e das Convenções Coletivas de Trabalho firmadas entre 2012 e 2017.

Vale ressaltar também que o Sindicato, ao abordar o tema da PLR como um instrumento que agrega os interesses do capital e do trabalho e desenvolver ações que fortalecem essa concepção, acaba sendo conveniente com algumas políticas de gestão utilizadas pelos bancos, como a remuneração variável. Nesse sentido, este posicionamento do SINBF apresenta uma incongruência, haja vista que concomitantemente ele atende ao anseio dos bancários por uma renda complementar obtida por meio da PLR e contribui para a manutenção da precarização do trabalho no ambiente laboral. Isso porque, conforme aponta Jinkings (2001; 2006), a despeito de a narrativa discursiva dos bancos sustentar que a remuneração variável consista em uma política de gestão participativa e democrática, o seu verdadeiro intuito é funcionar como um mecanismo de poder e instrumento coercitivo na relação laboral, visando tornar o trabalho bancário mais disciplinado, eficiente e produtivo. No entanto, ainda segundo a mesma autora, o caminho para se alcançar a eficiência e a produtividade almejada pelos bancos tem um alto custo para os bancários, pois implica aumento da intensidade do trabalho e da pressão por metas e resultados, podendo desdobrar-se, também, para o desenvolvimento de doenças físicas ou psíquicas.

Assim, tendo em vista a concepção de que as relações de poder não são possíveis sem a existência de múltiplos pontos de resistência, como assinala Foucault (1985), a capacidade do Sindicato em organizar e coordenar mobilizações, como a Campanha *PLR sem IR*, e de angariar melhorias para a categoria relacionadas a reajustes salariais e à PLR evidencia que não há uma dominação do poder provindo do mercado financeiro no que se refere à prática sindical. Por exemplo, o fato de o SINBF e outras entidades sindicais conseguirem se organizar e mobilizar com o intuito de alterar a regra de

tributação incidente na PLR evidencia uma ação de resistência através de uma via que extrapola o contexto da negociação coletiva entre capital e trabalho.

Outro ponto que chama a atenção é que as práticas do SINBF evidenciam que os mecanismos de poder do mercado conseguem afetar significativamente a sua representação sindical, por exemplo, a postura mais propositiva em relação à PLR. Por fim, referenciando-nos na ideia de poder e liberdade proposta por Foucault (1995), a leitura em torno da relação de poder entre o Sindicato e os bancos, quando analisada como um confronto ou oposição, limita o nosso olhar analítico, haja vista que se trata de uma relação agonística, marcada por uma “incitação recíproca e de luta”, assim como permeada por pontos de resistência e jogos de poder.

Tecidas as análises das duas charges referentes ao tema negociações coletivas, iremos nos debruçar, a seguir, na temática das condições de trabalho, sendo essa composta por duas charges. A primeira charge aborda a relação entre a tecnologia e o desemprego no setor bancário e a segunda explora a questão do assédio moral no ambiente laboral.

6.3.2 Condições de trabalho: alguns desdobramentos da reestruturação do sistema financeiro no ambiente laboral

As atuais condições de trabalho no setor bancário derivam, em grande parte, do processo de reestruturação do sistema financeiro que transcorreu durante os anos 90 no Brasil, sendo esse um período histórico marcado por profundas e significativas mudanças no processo de acumulação do capital. Associado a isso, segundo Jinkings (2001) e Segnini (1999), as transformações provenientes da reestruturação, sumariamente, estavam ancoradas na ampliação da terceirização, nos processos de fusões, incorporações e privatizações de instituições financeiras e nas inovações tecnológicas. Cada uma destas questões, a sua maneira, contribui para o entendimento de alguns fatores que apresentam relação com as condições de trabalho, como as políticas de gestão dos bancos, a constituição de um novo perfil de trabalhador bancário, a redução da empregabilidade no setor, a precarização do trabalho, as condições de saúde da categoria, entre outros pontos relevantes.

Deste modo, a partir da análise das duas charges selecionadas para compor a temática das condições de trabalho, abordaremos alguns dos aspectos supracitados. No que diz respeito à primeira charge, a Charge 13, ela aborda em seu conteúdo a relação entre a tecnologia e o desemprego no setor bancário. Esta charge foi publicada na edição 5781 da FB em julho de 2014, e o seu conteúdo dialoga com a matéria de capa do jornal intitulada “Tecnologia bancária: bom para quem?”. O conteúdo desta reportagem refere-se a uma edição do programa *MB com a Presidenta*, na qual a presidenta do SINBF entrevistou dois pesquisadores que trabalham com a temática da inovação tecnológica bancária.

Figura 17: Charge 13



Fonte: *Folha Bancária* – Edição 5781, julho de 2014.

De outro modo, a mini-narrativa da Charge 13 traz em seu primeiro quadrante o diálogo entre dois personagens, possivelmente bancários, que estão na janela de uma agência bancária e uma mulher caracterizada como robô, que possui estampada a palavra tecnologia na parte frontal de seu corpo. A mensagem verbal presente no diálogo dos personagens complementa e dá sentido à imagem. Ademais, o diálogo entre estes personagens finaliza-se no segundo quadrante, sendo que neste momento da mini-narrativa um terceiro personagem torna-se visível, sendo ele o homem das cavernas, que traz estampada em sua roupa a palavra desemprego, assim como está de mãos dadas com a mulher robô.

Neste sentido, supomos que a intenção do chargista foi construir uma mini-narrativa pautada na ideia de que a tecnologia e o desemprego andam de mãos dadas, quer dizer, onde a tecnologia estiver presente, o desemprego também poderá está. Interessante notar que o chargista utiliza duas metáforas visuais para representar imagetivamente

estes dois personagens. A primeira relaciona a tecnologia a um robô, que remete ao significado de modernidade, inovação, informatização e progresso. De outra maneira, o desemprego é associado ao homem das cavernas, sendo esse ilustrado com traços faciais e corporais hiperbólicos, arcaicos e grotescos, da mesma forma que remete à ideia de algo pré-histórico e anacrônico. Sendo assim, a mini-narrativa da charge tem um *script* de leitura que não apresenta uma decodificação automática, ou seja, a compreensão da divergência entre as metáforas visuais e os códigos semânticos relacionados a ela demanda ao leitor o conhecimento de certos saberes, como o simbólico e o histórico.

Outro aspecto relevante na Charge 13 refere-se à fala do bancário no segundo quadrante, em que ele diz “(...) mas ele fica aí fora!!!”. Este trecho reflete o posicionamento favorável do bancário à entrada da tecnologia no banco, desde que o desemprego não entre também. Relacionado a isto, tendo como referência a edição da FB em que a charge foi publicada, não identificamos evidências no corpo textual do jornal de que o posicionamento institucional do Sindicato coaduna a afirmação do personagem da charge. Porém, ao assistirmos a entrevista que foi citada no início do texto, foi possível constatar que o SINBF não apresenta uma narrativa contrária à tecnologia, mas sim que a sua implementação não seja favorável somente para os bancos, como também para os trabalhadores e para sociedade. Dito isto, cabe ressaltar que aprofundaremos esta questão no decorrer do texto, quando formos analisar os enunciados extraídos da Charge 13.

Realizada a análise em torno dos elementos verbais e imagéticos da Charge 13, caminharemos, a seguir, para o exame do enunciado da inovação tecnológica, sendo este visível no conteúdo da charge em estudo. A presença da tecnologia no setor bancário acentua-se a partir das décadas de 1980 e 1990 com o processo de reestruturação tecnológica, que consistiu no desenvolvimento de inovações de base microeletrônica e sistemas de informação, gerando profundas transformações na gestão e organização do processo de trabalho e nas práticas laborais (JINKINGS, 2001). É nesta conjuntura histórica que o enunciado da inovação tecnológica emerge e se difunde. Ademais, tendo em vista a perspectiva foucaultiana, a análise e a compreensão deste enunciado demanda um olhar analítico que abranja e explore as suas margens e as suas relações com os diferentes espaços enunciativos que o circundam, pois, desse

modo, conseguimos abarcar diferentes narrativas acerca da inovação tecnológica no segmento bancário.

Neste sentido, é importante desnaturalizarmos o olhar acerca da inovação tecnológica, ou seja, é preciso problematizar a concepção de que a tecnologia é sempre um sinônimo de avanço e progresso, uma vez que, dependendo da maneira como se estabelece a sua apropriação por parte das organizações, ela poderá atender a determinados interesses e relações de poder em detrimento de questões de cunho social, por exemplo. Assim sendo, o fato de significar evolução e desenvolvimento para uns não necessariamente significará para outros.

Deste modo, ao desdobramos a Charge 13 e direcionarmos o nosso olhar analítico para o espaço enunciativo associado ao Sindicato, foi possível evidenciar que o enunciado da inovação tecnológica é abordado a partir de um viés crítico, haja vista que as charges, as matérias do jornal FB e as demais mídias de comunicação da entidade têm como enfoque problematizar acerca das implicações da tecnologia para a sociedade, tendo como agenda as condições e relações de trabalho nos bancos, o desemprego tecnológico e os efeitos perversos para os clientes. Além do mais, a narrativa do SINBF parte do pressuposto de que a tecnologia é algo que está relacionado com o cotidiano das pessoas e como parte das mudanças vivenciadas pela sociedade, tratando-se, portanto, de um processo de transformação complexo e inevitável. Diante disso, o debate e as mobilizações promovidas por esta entidade sindical em relação a este tema não se fundamentam em um posicionamento contrário à inserção da tecnologia no serviço bancário, mas sim em como evitar que isso ocorra de forma unilateral por parte dos bancos, que ignoram, em grande medida, os desdobramentos para os demais atores envolvidos neste processo, a saber, os bancários e os clientes.

Nesta perspectiva, diante das dificuldades do Sindicato em lutar contra o acelerado processo de inovação tecnológica, a sua estratégia de resistência foi mais propositiva do que combativa, tendo em vista que o setor bancário é o que mais investe em TICs, como apontou recente pesquisa da FEBRABAN (2017). Além do mais, ainda segundo esta pesquisa, a tendência é que as transações financeiras sejam cada vez mais realizadas por meios digitais (*smartphones*; internet) e, por conseguinte, o número de agências físicas diminua significativamente.

Para a FEBRABAN (2017), tal processo implicará o “banco digital”, isto é, diante de um cenário em que a internet e o *mobile banking* serão os principais canais de transação financeira e os processos automatizados e digitalizados, as agências físicas serão reduzidas drasticamente e aquelas que forem mantidas serão apenas a caráter consultivo e complementar aos meios digitais. Por fim, vale pontuar que, de acordo com Jinkings (2006), uma das principais implicações da inclusão das TICs nos bancos é o fechamento gradativo de postos de trabalho, principalmente em cargos como o de tesoureiro, caixa e escriturário, na medida em que tarefas e funções antes executadas pelos bancários passam a ser realizadas pelo próprio cliente por meio do atendimento remoto e autoatendimento (caixas eletrônicos; celulares).

Em virtude disso, uma questão que foi defendida pelo Sindicato calca-se na ideia de que é preciso pensar na realocação e requalificação dos bancários que perderam o emprego devido à tecnologia, ao invés de combater a inovação tecnológica. Tal questão pôde ser evidenciada ao analisarmos os jornais da FB durante o ano de 2016, visto que na *Campanha Nacional Unificada* deste ano foi aprovada por meio de Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) a criação por parte dos bancos dos Centros de Realocação e Requalificação Profissional⁴⁰, sendo as regras destes Centros definidas entre os bancos e os representantes do Sindicato. O objetivo principal destes Centros é evitar o desemprego tecnológico entre os bancários por meio da qualificação e treinamento deles para novas vagas ofertadas pelos bancos. Ademais, é importante frisar que a despeito de esta medida significar algo concreto ela, ainda, não apresentou medidas significativas na prática.

Vale ressaltar que esta estratégia de resistência do Sindicato não é algo naturalizado ou ao acaso, uma vez que boa parte dos subsídios que a constituem são provenientes, principalmente, do centro de pesquisa da Faculdade 28 de Agosto, que é mantido pelo SINBF e tem o seu corpo docente formado por professores e pesquisadores doutores e com expressiva formação acadêmica. Tal evidência foi possível a partir da análise de algumas reportagens da FB (edições: 6082; 6101) e da entrevista concedida em 2017

⁴⁰ *Link* de acesso à cláusula de criação de Centros de Realocação e Requalificação profissional: <<http://spbancarios.com.br/08/2017/aprovada-clausula-de-criacao-de-centros-de-realocacao-e-requalificacao-profissional>>

pela presidenta do Sindicato para o *site* Rede Brasil Atual⁴¹, em que ela aponta a importância das pesquisas elaboradas pelos pesquisadores do SINBF e o fato de elas serem referência para se pensar as ações do Sindicato relacionadas ao tema tecnologia.

Por outro lado, se analisarmos o enunciado da inovação tecnológica a partir do espaço enunciativo que coaduna com os interesses e o regime de verdade das instituições bancárias, como a FEBRABAN, a narrativa legitimada por esta instituição está associada a uma leitura estritamente progressista da tecnologia bancária, em que ela é abordada como sinônimo de inovação, praticidade, segurança, desenvolvimento, revolução e eficiência. Isto está evidente na 25ª edição da *Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária 2017*, em que foram apresentados os dados relacionados aos investimentos dos bancos em tecnologia, percentuais de transações realizadas por meios digitais e agências físicas, tendências para o setor, projeções futuras para o setor bancários, entre outros aspectos.

Neste sentido, a FEBRABAN ao se posicionar desta forma está cumprindo o seu papel institucional perante os bancos, ou seja, nos referenciando em Foucault (2007), as ordens do discurso que controlam e estabelecem as regras deste espaço enunciativo formam os objetos dos quais falam. Sendo assim, perante a trama de relações e de interesses que circunda a FEBRABAN, não lhe interessa problematizar ou questionar as implicações inerentes à implantação da tecnologia nos bancos, uma vez que a sua missão consiste em representar os seus associados e “fazer ver e fazer dizer” somente as questões que estejam dentro da ordem do discurso deste dispositivo institucional.

Cabe salientar que o nosso intuito ao tecer este paralelo entre os espaços midiáticos atrelados ao SINBF e aos bancos não foi construir a ideia de que há um discurso falso e outro verdadeiro ou uma relação antagônica entre eles. O que buscamos, de fato, foi demonstrar que a narrativa discursiva de cada um destes espaços deve ser compreendida como prática social, assim como proveniente de um conjunto de elementos discursivos e não discursivos que são operacionalizados no interior das suas relações de poder.

⁴¹ Este portal é mantido pela CUT e possui o apoio de vários sindicatos, como o SINBF e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. *Link* de acesso à entrevista:
<<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/08/tecnologia-no-setor-bancario-aumenta-lucro-causa-demissoes-e-nao-reduz-tarifa>>

Enfim, ao mesmo tempo em que o discurso destes espaços enunciativos funciona como um instrumento de poder, ele também é um efeito do poder, como assevera Foucault (2001, p.465): “poder não está, pois, fora do discurso. O poder é algo que funciona através do discurso, porque o discurso é, ele mesmo, um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder”.

Uma vez analisada a Charge 13 e os seus desdobramentos, abordaremos na sequência a Charge 14, que trabalha em seu conteúdo a questão do assédio moral no ambiente de trabalho. Esta charge foi publicada em 2016 na edição 5938 da FB, que trouxe como matéria jornalística de capa um balanço referente aos direitos conquistados pelos bancários por meio das convenções coletivas de trabalho. Por sua vez, a Charge 14 aborda um desses direitos, que consiste no canal de denúncias “Assuma o Controle⁴²”, que foi criado pelo Sindicato em 2010, com o intuito de receber reclamações relacionadas a casos de assédio de moral, pressão por metas e outras ações abusivas que possam ocorrer no cotidiano do trabalho. Vale ressaltar que a concepção de assédio moral tida como referência pelo SINBF parte do pressuposto de que ele é praticado pelos chefes contra os seus subordinados, sendo o assédio definido como uma exposição recorrente e prolongada dos funcionários a situações marcadas por humilhação e constrangimento, ao longo da jornada de trabalho e no exercício de suas funções (SINBF, 2018).

Figura 18: Charge 14



Fonte: *Folha Bancária* – Edição 5938, janeiro de 2016.

No tocante à mini-narrativa desta representação chárstica, ela está dividida em três quadrantes, e no primeiro podemos observar a presença de dois personagens, sendo uma

⁴² Para mais informações sobre o “Assuma o Controle” acessar: <<http://spbancarios.com.br/denuncias>>

mulher e um personagem que apresenta traços caricatos. A partir de um olhar denotativo em torno dos elementos imagéticos deste primeiro quadro, constatamos que o ambiente retratado na imagem remete a um escritório, tendo em vista a mobília do local e a vestimenta social da personagem representada pela mulher, que, possivelmente, é uma bancária. O outro personagem é simbolicamente representado com os traços característicos do diabo, como os chifres, a cauda, o punhal, a cor de pele vermelha, o corpo hiperbólico e o fogo. Tal personagem traz estampado no fogo que sai de sua boca a palavra assédio, o que nos permite concluir que o chargista por meio da metáfora visual, associa o assédio à figura simbólica do diabo.

Referenciando-nos em Barthes (1995), a mensagem conotativa em torno da imagem do diabo apresenta vários signos e códigos semânticos, como a representação da força do mal e do inferno. Ou seja, tendo em vista o saber Cristão, o diabo é o personagem que representa oposto da figura de Deus, da força do bem e do céu. Dessa maneira, a intenção do chargista ao propor esta metáfora consistiu em atribuir à pessoa que comete o assédio moral os aspectos simbólicos e negativos que caracterizam o diabo. Associado a isso, tendo em vista que para o Sindicato o assédio é praticado pelos chefes, o personagem diabo está se referindo, portanto, a um determinado chefe.

Dando sequência à análise da Charge 14, no segundo quadrante ocorre um diálogo entre a mulher e o diabo. A mensagem verbal expressa pela bancária exerce a função de *relais* (BARTHES, 1990), uma vez que não seria possível compreender plenamente a imagem caso ela não estivesse presente na charge. Isso porque, quando a bancária mostra o celular para o diabo, é possível constatar a logo do SINBF na tela do aparelho eletrônico, mas não saberíamos, exatamente, qual foi ação tomada por ela e neste aspecto a mensagem verbal é bastante esclarecedora, haja vista que a bancária afirma claramente ter denunciado a prática do assédio ao Sindicato.

Outro aspecto associado ao segundo quadrante da charge consiste na reação do personagem diabo à ação da bancária, sendo possível observar que ele apresenta um semblante assustado e uma postura mais defensiva e acanhada. Ou seja, a denúncia da bancária o intimidou e o fez ficar receoso e pensativo. Por fim, no último quadro, a intenção do chargista consistiu em reforçar o efeito positivo e intimidador da denúncia realizada pela bancária, estando isso evidente na representação imagética do seu chefe,

que é representado, agora, com os aspectos característicos de um anjo. Isto está claro nos traços constituintes do personagem, ou seja, as asas, a roupa branca, a auréola na cabeça e a harpa. Além disso, mais uma vez o chargista utiliza uma metáfora visual para caracterizar o personagem, o que reforça o potencial comunicativo e sintetizador desta figura de linguagem, que, conforme assinala Motta (2006) e Gombrich (1996), ajudam a organizar e a traduzir a realidade abordada para o leitor.

No entanto, o chargista também utiliza a metáfora visual em outros aspectos da Charge 14. Por exemplo, se observarmos a cor de fundo de cada quadrante veremos que, à medida que a mini-narrativa se desenrola, o tom da cor se torna mais claro, refletindo, assim, as diferentes circunstâncias retratadas. Ou seja, no contexto em que o assédio ocorre, a cor de fundo é a cinza; no momento em que a bancária denuncia o ocorrido ao Sindicato, a cor utilizada é o verde claro; e, por fim, a circunstância em que o personagem diabo passa a ser representado como um anjo a cor de fundo é o amarelo claro. Sendo assim, o chargista utiliza a metáfora do bem e do mal por meio do contraste entre a luz e a escuridão, que, como pontua Gombrich (1995), simbolicamente representa o conflito entre o bem e o mal. Ademais, outra correlação possível é o fato de que, à medida que o assédio deixa de estar presente no ambiente laboral, esse se apresenta como uma atmosfera mais leve e harmoniosa, como é possível evidenciar no último quadrante por meio das flores e da claridade da imagem.

Como podemos observar, a Charge 14 apresenta uma mini-narrativa que visa lembrar o leitor da existência do canal de denúncia “Assuma o Controle”, que apura queixas relacionadas ao assédio. Além disso, a estratégia discursiva do chargista busca convencer o leitor de que este canal é efetivo em suas apurações e que gera resultados significativos nas relações laborais. Cabe salientar que o modo como a charge aborda a questão do assédio passa a impressão de que é algo fácil de enfrentar e resolver, ignorando, sobretudo, a complexidade que circunda tal prática. Não obstante, é preciso que olhemos para esta representação humorística como uma estratégia discursiva que dialoga com o posicionamento e os interesses do Sindicato, sendo que o intento da Charge 14 consiste em legitimar e fortalecer perante os bancários a concepção de que a entidade consegue agir de forma efetiva no combate ao assédio, sendo o canal de denúncia um dos caminhos utilizados para alcançar tal objetivo.

Apresentada a análise dos elementos verbais e imagéticos da Charge 14, partimos para a segunda parte do processo analítico, que consiste em desdobrarmos a charge para, assim, identificarmos alguns enunciados possíveis de serem extraídos de seu conteúdo. Nesse sentido, dois enunciados ocultos estão presentes no conteúdo desta charge, sendo o primeiro referente à organização do trabalho e o segundo a saúde dos trabalhadores bancários. Como veremos na sequência, tais enunciados se complementam, haja vista que para compreendermos o segundo enunciado é preciso que analisemos as formas de organização do trabalho bancário.

Em relação ao enunciado da organização do trabalho, as formas de organizar o trabalho nos bancos mudaram significativamente após a reestruturação do mercado financeiro durante os anos 80 e 90, gerando transformações que vão desde os traços constitutivos dos bancários (polivalência; multifuncionalidade) até a precarização e a intensificação do ritmo de trabalho, visto que aspectos como metas abusivas, pressão, cobranças por resultados, remuneração variável e o assédio moral passaram a serem mais presentes no espaço laboral bancário (SILVA; NAVARRO, 2012; JINKINGS, 2001; 2006).

Neste sentido, de acordo Silva e Navarro (2012), tais mudanças também refletiram na saúde dos trabalhadores desta categoria profissional, uma vez que o percentual de doenças físicas e psíquicas apresentou aumento expressivo após a reestruturação do sistema financeiro, sendo o assédio moral um dos fatores que contribuem para esta realidade. Além disso, segundo Antunes e Praun (2015), apesar de o assédio moral estará presente nos ambientes de trabalho desde períodos que antecedem a reestruturação produtiva, foi a partir desta conjuntura histórica que ele se acentua e torna-se um elemento chave na estratégia de gestão das organizações. Ainda segundo estes autores, isto ocorre porque a organização do trabalho neste contexto de reestruturação é constituída a partir de práticas de gestão que visam alcançar elevados percentuais de produtividade, metas e resultados estratosféricos, o que impõe desafios que superam a capacidade humana de alcançá-los.

Em virtude disso o assédio moral é utilizado pelas empresas como um instrumento de gestão nas práticas laborais, com o intuito de alcançar os elevados índices de desempenho, produtividade, rentabilidade e lucro estipulados pela empresa, assim, o assédio torna-se uma engrenagem desta dinâmica (ANTUNES; PRAUN, 2015). Assim

sendo, tais questões contribuem para a criação de um espaço de trabalho que seja propício à ocorrência de práticas gerenciais calcadas na violência psicológica, pressão, intimidação, coerção, agressividade e humilhação para com os trabalhadores, que são aspectos constitutivos do assédio moral.

Tendo em vista as observações elucidadas, é possível notar que o assédio moral consiste em algo complexo, uma vez que não se trata de um fator isolado ou que ocorra ao acaso, pois ele está imbricado na trama de relações que permeia os processos e a organização do trabalho bancário. Sendo assim, a luta do Sindicato contra o assédio talvez não consista em uma tarefa fácil e trivial como sugerido pela mini-narrativa da Charge 14, ou seja, é preciso averiguar se um canal de denúncia realmente conseguiria produzir resultados significativos no combate ao assédio moral.

Isto se tornou mais evidente ao analisarmos dados e informações relacionadas ao canal “Assuma o Controle”, tendo como referências o jornal FB e a página institucional do SINBF na internet. Não foram localizadas informações que demonstrassem a efetividade desta ferramenta de denúncia entre 2012 e 2017. Por exemplo, o Sindicato não divulgou balanços, indicadores ou análises qualitativas acerca dos resultados obtidos desde que o canal começou a operar em 2010. Além do mais, cabe salientar que também tentamos contato via e-mail e por telefone com Sindicato, com intuito de levantar algumas informações mais esclarecedoras, porém não obtivemos êxito.

Deste modo, a única informação contundente a que tivemos acesso consiste na fala de um ex-secretário de saúde do SINBF, que em entrevista para a FB (edição 5930⁴³-Dezembro de 2015) apontou o fato de que entre 2011 e 2015 a maioria das denúncias no canal referia-se às metas abusivas e que elas apresentaram aumento significativo ao longo deste período. Além disso, sobre os aprimoramentos do canal de denúncia, foi possível identificar alguns deles por meio da análise do jornal FB e das Convenções Coletivas de Trabalho (CCT). A primeira medida ocorreu durante a *Campanha Unificada Nacional* de 2013, em que o prazo de retorno dos bancos sobre as denúncias foi reduzido de 60 para 45 dias. E no ano seguinte, durante a Campanha Unificada, o canal também passou a receber queixas relacionadas à cobrança abusiva de metas.

⁴³Para ter acesso ao jornal, acesse o link: <<http://spbancarios.com.br/folha-bancaria>>.

Neste sentido, o fato de o Sindicato ocultar informações acerca deste canal de denúncia permite-nos suscitar algumas problematizações e questionamentos. Por exemplo, este cenário aponta para uma incongruência entre a narrativa que foi defendida na Charge 14 e os subsídios fornecidos pelo Sindicato sobre a ferramenta “Assuma o Controle”, haja vista que não há dados, indicadores ou informações sobre as denúncias no período de 2012 a 2017, que nos permita evidenciar a sua efetividade no combate ao assédio moral e às metas abusivas. Além disso, considerando que os bancos consistem em um dos setores da economia mais favoráveis ao desenvolvimento de doenças ocupacionais (CUT, 2014) e que 66% dos bancários afirmam já ter sofrido assédio moral no local de trabalho (MPT, 2013), tais dados demonstram a importância de se combater o assédio moral e as metas abusivas de forma incisiva e transparente, sendo tais práticas uma das principais causadoras das doenças ocupacionais nos bancos.

Por fim, a opção do Sindicato em ocultar os dados relacionados às denúncias recebidas pelo “Assuma o Controle” fragiliza a narrativa de que este canal consiste em um mecanismo de resistência efetivo. Não obstante tal ferramenta de denúncia ser uma medida concreta e que reflete o poder de negociação da entidade sindical perante os bancos, é plausível problematizarmos a falta de subsídios que evidenciem resultados visíveis e significativos em relação aos seus desdobramentos, por exemplo, a punição dos atores praticantes do assédio; série histórica do número de denúncias recebidas, analisadas e concluídas; relação do número de denúncias por banco; a capacidade de combater as metas abusivas no espaço de trabalho, entre outras. Sendo assim, diante deste cenário, é possível inferir que os indícios de que este canal seja apenas uma forma de resistência velada e sem resultados significativos na prática se fortalecem.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegarmos a esta etapa da pesquisa significa que equívocos, dificuldades, inquietações, e dúvidas enfrentadas ao longo do seu processo de construção foram, parcialmente, superadas. Decerto, um percurso de muito aprendizado e reflexões, sendo marcado por dilemas e várias definições e redefinições no tocante às escolhas teórico-metodológicas. Cabe ressaltar, também, que o fato de esta dissertação apresentar em seu conteúdo alguns procedimentos metodológicos e referenciais teóricos não denota que trilhamos percursos seguros ou previsíveis, haja vista que os caminhos percorridos foram sendo construídos no decorrer da própria caminhada. Ademais, como assevera Rey (2005), a pesquisa qualitativa vai muito além do que simplesmente seguir um conjunto de regras ou etapas organizadas e estruturadas, na medida em que ela consiste em um processo que está em constante mudança ao longo do seu desenrolar, assim como propõe desafios e instiga a capacidade de reflexão teórica e a criatividade do pesquisador.

Posto isto, é válido rememorar o objetivo a qual nos propusemos nesta dissertação, que consistiu em analisar como o discurso humorístico nas charges do jornal *Folha Bancária* evidencia as práticas do Sindicato dos Bancários de São Paulo durante o período de 2012 a 2017. Em relação aos dois objetivos específicos que nortearam esta pesquisa, eles consistiram em: 1) investigar se o humor enquanto estratégia discursiva na charge é capaz de revelar incongruências nas práticas do Sindicato; 2) analisar se ações de resistência do Sindicato podem ser desveladas ou constituídas por meio do discurso humorístico da charge;

A partir da análise das charges selecionadas, constatamos que elas consistem em uma estratégia de comunicação que difere significativamente dos demais instrumentos comunicacionais utilizados pelo Sindicato, haja vista que os recursos cognitivos (verbais e visuais) que as constituem permitem abordar, difundir e revelar diversas práticas do Sindicato, de maneira peculiar e díspar, em relação a outros formatos de comunicação, por exemplo, o jornal ou boletim. Isto ficou mais evidente em situações nas quais o mesmo acontecimento ou tema era abordado, concomitantemente, nas charges e no jornal *Folha Bancária*, pois, a despeito de tratarem da mesma temática ou fato, a perspectiva de leitura e a abordagem oferecidas ao leitor eram bastante distintas em cada modalidade comunicacional. Sendo assim, tendo em vista que a charge consiste

em um gênero humorístico discursivo (TRAVAGLIA, 2015), as evidências supracitadas reforçam o posicionamento de Possenti (2010), isto é, de que o humor pode ser considerado um campo discursivo diferente dos demais, na medida em que ele apresenta uma ordem discursiva e um conjunto de regras que regulamentam e organizam as suas narrativas, o que implica uma produção discursiva que concede ao pesquisador dados empíricos e analíticos singulares.

Também evidenciamos que o discurso humorístico nas charges da FB expõe as críticas e as posições provindas do Sindicato, seja em relação a acontecimentos ou a indivíduos, de forma criativa, inteligente, irônica e satírica, utilizando como suporte, principalmente, as figuras de linguagem (metáfora; ironia) e os recursos e as técnicas de ilustração, por exemplo, a caricatura. Somado a estes pontos, a mini-narrativa da charge consiste em uma produção comunicativa que é pensada e elaborada pelo chargista de forma detalhada e criteriosa, pois os elementos verbais e imagéticos de sua composição não servem apenas para ilustrar ou, simplesmente, compor a representação gráfica, visto que, de modo geral, eles trazem inerentes a eles críticas, ironias, metáforas visuais e verbais, códigos semânticos, aspectos simbólicos e alguns saberes, como o político e o cultural. Além disso, constatamos que a charge apresenta a capacidade de representar temas e assuntos de forma concisa e clara, da mesma forma que utiliza, em alguns momentos, estratégias de persuasão para argumentar ou convencer o leitor acerca de determinado assunto.

Ademais, observamos que os temas abordados nas charges são bastante diversificados, não se restringindo, somente, a questões associadas à relação capital e trabalho ou a temáticas internas ao Sindicato (PLR; condições de trabalho etc.), uma vez que assuntos relacionados à sociedade brasileira são muito explorados nas representações chárgicas, como a cidadania, os direitos humanos e civis, a desigualdade social e racial, entre outros. Esta agenda calcada em temas sociais e de cidadania consiste em uma das medidas que foram adotadas por vários sindicatos brasileiros após a reestruturação produtiva da década de 90 (MIANI, 2016a), sendo conceituada pela literatura como sindicato cidadão. Desse modo, a análise dos dados demonstrou que o SINBF, ainda, mantém temas relacionados à cidadania e às questões sociais em sua agenda, o que evidencia a manutenção da concepção de sindicato cidadão nas práticas do Sindicato.

Outra consideração importante refere-se ao fato de que algumas incongruências relacionadas às práticas de resistência e de poder do Sindicato puderam ser inventariadas e descortinadas a partir da análise do discurso humorístico nas charges e dos enunciados extraídos por meio do seu conteúdo. A primeira contradição observada diz respeito à parceria firmada entre o SINBF e alguns bancos privados para a constituição e manutenção da Fundação Projeto Travessia, estando tal questão oculta na representação chágica e nos registros da *Folha Bancária*. Isso reflete um comportamento paradoxal por parte do Sindicato, visto que ele assume compromisso e parceria com empresas com as quais ele critica contundentemente por meio da sua narrativa, assim como está em constante enfrentamento ao representar os interesses dos bancários.

No tocante à segunda incongruência, ela está relacionada à estratégia empregada pelo SINBF para incentivar a sindicalização dos trabalhadores, sendo essa calcada na lógica do consumo e no atendimento às demandas individuais por meio da oferta de serviços e cursos com descontos. Tal prática implica duas contradições. Primeiramente, incentiva e reforça a construção de uma relação mercantilizada entre o Sindicato e o sindicalizado, o que enfraquece abordagens relacionadas às necessidades coletivas da categoria. No tocante à segunda, ela está associada ao fato de que vários dos cursos oferecidos pelo Sindicato têm por intuito qualificar o bancário de acordo com os parâmetros gerencialistas adotados pelos bancos. Desse modo, o SINBF acaba estimulando e retroalimentando práticas de gestão que ele critica e combate nas mobilizações e em sua narrativa.

Em relação à terceira incongruência, evidenciamos que o Sindicato apresentou posturas diferentes para acontecimentos similares no tocante ao tema da privatização. De forma sucinta, durante as eleições para presidente em 2014, o Sindicato construiu uma narrativa que atribuía ao PSDB à imagem de um partido que defende as privatizações e, em torno disso, tecia críticas e questionamentos acerca das ações dos políticos deste partido relacionadas a esta temática. No entanto, quando a presidenta Dilma, filiada ao PT, anunciou a decisão de que iria abrir o capital da Caixa ao mercado financeiro a abordagem do Sindicato em torno disso foi tímida e discreta. Isso evidencia uma contradição, haja vista que a decisão da presidenta contraria a narrativa de defesa dos bancos públicos defendida pelo SINBF. Além disso, tal acontecimento demonstrou não

apenas uma postura ambivalente por parte do SINBF, mas também ajudou a compreendermos as relações de poder e o jogo enunciativo que sustentou esta posição da entidade sindical, uma vez que analisamos documentos complementares à charge e ao jornal *Folha Bancária*.

A última contradição observada está associada ao canal de denúncia “Assuma o controle”, que foi criado para receber queixas relacionadas ao assédio moral e às metas abusivas no ambiente de trabalho bancário. A narrativa do Sindicato em torno deste canal, tanto na charge analisada como em várias edições da FB, tinha por intento reforçar a sua efetividade enquanto mecanismo de resistência no combate ao assédio e às metas. No entanto, durante a realização da análise das fontes documentais, não identificamos subsídios que confirmassem esta narrativa, o que nos levou a inferir que esta ferramenta de denúncia, a despeito de ser uma medida concreta, pode consistir em uma forma de resistência velada sem resultados significativos.

Por outro lado, é importante ressaltarmos, também, que a charge se configura como uma estratégia de comunicação peculiar e relevante, haja vista que ela se constitui a partir de um arcabouço discursivo marcado pela intertextualidade. Deste modo, a representação chágica faz parte de uma rede discursiva mais ampla e, por isso, desdobramos as charges selecionadas com o intuito de analisarmos alguns documentos que as margeiam, como o jornal na qual foram publicadas, convenções coletivas de trabalho e algumas fontes externas ao Sindicato. Tais análises foram primordiais para o enriquecimento dos dados empíricos desta pesquisa e, por conseguinte, para a análise dos resultados.

Outra constatação importante obtida ao longo da construção desta pesquisa é o fato de que as charges analisadas consistem no resultado de um processo que não necessariamente se inicia no chargista, mas, também, nas relações de poder e nos jogos enunciativos nas quais o Sindicato está envolvido. Dessa maneira, os interesses deste lugar institucional interferem na forma como a charge será construída e na leitura que será feita acerca dos acontecimentos abordados. Assim, apesar de a charge ser uma representação gráfica que leva a assinatura do chargista, o seu conteúdo pode não se restringir somente ao posicionamento individual deste artista.

Vale salientarmos que a construção da analítica desta pesquisa foi, em grande parte, realizada a partir de alguns elementos pertencentes à concepção foucaultiana de discurso e de poder. Nesse sentido, a análise discursiva utilizada nesta dissertação não se pautou nos aspectos linguísticos e nos elementos puramente lógicos e formais que os compõem, uma vez que nos debruçamos nas relações históricas e nas práticas que regem os discursos e os enunciados. Ou seja, o processo analítico deste trabalho considerou a historicidade e as práticas discursivas e não discursivas como elementos fundamentais para deciframos as regras que regem a condição de emergência dos enunciados extraídos das charges. Sendo assim, o nosso intento não consistiu em identificarmos os aspectos determinantes de um dado discurso ou enunciado, mas, sim, em responder “como” e “por que” determinados enunciados e discursos se manifestam em detrimento de outros.

Deste modo, uma das principais contribuições da perspectiva foucaultiana para esta pesquisa consistiu em conceder subsídios analíticos para que conseguíssemos desnaturalizar algumas práticas do Sindicato que, a princípio, se apresentavam como dadas ou naturalizadas. Assim, ao problematizarmos e questionarmos tais práticas, estávamos interessados em suas condições históricas de emergência e nas tramas de relações de poder que as constituem.

Finalmente, acreditamos que esta pesquisa possa contribuir para a área de Estudos Organizacionais de três formas. A primeira está relacionada ao fato de que esta dissertação apresenta um arcabouço teórico constituído de autores e perspectivas de análise que não estão inseridos no *mainstream* da Administração, o que pode contribuir para se pensar novas possibilidades no que tange à elaboração de pesquisas que dialogam com outras áreas do conhecimento. A segunda contribuição está associada ao estímulo para que outros pesquisadores adotem percursos analíticos que não estejam associados à concepção tradicional de método, o que pode colaborar para a formulação de novas leituras e analíticas de pesquisa sobre alguns fenômenos organizacionais, como as relações de poder e as práticas de resistência. Por fim, ter o gênero humorístico charge como fonte de pesquisa é estar em contato não apenas com uma representação gráfica, mas também com uma fonte histórica e uma prática discursiva que permitem abordar temas e acontecimentos de forma peculiar quando comparada a outras fontes.

REFERÊNCIAS

ABDEL-RAHEEM, A. Decoding Images: toward a theory of pictorial framing. **Discourse & Society**, v. 28, n. p. 1-26, 2017.

ABRAMIDES, M. B. C; CABRAL, M. S. R. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 3-10, Mar. 2003.

ARBACH, J. M. I. **O fato gráfico: o humor gráfico como gênero jornalístico. USP/São Paulo.** Tese (Doutorado em jornalismo e linguagem). Universidade de São Paulo, 2007.

ACKROYD, S.; THOMPSON, P. **Organizational Misbehaviour.** London: Sage, 1999.

ANDRADE, A. M.; ARAUJO, B. F. V. B.; SOUZA, A. M. Personalidade, Satisfação e Estilos de Humor no Trabalho. **Teoria e Prática em Administração**, v. 7, n. 1, p. 110-138, 2017.

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo. **Outra travessia revista de literatura**, Ilha de Santa Catarina, n.5. p. 9-16. 2005.

AGÊNCIA BRASIL. **Últimas notícias.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-11/negros-enfrentam-mais-dificuldades-que-negros-no-mercado-de-trabalho-diz-mpt>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

AGOSTINHO, A. T. **A charge.** São Paulo: ECA/USP. Tese (Doutorado em Comunicação). ECA-USP, São Paulo, 1993.

ALBERTI, V. **O riso e o risível na história do pensamento.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ALBERTI, V. Prefácio. In: LUSTOSA, I. **Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais.** Belo Horizonte: editora UFMG, p. 11-22, 2011.

ALCADIPANI, R. **Michel Foucault, poder e análise das organizações.** São Paulo: FGV, 2011.

ALVES, G. Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n.15, p. 111-124, Nov. 2000.

ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da "década neoliberal" (1990-2000). **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 19, p. 71-94, Nov. 2002.

ANTUNES, R. **O novo sindicalismo.** Campinas: editora Pontes, 1995.

ANTUNES, R; SANTANA, M. A. The Dilemmas of the New Unionism in Brazil. Califórnia, **Latin American Perspectives**, n. 5, vol. 41, 2014.

ANTUNES, R. A sociedade da terceirização total. **Revista da ABET**, v. 14. n. 01, p. 06-14, jan./jun. 2015.

ANTUNES, R; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, Sept. 2015.

ANTUNES, R; SILVA, J. B. da. PARA ONDE FORAM OS SINDICATOS? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Cad. CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 511-527, Dec. 2015.

ARAGÃO, O. C. Cartum, do impresso à Internet: narrativa sequencial e humor disjuntivo. **Revista USP**, v. 88, p. 113-121, 2010.

ARAÚJO, I. L. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

BAKHTIN, M. M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BNDES. BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. **PPP, concessão e privatização: quais as diferenças?**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/tipos_deseestatizacao#modalCurtir>. Acesso em 02 fev. 2018.

BARBOSA, L. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil?. **ENAP, Revista do Serviço Público**, 47(3): 59-102, set-dez., 1996.

BARTHES, R. “A retórica da imagem”, In: **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BARROS; CARVALHAL. A imprensa sindical como elemento revelador da territorialização dos sindicatos. **Revista Pegada**, v. 4, n.1, 2013.

BARONAS, R. L.; AGUIAR, G. F. **BAKHTINIANA**. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 165-182, 2009.

BERGSON, H. **O riso: ensaio sobre a significação da comicidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BIAVASCHI, M. B; DROPPA, A. A História da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho: A Alteração na Forma de Compreender a Terceirização. **Mediações**, vol. 16, n. 1, p. 124-141, 2011.

BIRMAN, J. O rei está nu. Contrapoder e realização de desejo, na piada e no humor. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p.175-191, 2010.

BRADNEY, P. The joking relationship in industry. **Human Relations**, 10(2). 179–187, 1957.

BREMMER, J.; ROODENBURG, H (orgs). **Uma história cultural do humor**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BURGERS, C; KONJIN, E; STEEN, G. Figurative framing: shaping public discourse through metaphor, hyperbole, and irony. **Communication Theory**, p. 1-21, 2016.

BURKE, P. Fronteiras do cômico nos primórdios da Itália moderna. In: BREMMER; ROODENBURG (Orgs). **Uma história cultural do humor**. Rio de Janeiro: Ed. Record, p. 93-114, 2000.

CAMPOS, A. G. Sindicatos no Brasil: há possibilidades de transformação e fortalecimento no futuro próximo?. **Mercado de Trabalho**, v. 22, p.73-84, 2016.

CARRIERI, A. P.O humor como estratégia discursiva de resistência: as charges do SINTEL/MG. **Organizações & Sociedade**, v. 11, n. 30, p. 29-48, 2004.

CARMELINO, A. C.; POSSENTI, S. O que dizem do Brasil as piadas? **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, Ed. da Unisul, v. 15, n. 3, p. 415-430, 2015.

CASTRO, C. As transformações no mundo do trabalho e a comunicação sindical In: universidade e Sociedade, São Paulo: **ANDES**, nº 12, fev., 1997.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2004.

CARVALHO, G. Muito além do jornal: a nova imprensa sindical. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**. v. 10. n.1, 256-273, 2013.

CARVALHO, L. O. P.; BRITO, A. L. T.; MOURA, M. B.; CONCEIÇÃO, E. S.; CASTRO, M. A. R. O Ouro Atua Como Hedge ou Valor Refúgio Diante de Desvalorizações da BM & F Bovespa? . **Revista Brasileira de Finanças**, v. 14, n. 4, p. 579-579, 2016.

CAVEDON, N. R.; STEFANOWSKI, F. L. O riso que integra, o riso que separa: identidade organizacional em um sebo de Porto Alegre. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 46, art. 7, p. 137-152, 2008.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). (2014). **Bancários estão entre as categorias que mais adoecem no país**. Disponível em <http://cut.org.br/noticias/bancarios-estao-entre-as-categorias-que-mais-adoecem-no-pais-48ac/> Acessado em: 02 fev. 2018.

CERRADA, J. G. Espanha e França vistas através do humor gráfico espanhol. In: LUSTOSA, I. **Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, p. 341-365, 2011.

COLLINSON, D. L. Engineering humour: Masculinity, joking and conflict in shop floor relations. **Organization Studies**, 9(2), p. 181-199, 1988.

COLLINSON, D. L. Managing humour. **Journal of Management Studies**, 39(3), p. 269-288, 2002.

COLLINSON, D. L., ACKROYD, S. Resistance, misbehavior and dissent. In R. Batt, P. Thompson, & P. S. Tolbert, **The Oxford handbook of work & organization**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

COLOMBI, A. P. F.; **Entre a fragmentação e a ação unificada: uma análise da atuação do Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região durante os anos 2000**. Dissertação de Mestrado. Programa Pós-Graduação em Economia/IE/UNICAMP, 2014.

COLOMBI, A. P. F.; KREIN, J. D.; GEHM, T. C. Trabalho Bancário: o paradoxo entre o avanço na barganha coletiva e a crescente insegurança. **Revista da ABET**, v. 13, n. 1, p. 1-22, 2014.

COLOMBI, A. P. F.; KREIN, J. D. As mudanças no sistema financeiro e as estratégias da ação sindical: o caso do sindicato dos bancários de são paulo. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 469-494, Aug., 2016.

COOPER, C. Elucidating bounds of workplace humor: a relational process model. **Human Relations**, n. 61, p. 1087-1116, 2008.

COSTA, M. R. M. O corpo do manifestante das Jornadas de Junho de 2013: a charge e o editorial da Folha de São Paulo. **Galáxia (São Paulo)**, São Paulo, n. 33, p. 158-170, Dec. 2016.

CRUZ, H; de F. Comunicação popular e trabalhadores: redes de comunicação e impressos dos movimentos sindicais e populares de São Paulo – 1970/1990. **Projeto História**. São Paulo, PUC/SP, n° 48, s/p, dez. 2013.

DAVIES, C. Cartuns, caricaturas e piadas: roteiros e estereótipos. In: LUSTOSA, I. (Org.). **Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, p. 93-124, 2011.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DÍAZ, E. **A filosofia de Michel Foucault**. São Paulo: Unesp, 2012.

DWER, T. Humour, power and change in organizations. **Human Relations**, n. 44, v. 1, p. 1-19, 1991.

DOMÍNGUEZ, M. Evolution of metaphors: phylogeny of oil slick cartoons in Spanish press. **Discourse & Society**, v. 26, p. 184-204, 2015.

DUARTE, S. R.; DUARTE, L. C. R. P. O Humor nas organizações hoteleiras: um estudo de casos múltiplos. **Revista Hospitalidade**, v. 6, n. 1, p. 89-104, 2009.

DUNCAN, W. J. Humor in management: prospects for administrative research. **Academy of Management Review**, v.7, n. 2, p. 136-142, 1982.

DUNCAN, W. J. The superiority theory of humor at work. **Small Group Behaviour**, 16(4), p. 556-564, 1985.

DRIESSEN, H. Humor, riso e o campo: reflexões da antropologia. In: BREMMER; ROODENBURG (Orgs). **Uma história cultural do humor**. Rio de Janeiro: Ed. Record, p. 252-276, 2000.

ECO, U. Los marcos de la libertad cómica. In: ECO, U; IVANOV, V, V; RECTOR, M. (Orgs). **¡Carnaval!** México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FARIA, A. A. M. LINHARES, P. T. F. S. O preço da passagem no discurso de uma empresa de ônibus. In: MACHADO, I. L. (Org.). Análises de discursos: sedução e persuasão (**Caderno de Pesquisa** n.º 13, v. 10.). Belo Horizonte: NAPq FALE/UFMG, p.32-38, 1993.

FARIA, A. A. M. Interdiscurso, intradiscurso e leitura. O caso de *Germinal*. In: Mari, H., Machado, I. L. e Mello, R. (Orgs.). **Análise do Discurso: Fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Fale/UFMG, p. 241-287, 2001.

FARIA, J. H. **Economia política do poder**: uma crítica da teoria geral da administração. V.2. Curitiba: Juruá, 2004.

FEBRABAN. FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS. **Pesquisa FEBRABAN de tecnologia bancária 2017, 2017**. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/financial-services/febraban_2017.pdf> Acesso em: 05 fev. 2018.

FERREIRA, M. N. **A imprensa operária no Brasil**. São Paulo, Ática, 1988.

FERREIRA, M. N. (org). **O impasse da comunicação sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens**. São Paulo, Cebela, 1995.

FERREIRA, F. M. **A construção axiológica do riso na charge: uma perspectiva bakhtiniana**. UFRN/Natal. Dissertação (Mestrado em Estudos da linguagem). Universidade do Rio Grande do Norte, 2013.

FIGUEIREDO. D. O. **Humor e Resistência: as possibilidades políticas do humor nas charges do Jornal Pasquim**. Londrina. UEL, 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Estadual de Londrina, 2012.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, p. 197-223, nov., 2001.

FOCAULT, M. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P (Orgs). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Tradução de Vera Portocarrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 231-249, 1995.

_____. **A ordem do discurso**. Trad. Laura F. de Almeida Sampaio. Loyola, São Paulo, 1996.

_____. **Ditos e escritos III**. Estética: literatura e pintura, música e cinema. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001a.

_____. **Ditos e escritos II**. Estética: literatura e pintura, música e cinema. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001b.

_____. **A Arqueologia do Saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **Ditos e Escritos IV**. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

_____. **Ditos e Escritos V**. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado Rio de Janeiro: Graal, 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. FOLHA. **Mercado**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/11/1833958-banco-do-brasil-anuncia-plano-para-fechar-agencias-e-economizar-r-750-milhoes.shtml>> Acesso em 01 jan. 2018.

FONSECA, J. **Caricatura. A Imagem Gráfica do Humor**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

FORCEVILLE, C. Multimodal Metaphor in Ten Dutch TV Commercials. **The Public Journal of Semiotics**, v.1, n. 1, Jan., p. 15-34, 2007.

FORCEVILLE, C. Non-verbal and multimodal metaphor in a cognitivist framework: agendas for research. In: FORCEVILLE, Charles; URION-APARISI. **Applications of cognitive linguistics: multimodal metaphor**. New York: Mouton de Gruyter, 2009.

FORCEVILLE, C. Metaphors in editorial cartoons representing the global financial crisis. **Visual Communication**, v. 10, n.2, p.209-229, 2011.

FRANÇA, A. Foucault e o Cinema Contemporâneo. **Revista Eletrônica Alceu**. Rio de Janeiro: PUC-Rio. Vol. 5. n. 10. p. 30-39. jan/jul. 2005.

FREITAS, M. E. **Cultura organizacional: identidade, sedução e carisma?** Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FREITAS, M. E. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, 41(2), 8-19, 2001.

FURTADO, R. A.; CARRIERI, A. P.; BRETAS, P. F. F. Humor na Internet: trabalhadores utilizam nova estratégia para protestar contra demissões e terceirizações. **Revista de Administração**, v. 49, n. 1, p. 33-44, 2014.

G1. **Economia**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/banco-do-brasil-anuncia-fechamento-de-agencias-e-plano-de-aposentadoria.html>> Acesso em 01 fev. 2018.

GIONNOTTI, V; SANTIAGO, C. **Comunicação sindical: falando para milhões**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GIANNOTTI, V. **Qual o papel da imprensa sindical hoje?. Núcleo Piratininga de Comunicação**, 2008. Disponível em: <http://nucleopiratininga.org.br/qual-o-papel-da-imprensa-sindical-hoje/>. Acesso em 05 jan. 2017.

GOMBRICH, E. H. O arsenal do cartunista. In: **Meditações sobre um cavaleiro de pau**. São Paulo: Edusp, 1999.

GOODWIN, R. A monovisão dos estereótipos no desenho de humor contemporâneo. In: LUSTOSA, I. **Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte: editora UFMG, p. 519-534, 2011.

GRIFFITHS, Lesley. Humour as resistance to professional dominance in community mental health teams. **Sociology of Health Illness**, 20(6). 874–895, 1998.

GRUGULIS, I. Nothing serious? Candidates' use of humour in management training. **Human Relations**, 55, p. 387–406, 2002.

GURGEL, N. A charge numa perspectiva discursiva. **Primeira Versão**, Porto Velho, v. IX, n. 135, p. 1-9, 2004.

HERNANDEZ, J. M. C.; CALDAS, M. P. Resistência à mudança: uma revisão crítica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 31-45, 2001.

HARDY, C.; PHILLIPS, N. No joking matter: discursive struggle in the Canadian refugee system. **Organization Studies**, v. 20, n. 1, p. 1-24, 1999.

HOLMES, J. Politeness, power and provocation: How humour functions in the workplace. **Discourse Studies**, 2(2), 159-185, 2000.

HOLMES, J; MARRA, M. Over the edge? Subversive humor between colleagues and friends. **Humor**, 15(1), 65-87, 2002.

HOLMES, J; MARRA, M. Humor and leadership style. **Humor: International Journal of Humor Research**, 19(2), p. 119-138, 2006.

IRIGARAY, H. A. R.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Humor e discriminação por orientação sexual no ambiente organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 5, art. 7, p. 890-906, 2010.

JINKINGS, N. A. Os trabalhadores bancários em face da reestruturação capitalista contemporânea. **Cadernos de Pesquisa**, nº 28, agosto, 2001.

JINKINGS, N. A reestruturação do trabalho nos bancos. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, p. 189-205, 2006.

JUNCKES, I. J. Sindicalismo pragmático dos bancários do século XXI. **Revista da ABET**, vol. 8, n.1, 2009.

KORCZYNSKI, M. The dialectical sense of humour: Routine joking in a taylorized factory. **Organization Studies**, 32(10), p. 1421-1439, 2011.

LE GOFF, J. O riso na Idade Média. In: BREMMER; ROODENBURG (Orgs). **Uma história cultural do humor**. Rio de Janeiro: Ed. Record, p. 65-83, 2000.

LEVY, T. S. O fora como o (não-) espaço da literatura. In: Mário Bruno; André Queiroz; Isabelle Christ. (Org.). **Pensar de outra maneira: a partir de Cláudio Ulpiano**. 1ed. Rio de Janeiro: Pazulin, p. 113-122, 2007.

LIMA, H. **História da caricatura no Brasil**. São Paulo: José Olympio, v. 1, 1962.

LIMA, M. D. T. de. **A construção de sentido no gênero charge: o discurso humorístico na crítica social no Brasil nas eras FHC e Lula**. UFPB/João Pessoa. Dissertação (mestrado em linguística). Universidade Federal da Paraíba, 2012.

LIMA, S. M. C; SILVA, M. H. A. Metáforas multimodais na construção de sentidos do gênero charge: um exercício de análise. **Revista de Letras**, Fortaleza, v.1, n. 33, p.123-134, 2014.

LUCIANO, J. S. **O Discurso Humorístico nas Charges da Tribuna do Norte**. UFRN/Natal. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

MAINGUENEAU, D. **O Discurso Literário**. São Paulo, Contexto, 2006.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. IN: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado Rio de Janeiro: Graal, 2013.

MALONE, P. B. Humor: A double-edged tool for today's managers? **Academy of Management Review**, 5(3), 357-360, 1980.

MARCELLO, F. A. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p.199-213, jan./jun. 2004.

MARINGONI, G. Humor da charge política no jornal. **Revista Comunicação e Educação**. n. 7. São Paulo: Moderna, 1996.

MARQUES, Â. C. S.; DE OLIVEIRA, L. Poder e resistência: breve reflexão teórica sobre o papel do humor nos conflitos público-privado em contextos organizacionais. **Ciberlegenda**, 1(26), 2012.

MARQUES, G. S; GIONGO, C. R. Trabalhadores bancários em sofrimento: uma análise da literatura nacional. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília, v. 16, n. 3, p. 220-247, set. 2016.

MARTINS, F. R. Controle: perspectivas de análise na teoria das organizações. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 3, p. 475-490, 2013.

MATOS, J. N. O riso: de elemento festivo a instrumento de gestão? **Configurações**, 7, p. 31-46, 2010.

MEDEIROS, C. R. O.; ALCAPADIPANI, R. In the corporate backstage, the taste of revenge: Misbehaviour and humor as form of resistance and subversion. **Revista de Administração**, v. 51, n. 2, p. 123-136, 2016.

MELO, F. V. S.; FARIAS, S. A.; KOVACS, M. H. Estereótipos e Estigmas de Obesos em Propagandas com Apelos de Humor. **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 81, p. 305-324, 2017.

MESSA, F. de C.; PIRES, G. de L. A trajetória do Avaí Futebol Clube no Campeonato Brasileiro de 2009: leitura de charges jornalísticas. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 589-613, set. 2012.

MIANI, R, A. **A charge na imprensa sindical: uma iconografia do mundo do trabalho**. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador/BA. 1 a 5 set, 2002.

_____. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista**. Assis: UNESP/Campus Assis, 2005. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Paulista, 2005.

_____. Imprensa sindical: conquistas, impasses e desafios no contexto da disputa pela hegemonia. **Anais do IV simpósio lutas sociais na América Latina**, 2010.

_____. Charge: uma prática discursiva e ideológica. In: **9ª Arte**. Jan/jun 1 (1), 37-48. São Paulo, 2012.

_____. Charge editorial: iconografia e pesquisa em História. **Domínios da Imagem**, Londrina, v. 8, n. 16, p. 133-145, jun./dez. 2014.

_____. O uso das charges como estratégia comunicativa no contexto da greve do funcionalismo público do Paraná em 2015. In: GADINI, S; L (Org.). **Coberturas jornalísticas (de) marcadas: a greve dos professores na mídia paranaense em 2015**. Ponta Grossa: Ed. Estúdio Texto, 2015.

_____. Coletâneas de charges da imprensa sindical: fontes visuais para uma história a contrapelo. **Revista de História do Tempo Presente**, v. 8, n. 18, 2016a.

_____. MIANI, R, A. O sindicato cidadão nas páginas da imprensa sindical. Rev. Comun. Midiática (online), v. 11, n. 3, p. 69-89, Set./Dez., 2016b.

MORETTI, F. **Qual a diferença entre charge, cartum e quadrinhos?** Disponível em <http://www.aleph.com.br/moretti/artigos_diferenca.htm>. Acessado em 05/01/2017.

MOTTA, R. P. S. **Jango e o Golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MOTTA, R. P. S. **Os expurgos de 1964 e o discurso anticorrupção na caricatura da grande imprensa**. Florianópolis, v. 8, n.18, p. 9-39, 2016.

MUMBY, D. A comunicação organizacional em uma perspectiva crítica. [entrevistada concedida a Maria do Carmo Reis]. **Organicom**, São Paulo, v. 6, n. 10/11, p. 191-207, 2009.

NEXO JORNAL. **Expresso**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/10/18/A-concentra%C3%A7%C3%A3o-banc%C3%A1ria-no-Brasil-em-3-gr%C3%A1ficos>> Acesso em 03 dez. 2017.

NEXO JORNAL. **Expresso**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/28/Banco-do-Brasil-deixar%C3%A1-cidades-sem-ag%C3%A2ncia-entre-a->>> Acesso em 05 fev. 2018.

NOGUEIRA, A. A. **A charge: função social e paradigma cultural**. XXVI Congresso brasileiro de ciências da comunicação. Belo Horizonte, 2003.

O GLOBO. **Brasil**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/veja-integra-do-discurso-de-michel-temer-19296029>> Acesso em 01 fev. 2018.

OLIVEIRA, S. R. de; PICCININI, V. C. Validade e reflexividade na pesquisa qualitativa. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 88-98, Mar. 2009.

OLIVEIRA, L.; MARQUES, A. C. S. A imagem de organizações públicas e o sentido de público no discurso de charges sobre Belo Monte. **Líbero (FACASPER)**, v. 15, p. 59-70, 2012.

OLIVEIRA, R. V de. SINDICALISMO E TERCEIRIZAÇÃO NO BRASIL: pontos para reflexão. **Cad. CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 545-567, Dec. 2015.

OLIVEIRA, J. A. de. É sério?! O Humor no Jornalismo. **DELTA**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 735-747, Dec. 2016.

ORTEGA, F. **Amizade e Estética da Existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

OTTONI, M. A. R. **Os gêneros do humor no ensino de língua portuguesa: uma abordagem discursiva crítica**. 399f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Letras, UnB, Brasília, 2007.

OSTROWER, C. Humor as a defense mechanism during the Holocaust. **Interpretation: A Journal of Bible and Theology**, 69(2), p. 183-195, 2015.

PAOLI, M; C; SADER, E; TELLES, V. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 6, p. 129-149, 1983.

PAULA, A. P. P. Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 1, p. 24-46, 2016.

PEARCE, K., HAJIZADA, A. No laughing matter humor as a means of dissent in the digital era: The case of authoritarian Azerbaijan. **Demokratizatsiya**, 22(1), p. 67-85, 2014.

PEREIRA, C. L.; SEGRE, L. M; NASCIMENTO, R. P. A ampliação das estruturas de controle por meio das tecnologias de informação e comunicação: a onipresença do "pan óptico eletrônico" no setor bancário. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 65-84, Mar. 2013.

PEREIRA, R. D. **Sobre heróis, coronéis e operários – notas acerca da disciplina do corpo e da ortopedia da alma em uma companhia têxtil de Minas Gerais**. 2014.325f. Tese (Doutorado em Administração) - Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PERUZZO, C; M; K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PERUZZO, C; M; K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados: Reelaboraões no setor. In: **Palavra chave**, nº 2, v.11, Colômbia, 2008.

PIRES, M. C. F. Derrisão e ironia cínica no humor contemporâneo: os limites entre o politicamente incorreto e o incorretamente político. **História**, Franca, v. 33, n. 2, p. 470-488, Dec. 2014.

PIRES, A. P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean *et al.*(orgs). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Vozes, p. 154-211, 2012.

POSSENTI, S. **Humor, língua e discurso**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

- PROPP, V. **Comicidade e riso**. São Paulo: Ática, 1992.
- RABAÇA, C. A; BARBOSA, G. **Dicionário de Comunicação**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- RABINOW, P. e DREYFUS, H. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica para Além do Estruturalismo e a Hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- RAMOS, P. Piadas e tiras cômicas: semelhanças entre gêneros. **Revista USP**, São Paulo, n. 88, p. 38-49, dez/fev, 2010.
- REVEL, J. **Dicionário Foucault**. Tradução de Anderson Alexandre da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- REY, F. G. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- RODRIGUES, S. B. **O chefinho, o telefone e o bode: autoritarismo e mudança cultural no setor de telecomunicações**. Belo Horizonte: Cepead/UFMG, (Tese para concurso de Prof. Titular), 1991.
- RODRIGUES, S. B.; COLLINSON, D. L. Having fun? Humour as resistance in Brazil. **Organization Studies**, 16(5), 739-768, 1995.
- ROMERO, E. J.; CRUTHIRDS, K. W. The use of humor in the workplace. **Academy of Management Perspective**, May, 58-69, 2006.
- ROMUALDO, E. C. **Charge jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de S. Paulo**. Maringá: EDUEM, 2000.
- ROY, D. Banana time: Job satisfaction and informal interaction. **Human Organization**, 18(1). 158–161, 1958.
- SALIBA, E. T. Raízes do riso. **A representação humorística na história brasileira: da belle époque aos primeiros tempos do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SANTOS, M. A. F. **Patologia da solidão: o suicídio de bancários no contexto da nova organização do trabalho**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2009.
- SANTOS, R. P; MIANI, R. A. Iconografia de uma despedida: o adeus a Nelson Mandela por meio da charge. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v.11, n.19, p.95-117, jul/dez. 2015.
- SCHMITZ, A.; MAHL, A. A. Reestruturação e automação bancária versus emprego: um balanço ao final dos anos 90. **Revista Teoria Evidência Econômica**. Passo Fundo, v. 8, nº 15, p. 67-82, novembro 2000.

SEGNINI, L. R. P. Reestruturação nos bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho. **Revista Educação e Sociedade**, ano XX, nº 67, Agosto/99.

SILVA, A, C. **Referenciação e Humor em Charges**. Percursos Linguísticos, Vitória, v. 7, n. 15, 2017.

SILVA, J. S. **O percurso semântico das acepções do termo humor**. Anais do SIELP, vol. 2, nº 1. Uberlândia, 2012.

SILVA, J. L.; NAVARRO, V. L. Organização do trabalho e saúde de trabalhadores bancários. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 2, p.226-234, Apr. 2012.

SILVA, R. R. C. C. Humor como Estratégia Discursiva na Compreensão da Dinâmica do Espaço Organizacional. **Teoria e Prática em Administração**, v. 6, n. 2, p. 54-77, 2016.

SILVA, R. R. C. C.; BRITO, M. J. Humor no Espaço Organizacional: Um Estudo Interpretativo em um *Call-Center*. **GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 12, n. 2, p. 113-124, 2014.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO (SINBF). **90 anos fortalecendo a democracia: bancários de São Paulo: 1923-2013**. Disponível em < <http://spbancarios.com.br/90-anos-livro-e-gibi>>. Acesso em 10 jan. de 2017.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO (SINBF). Disponível em <<http://www.spbancarios.com.br/Pagina.aspx?id=260>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2017.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO (SINBF). Disponível em <<http://spbancarios.com.br/denuncias>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2018.

SOARES, J. L. O QUE TERÁ ACONTECIDO AO SINDICALISMO BANCÁRIO NO BRASIL (2003-2014)? **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 497-524, Aug., 2016.

SPERANDIO, N. E. As metáforas multimodais: indo além do tipo verbo-visual. **Revista de Letras Dom Alberto**, v. 1, n. 5, jan/jul, p. 149-160, 2014.

SOUZA, E. M.; JUNQUILHO, G. S.; MACHADO, L. D; BIANCO, M. F. A analítica de Foucault e suas implicações nos estudos organizacionais sobre poder. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 13, n. 36, p. 13-25, Mar., 2006.

SOUZA, J. A parte de baixo da sociedade brasileira. **Revista Interesse Nacional**, v. 14, p. 33-41, 2011.

SOUZA, S. M. R.; SANTARELLI, C. P. G. Contribuições para uma história da análise da imagem no anúncio publicitário. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 31, n. I, p. 133-156, jan./jun. 2008.

TAYLOR, P., & BAIN, P. Subterranean worksick blues: Humour as subversion in two call centres'. **Organization Studies**, 24(9), 1487-1509, 2003.

THIRY-CHERQUES, H. R. À moda de Foucault: um exame das estratégias arqueológica e genealógica de investigação. **Lua Nova**, São Paulo, n. 81, p. 215-148, 2010.

TOMAZI, M. M. Uma análise discursiva da construção do humor no gênero charge. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, v. 5, n. 5, 2011.

TRAVAGLIA, L. C. Texto humorístico: o tipo e seus gêneros. In: CARMELINO, A. C (Org). **Humor eis a questão**. São Paulo: Cortez, 2015.

TRAVAGLIA, L. C. O que é engraçado? Categorias do risível e o humor brasileiro na televisão. **Estudos Linguísticos e Literários**, Maceió, AL - v. 5 e 6, p. 42-79, 1989.

TRAVAGLIA, L. C. Uma introdução ao estudo do humor pela linguística. **DELTA.**, vol. 6 (1), p. 52-82, 1990.

TUCHERMAN, I. Michel Foucault, hoje, ou ainda: do dispositivo de vigilância ao dispositivo de exposição da intimidade. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 27, Ago., 2005.

VARDI, Y; WEITZ, E. **Misbehaviour in Organisations: Theory, Research and Management**. LEA, Mahwah, New Jersey, 2004.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a educação**. 2º edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VEIGA-NETO, A. Teoria e método em Michel Foucault: (im)possibilidades. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 34, set.-dez. 2009.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Sindicato Cidadão: Novos Rumos do Sindicalismo Brasileiro?. **Oficina do Ces**, Coimbra, n.166, p. 01-22, 2002.

VERGUEIRO, W. O humor gráfico no Brasil pela obra de três artistas: Ângelo Agostini, J. Carlos e Henfil. **Revista USP**, São Paulo, nº 88, p. 38-49, dez/fev, 2010.

VIEGAS, G.; HONORATO, B. E. F.; SARAIVA, L. A. S. **Entre o Controle e a Resistência: Análise das Práticas Cotidianas no Espaço Organizacional em uma Instituição Federal de Ensino Superior**. IN: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXXVII, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013.

WEKESA, N. B. Cartoons can talk? Visual analysis of cartoons on the 2007/2008 post-election violence in Kenya: a visual argumentation approach. **Discourse & Communication**, v. 6; p. 223-238, 2012.

WESTWOOD, R., JOHNSTON, A. Reclaiming authentic selves: Control, resistive humour and identity work in the office. **Organization**, 19(6), 787-808, 2011.

WESTWOOD, R.; JOHNSTON, A. Humor in organization: From function to resistance. **Humor**, 26(2), 219-247, 2013.

WOOD JR., T.; CALDAS, M. Rindo do que? Como consultores reagem ao humor crítico e à ironia sobre sua profissão. **Organizações & Sociedade**, v. 12, n. 34, p. 83-101, 2005.